



Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação
Projecto de Cooperação Técnica TCP - CPLP/FAO
Formulação de um Programa para a implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação – UNCCD nos países da CPLP

Relatório Final Consultoria Nacional de Cabo Verde



OUTUBRO 2009

QUADRO DAS DEMANDAS E PROPOSTAS DE CABO VERDE PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL E NORTE-SUL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA UNCCD NOS PAÍSES DA CPLP

Ministro do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos

Jose Maria Veiga

Representante da FAO em Cabo Verde

Frans Van der Veid

Centro de Investimentos da FAO

Luc Dubreuil – Coordenador do Projecto

Consultora Regional

Denise Lima

Consultores Nacionais

Margarida Santos

Charles Yvon Rocha

Parceiros



Este documento foi elaborado para o **Projecto de Cooperação Técnica TCP -CPLP/FAO**.

Citação:

FAO, Governo de Cabo Verde. 2009 *Quadro das Demandas e Propostas de Cabo Verde para o Desenvolvimento de um Programa Regional de Cooperação entre Países da CPLP no domínio da Luta contra a Desertificação e Gestão Sustentável das Terras*. TCP CPLP/FAO - MADRRM, orgs: Santos M., Rocha C.Y. 2009. Praia Cabo Verde, 106 pp.,

Copyright:

FAO, CPLP, Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos

Sector Ambiente – Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação

Consultores Nacionais: Margarida Santos, Charles Yvon Rocha

O presente documento está disponível em:

www.fao.org/tc/cplpunccd

Comité Nacional de Cabo Verde

Eng. Emitério Ramos
Director Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária
MINISTÉRIO DO AMBIENTE DESENVOLVIMENTO RURAL E RECURSOS MARINHOS
DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA SILVICULTURA E PECUÁRIA

Dra. Aidil Borges
Directora da Célula de Projectos do Ministério da Educação
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Dra. Sandra Martins
Directora de Serviço da Cooperação
MINISTÉRIO DO AMBIENTE DESENVOLVIMENTO RURAL E RECURSOS MARINHOS
DIRECÇÃO GERAL DO PLANEAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

Eng^a Maria da Cruz Soares
Directora de Serviços
MINISTÉRIO DO AMBIENTE DESENVOLVIMENTO RURAL E RECURSOS MARINHOS
DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA SILVICULTURA E PECUÁRIA

Eng^a Arlinda Neves
Coordenadora do Núcleo do Ambiente
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MUNICIPIOS DE CABO VERDE

Eng^a Eva Ortet
Presidente da Rede Parlamentar do Ambiente
ASSEMBLEIA NACIONAL

Dr. Victor Barreto
Técnico Superior
MINISTÉRIO DO AMBIENTE DESENVOLVIMENTO RURAL E RECURSOS MARINHOS
DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE

Dr. António Ramos
Desk CPLP
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES
DIRECÇÃO GERAL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Dr. Carlos Tavares
Técnico Superior
MINISTÉRIO DE DESCENTRALIZAÇÃO HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

“Este ano, a celebração do Dia Mundial de Luta contra a Desertificação e a Seca salienta a ameaça crescente que a desertificação e a seca representam para a estabilidade nacional e internacional. Quase um terço das terras cultivadas se tornou improdutivo nos últimos 40 anos e cerca de três quartos das pastagens naturais apresentam vários sintomas de desertificação.

As alterações climáticas contribuíram para essa situação, mas são apenas um dos factores sendo necessário, em particular, repensar as práticas agrícolas e a forma como são geridos os recursos hídricos.

A desertificação e a degradação dos solos são problemas mundiais que exigem uma resposta mundial.”

Sr. Ban Ki-Moon
Secretário-geral da Organização das Nações Unidas.
16 Junho de 2009

Agradecimentos

Concluindo esta Consultoria Nacional no âmbito do Projecto referido, a Equipa de Consultores Nacionais queira exprimir os seus profundos agradecimentos a todos quantos contribuíram e apoiaram na finalização deste trabalho relacionado com este importante processo para Cabo Verde:

- A todos os Actores Nacionais e Locais e Parceiros Técnicos e Financeiros Nacionais e Internacionais, que directamente e indirectamente apoiaram a Equipa de Consultores Nacionais.

- Ao Comité de Coordenação Nacional do Projecto, a Coordenadora Regional do Projecto, ao Centro de Investimentos da FAO em Roma, as Direcções Gerais, Serviços e Departamentos Centrais e Locais em Cabo Verde, pela orientação técnica dispensada e pela franca colaboração e permanente disponibilidade.

- Ao Secretariado Executivo da CPLP, a Representação da FAO em Cabo Verde, ao Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, os nossos sinceros agradecimentos pela confiança depositada na Equipa Nacional e atenção dispensada durante todo o processo.

Margarida Santos
Charles Rocha

RESUMO EXECUTIVO

No âmbito do Projecto de Cooperação Técnica CPLP/FAO, foi criado, por despacho do MADRRM, um Comité Nacional de Coordenação para apresentar um Quadro de Demandas e Propostas do país com vistas ao desenvolvimento de um Programa Regional de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul envolvendo os países da CPLP no domínio da Gestão Sustentável das Terras (GST), no âmbito da UNCCD, com Assessoria Técnica da FAO e do Secretariado da CPLP, e com o apoio de uma Equipa de Consultores Nacionais.

A estrutura do Relatório Nacional foi baseada no historial da implementação da UNCCD em Cabo Verde, integrando a problemática da Gestão Sustentável das Terras, e apresenta diferentes temáticas, nomeadamente: O Quadro Institucional e Legislativo relevante, os Actores chaves, as necessidades de reforço de capacidades, os domínios de intervenção relevantes, os arranjos institucionais pertinentes.

A degradação das terras e o avanço da desertificação representam um risco real e significativo para as populações nos países da CPLP, incluindo Cabo Verde, as quais enfrentam a ameaça da desertificação com diferentes níveis de intensidade e incidência territorial. Da mesma forma, os países apresentam em diferentes estágios de implementação da UNCCD, reflexos das suas dificuldades em termos de capacidades, estratégias e recursos financeiros para o envolvimento dos diferentes intervenientes.

Os Relatórios Nacionais sobre a situação da Desertificação destacam uma sequência de riscos e situações de vulnerabilidades, seguidos de impactos socioeconómicos e estratégias de Adaptação. A análise aponta as possíveis estratégias de adaptação e busca de soluções em Cabo Verde.

No contexto da Desertificação e Degradação das Terras, a aptidão dos solos tem uma importância determinante na Gestão Sustentável das Terras. A Identificação do tipo de uso actual das terras deverá ser feita de acordo com as prioridades de intervenção quanto a aptidão dos solos (Agricultura, Biodiversidade, etc...).

A delimitação das terras facilita a implementação de políticas e programas de desenvolvimento sustentável. Esse processo tem vindo a tomar corpo em Cabo Verde através do Programa das Áreas Protegidas Terrestres e Marinhas, o que significa um primeiro passo para a implementação de um Programa Nacional de Gestão Sustentável das Terras.

O contexto político caracteriza-se por uma evolução positiva a nível de tomada de consciência sobre a sustentabilidade ambiental. Cabo Verde dispõe de um quadro normativo, amplo e abrangente no Sector do Ambiente. No entanto, as leis e seus regulamentos são acentuadamente complexos, com um elevado grau de tecnicidade, o que os torna de difícil entendimento para grande parte da comunidade que chega a ter acesso a um ou outro instrumento legal de protecção do ambiente e da natureza.

Da análise das políticas seguidas durante os últimos anos constata-se que a problemática ambiental ganhou uma nova dimensão, a partir de 1995. Assim, ganhos

positivos foram conseguidos, essencialmente no que concerne ao enquadramento institucional e legal.

A problemática fundiária reveste-se de grande complexidade em Cabo Verde decorrente não apenas da forma como se dá o acesso à terra como também das relações sociais e de produção do campo, num contexto de um ecossistema frágil e de uma sociedade com graves problemas de pobreza e vulnerabilidade, acentuando os mecanismos de dependência à terra e à actividade agrícola bem como de sujeição no quadro de determinadas relações sociais.

No programa do governo e outros instrumentos atribui-se ao ordenamento do território e a gestão integrada dos recursos naturais um lugar estratégico no processo de desenvolvimento de Cabo Verde.

O Governo objectiva estimular o surgimento de fileiras competitivas, incluindo a prestação de serviços, em especial o turismo rural, em particular através da articulação com o processo de desenvolvimento de parques naturais e de valorização dos recursos ambientais e conservação da natureza.

O Desenvolvimento das Capacidades é um processo de longo prazo que privilegia o fortalecimento endógeno das estruturas nacionais, por conseguinte a visão linear e descontinua dos projectos que tiram recursos/proveitos das estruturas deve ceder o lugar à uma visão mais integrada onde é o projecto que deve se adaptar a estrutura para reforça-la.

Assim a implementação de uma Estratégia para o Desenvolvimento das Capacidades na GST deverá passar pela identificação de sequências, nomeadamente:

- *As capacidades necessárias;*
- *Os tipos de actividades por realizar;*
- *Os actores a serem envolvidos;*
- *As modalidades de desenvolvimento das capacidades.*

A identificação das Instituições-Chave e definição das competências da Coordenação Nacional do Programa resultou de uma estreita concertação e negociação de todas as partes envolvidas, tendo em consideração o carácter pluridisciplinar e multi-sectorial e transversal da UNCCD. As instituições e/ou equipas nacionais serão envolvidas na implementação das actividades no âmbito da Gestão Sustentável das Terras, e integram um processo de aprendizagem de "Job-training" favorecendo a aquisição de conhecimentos e saber - fazer, através de trabalhos sobre os diferentes engajamentos da UNCCD.

A degradação dos solos e práticas de gestão insustentável das terras estão entre os maiores desafios ambientais do mundo de hoje, o que constitui também um importante obstáculo para a satisfação das necessidades básicas da humanidade, especialmente em zonas áridas.

A Degradação das Terras aumenta a vulnerabilidade das populações perante as alterações e mudanças climáticas, reduzindo as actividades rurais, diminuindo a produtividade agrícola, favorecendo a vulnerabilidade nas produções, reduzindo os recursos naturais locais;

A Gestão Sustentável das Terras pode reduzir a vulnerabilidade às Mudanças Climáticas, aumentar as capacidades das populações na adaptação às Mudanças Climáticas, e em muitos casos, pode contribuir para a mitigação das Mudanças Climáticas através do aumento da sequestração do carbono e redução da emissão de gases.

No contexto actual não existem Programas/Projectos específicos para a Gestão Sustentável das Terras, mas há Programas/Projectos Maiores que integram a Componente Luta contra a Desertificação como estratégia de implementação.

A visão linear e descontínua dos projectos que tiram recursos/proveitos das estruturas deve ceder o lugar para uma visão mais integrada onde é o projecto que deve se adaptar a estrutura para reforça-la. Considerando um vasto leque de Programas/Projectos em "*Pipeline*", em varias áreas relacionadas com UNCCD/GST no país, optou-se por fazer uma Priorização dos Domínios de intervenção de acordo com os Recursos Financeiros e Capacidades Nacionais. Foram propostos **5 Eixos** (Gestão Sustentável dos Recursos Naturais, Fortalecimento Institucional, Comunicação e Cidadania, Parcerias e Sinergias, Desenvolvimento Científico e Tecnológico), estruturados em **7 Domínios** de intervenção (Apoio na GST, Desenvolvimento Agro-silvo-pastoril, Ordenamento do Território, Sistema de Monitorização e Avaliação, IEC Ambiental, Desenvolvimento das Capacidades para mobilização de fundos e Investigação Inter-disciplinar e Integrada) que integram **Projectos de Desenvolvimento**.

O Desenvolvimento das Capacidades necessita de arranjos institucionais que respondem directamente aos objectivos definidos no Programa GST em Cabo Verde.

A elaboração e implementação de um Programa de Gestão Sustentável das Terras exigem um esforço conjunto de articulação e concertação entre os actores/parceiros chaves, e uma intervenção eficiente e eficaz por parte dos mesmos. Perspectiva-se que o alcance dos objectivos traçados no âmbito do Programa só será possível através de uma actuação eficaz de cada actor envolvido e da sinergia resultante da interacção entre as instituições.

A parceria é fundamental tendo em conta a transversalidade da Gestão Sustentável das Terras (GST). Em consequência, as diferentes instituições (actores/parceiros) devem ser implicadas de modo a participarem nas **actividades habilitantes** de planificação e criação de capacidades endógenas, nos diferentes domínios prioritários da GST que facilitarão a aplicação de medidas de reacção eficazes, conforme o estabelecido nas Convenções do Rio, nomeadamente a UNCCD.

SIGLAS E ABREVIACÕES

ANMCV - Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

AOSIS - Aliança dos Pequenos Estados Insulares

CBD – Convenção sobre a Diversidade Biológica

CCC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

CCD – Convenção da luta contra a Desertificação

CILSS - Comité Inter Estados luta contra a Seca no Sahel

CNA – Conselho Nacional do Ambiente

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSA – Conservação de Solo e Água

DGA – Direcção Geral do Ambiente

DGASP – Direcção Geral de Agricultura Silvicultura e Pecuária

DGIE - Direcção Geral da Industria e Energia, DGA, INMG,

DGP - Direcção Geral do Planeamento

ECRP – Estratégia de Crescimento e redução da Pobreza

GLADA - Avaliação Mundial da Degradação das Terras

IEC – Informação Educação e Comunicação

INDP - Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

INGRH - Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos

INERF – Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas

INIDA - Instituto Nacional de Investigação para o Desenvolvimento Agrário

INMG - Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

ISVAF

ISE - Instituto Superior de Educação

ISECMAR – Instituto Superior de Ciências do Mar

LCD – Luta contra a Desertificação

LEC - Laboratório de Engenharia Civil

MEES - Ministério de Educação e Ensino Superior

MADRRM - Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos

NCSA - Auto-avaliação Nacional de Capacidades para Gestão Global do Ambiente

ONG – Organizações não Governamentais

ODM – Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

PADA – Plano de Acção de Desenvolvimento Agrícola

PAM – Plano Ambiental Municipal

PANA I - Iº Plano de Acção Nacional para o Ambiente

PANA II - IIº Plano de Acção Nacional para o Ambiente

PEDA - Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Agricultura

PDM – Plano Director Municipal

PESA - Programa Especial de Segurança Alimentar

PIB - Produto Interno Bruto

PIDAS - Projecto Integrado de Desenvolvimento Agro-silvo-pastoril

PL – 480 - Programa Alimentar dos Estados Unidos

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNLP - Programa Nacional de Luta contra Pobreza

PT - Pontos Focais

PRCM - Projecto Regional de Conservação Marinha e Costeira

PIED - Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

SAAS - Serviços Autónomo de Água e Saneamento

SIDS - Small Island Development State

SNPC - Serviço Nacional de Protecção Civil

UNI/CV - Universidade de Cabo Verde

ZEE - Zona Económica Exclusiva

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO
2. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS E QUADRO POLITICO-INSTITUCIONAL
3. A IMPLEMENTAÇÃO DA UNCCD EM CABO VERDE
4. PROBLEMÁTICA DA GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS EM CABO VERDE
5. QUADRO ANALÍTICO DA LEGISLAÇÃO RELEVANTE PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS
6. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE REFORÇO DAS CAPACIDADES LOCAIS, REGIONAIS E NACIONAIS NO ÂMBITO DA GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS
7. PRINCIPAIS ACTORES-CHAVES A SEREM ENVOLVIDOS NA GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS
8. TRANSVERSALIDADE DA GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS NA ADAPTAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, PERDA DA BIODIVERSIDADE E A DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
9. DEFINIÇÃO DOS DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO RELEVANTES PARA EM GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS CABO VERDE
10. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS EM CABO VERDE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1: Problemas Ambientais Prioritários

Quadro Nº 2: Desertificação/Degradação das Terras: Vulnerabilidade e Estratégias de Adaptação

Quadro Nº 3: Matriz Analítica da Implementação da UNCCD em Cabo Verde (com Base nos Relatórios Nacionais)

Quadro Nº 4: Quadro Ocupação do solo em Cabo Verde (PANA II)

Quadro nº 5 : Programas/Projectos integrando a Componente CCD/GST

Quadro Nº 6: Matriz Analítico dos pontos fortes, pontos fracos e necessidades de capacitação ao nível Individual, Institucional e Sistémico/UNCCD

Quadro Nº 7: Actores - chaves na implementação do Projecto de Cooperação Técnica - TCP CPLP/FAO em Cabo Verde

Quadro Nº 8: Matriz dos Programas/Projectos (Domínios Prioritários) – GST

1. INTRODUÇÃO

1.1.Contexto do Estudo

A degradação das terras e o avanço da desertificação representam um risco real e significativo para as populações nos países da CPLP, as quais enfrentam essa ameaça com diferentes níveis de intensidade e incidência territorial. Da mesma forma, os países apresentam-se em diferentes estágios de implementação da UNCCD, reflexos das suas dificuldades em termos de capacidades, estratégias e recursos financeiros para o envolvimento dos diferentes intervenientes.

O processo da desertificação em Cabo Verde manifesta-se de forma diferenciada segundo as características físicas das diferentes ilhas do Arquipélago. Nas ilhas planas e arenosas do Sal, Boa Vista e Maio, verifica-se o desaparecimento quase total da cobertura vegetal. Nas outras ilhas, o efeito conjugado da falta de cobertura vegetal, do relevo e da intensidade das chuvas provoca escoamentos torrenciais e erosão dos solos. Esse escoamento superficial provoca, por sua vez, um défice hídrico, pois a água vai directamente para o mar. Por consequência, a fraca infiltração da água das chuvas contribui para a diminuição das reservas de águas subterrâneas utilizáveis para a agricultura.

No âmbito do Projecto de Cooperação Técnica CPLP/FAO TCP/INT/3201, foi criado, por despacho do MADRRM, um Comité Nacional de Coordenação para elaboração do Quadro de Demandas e Propostas do país com vistas ao desenvolvimento de um Programa Regional de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para a implementação da UNCCD.

O Comité Nacional desenvolveu seus trabalhos entre os meses de Maio e Setembro de 2009, contando com a Assessoria Técnica do Centro de Investimentos da FAO que disponibilizou uma Consultoria Regional e uma Equipa de Consultores Nacionais, para acompanhar, registar, sistematizar as discussões ao nível nacional, realizar levantamentos de programas e projectos desenvolvidos e em curso, analisar informações, e apoiar a comunicação a nível nacional e regional, consoante o desenvolvimento das actividades e realização dos produtos abaixo relacionados.

O Secretariado da CPLP acompanhou todo o desenvolvimento dos trabalhos, informando o Ponto Focal de Cooperação no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O IPAD e o Mecanismo Mundial apoiaram a participação dos representantes do Ministério da Agricultura às reuniões e formações realizadas no âmbito do projecto.

1.2. Objectivo da Consultoria Nacional

O TCP CPLP/FAO tem como objectivo principal apoiar a elaboração de um Programa de Cooperação que proporcione a criação de capacidades para a integração sistemática da Gestão Sustentável das Terras nas políticas públicas sectoriais e de desenvolvimento e a formulação de medidas e instrumentos eficazes para a luta contra a desertificação.

A presente Consultoria Nacional teve por objectivo apoiar o Comité Nacional de Cabo Verde na identificação e análise das políticas, programas e projectos desenvolvidos no país que se relacionam com a GST, visando a elaboração de um quadro de demandas e ofertas de cooperação.

1.3. Metodologia e limitações

A metodologia adoptada pela Consultoria foi elaborada visando permitir uma análise coerente do contexto nacional e a posterior sistematização dos resultados com as demais consultorias desenvolvidas nos PALOP e Timor Leste.

Os produtos descritos nos Termos de Referência para a Consultoria foram:

1. Quadro de Actores a serem envolvidos nas acções de Gestão Sustentável das Terras e Combate à Desertificação, incluindo instituições públicas, sociedade civil, sector privado e análise das competências e capacidades (recursos humanos, logísticos, orçamentais, entre outros) actuais do actores;
2. Matriz de Políticas, Programas e Projectos relacionados com a Gestão Sustentável das Terras
3. Quadro analítico do contexto geopolítico do país e situação actual; incluindo relatório de necessidades para a actualização do Plano de Acção Nacional para Combate à Desertificação de Cabo Verde, conforme as novas directrizes da Estratégia Decenal da UNCCD e Quadro legal/político relevante para a GST.
4. Quadro de Demandas e Propostas de Cabo Verde para o Programa de Cooperação para a implementação da UNCCD nos países da CPLP, considerando as demandas de cooperação técnica junto aos países da CPLP e de cooperação técnica e financeira frente a outros potenciais doadores.

A Equipa de Consultores Nacionais trabalha sob a supervisão contínua e a orientação metodológica da Consultora Regional e do Coordenador do Projecto TCI/FAO e em estreita concertação com o Comité Nacional de Coordenação e o Escritório da FAO em Cabo Verde.

Para a elaboração dos quadros e análises foram entrevistados autoridades, técnicos e parceiros da cooperação internacional e sociedade civil, nas principais ilhas afectadas pela degradação de terras e desertificação (Anexo I).

2. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS E QUADRO POLITICO - INSTITUCIONAL

2. 1 Características gerais do país

Cabo Verde é um país constituído por dez ilhas e treze ilhéus, localizado a cerca de 450 Km da costa Ocidental Africana, ao largo do Senegal. As ilhas são de origem vulcânica, de tamanho relativamente reduzido e dispersas. Estão inseridas numa zona de elevada aridez meteorológica. Três das ilhas (Sal, Boavista e Maio) são relativamente planas, sendo as outras montanhosas. Ocupam, no seu conjunto, uma superfície emersa total de 4.033 km² e uma zona económica exclusiva (ZEE) que se estende por cerca de 700.000 km² (Bravo de Laguna 1985). A linha de costa é

relativamente grande, com cerca de 2.000 Km, preenchida de praias de areia negra e branca que alternam com escarpas. A pluviometria média é de 230mm/ano, com fortes variações locais, seguindo a exposição aos ventos do NE: apenas 10% da superfície é considerada como sendo potencialmente cultivável. A população de Cabo Verde conheceu grandes oscilações provocadas por crises crónicas de insegurança alimentar, acompanhada de importantes fluxos migratórios: em 2000, a população residente era de 431.989 habitantes, sendo 51.6% mulheres.

Figura nº 1: Mapa de Cabo Verde



A pobreza em Cabo Verde é um fenómeno estrutural que está estreitamente ligado à fraqueza da base produtiva, bem como às características da economia. A pobreza está intimamente ligada ao acesso aos recursos, ao emprego, ao sexo, e ao nível de alfabetização dos chefes de família, dos quais 38% são mulheres.

De acordo com o Estudo sobre a vulnerabilidade elaborado em Março de 2001, pelo PNUD, o Perfil de Vulnerabilidade de Cabo Verde apresenta as seguintes características:

Perfil de vulnerabilidade de Cabo Verde

A vulnerabilidade face à produção agrícola. Apenas 10 % da superfície do país, ou seja, 40.000 hectares, tem vocação agrícola. As condições climáticas constituem uma ameaça permanente sobre a agricultura caboverdiana. A raridade e irregularidade das chuvas provocam secas cada vez mais longas, que são as causas de um *deficit* hídrico permanente e do avanço da desertificação. Nestas condições excepcionalmente difíceis, a produção alimentar é constantemente deficitária. Cabo Verde importa mais de 80 % dos alimentos de que necessita e não se vislumbra uma auto-suficiência alimentar para Cabo Verde.

À insuficiência da produção junta-se a sua instabilidade, que está ligada ao regime pluviométrico, tanto em volume de chuvas como no plano da repartição das chuvas no espaço e no tempo. Os rendimentos da produção de milho variam significativamente de ano para ano. No decorrer dos últimos 30 anos, registou-se uma produção recorde de 36.500 toneladas de milho em 1999. Apesar disso, nesse mesmo ano, a produção não cobriu mais do que 40% das necessidades em cereais. As flutuações das produções agrícolas são vastas e imprevisíveis, e constituem um risco enorme para as populações rurais no plano alimentar. A extrema pressão exercida pelo crescimento da população (2,4 % por ano no decurso dos anos 90) sobre a situação alimentar do país cria um conflito permanente entre objectivos de produção agrícola dentro das condições actuais de disponibilidade de factores (solos e águas).

A vulnerabilidade face às importações. Cabo Verde, devido à sua pequena dimensão e à insularidade, é mais exposto do que muitas outras economias aos choques externos, quer sejam de ordem económica ou de ordem natural. Estes factores constituem características estruturais que limitam as possibilidades de desenvolvimento da economia. A reduzida dimensão da base produtiva deixa o país fortemente dependente do exterior não somente em relação às exportações, mas também em relação ao impacto dos preços das importações sobre a procura interna.

Os cabo-verdianos importam a quase totalidade dos produtos que consomem de tal modo que as importações são equivalentes a 40% do PIB. A dependência é particularmente elevada sobretudo em relação aos bens estratégicos tais como os produtos alimentares e os produtos energéticos. O país depende quase totalmente da importação dos produtos petrolíferos para satisfazer as suas necessidades energéticas. Os combustíveis representam 6% do valor das importações e é a segunda mais importante rubrica nas importações de Cabo Verde, a seguir aos cereais

A vulnerabilidade do ambiente natural. Historicamente a relação difícil entre a população e o seu ambiente natural marcou a formação da sociedade cabo-verdiana. Nos piores momentos, a precariedade desta relação teve algumas consequências trágicas, com fomes devastadoras. A dureza da relação com a natureza esteve também na origem da imigração de dezenas de milhares de cabo-verdianos. Ainda hoje, o país deve superar a fragilidade do seu ambiente, o qual coloca uma série de obstáculos ao desenvolvimento económico e social. A escassez dos solos cultiváveis cria uma grande pressão sobre o ambiente. Esta pressão obriga à exploração dos terrenos nas encostas, que constituem mais de 60% dos terrenos cultiváveis. Esta prática agrava o fenómeno de erosão dos solos e acelera a desertificação.

A vulnerabilidade da insularidade. O isolamento geográfico traduz-se com frequência em custos não competitivos. Os custos unitários de transporte aéreo ou marítimo são particularmente elevados, não somente pela distância em relação aos mercados ou às fontes de aprovisionamento, mas também porque as quantidades transportadas são geralmente pequenas e não permitem a realização de economias de escala. Os custos ligados ao armazenamento encarecem tanto as exportações como as importações pois aumentam os custos de funcionamento da economia em geral, o que constitui uma desvantagem competitiva. Para além da insularidade do país, é a dispersão das ilhas que constitui o maior constrangimento económico. Esta obriga à multiplicação das infra-estruturas (transporte marítimo e aéreo entre as ilhas, produção e distribuição de energia e água, etc.), e das instalações necessárias para a prestação de serviços sociais, administrativos e de segurança.

A vulnerabilidade face à ajuda externa. A completa dependência de Cabo Verde das remessas e da ajuda pública ao desenvolvimento é uma das suas mais importantes vulnerabilidades. Em conjunto representam cerca de 34% do PIB e parte significativa dos esforços de desenvolvimento baseia-se nas transferências

Cabo Verde é um país ecologicamente frágil e de fracos recursos naturais. Não tem riquezas minerais que possam contribuir para o rendimento nacional, nem as condições agro-ecológicas sustentam uma agricultura de subsistência capaz de cobrir a demanda alimentar da população. A pesca é uma das poucas actividades económicas baseadas nos recursos naturais de que provém produtos de qualidade para exportação ainda que em pequena escala. O turismo é uma segunda actividade económica baseada na grande diversidade paisagística das ilhas, ilhéus e mar territorial.

A redução da pobreza, a melhoria das condições de existência da população e a protecção ambiental estão no centro do processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Estas orientações estão contidas, nas Grandes Opções do Plano, no Programa do Governo, na Estratégia da Luta Contra a Pobreza, no Programa de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação, a Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, a Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre Mudanças Climáticas, o Programa de Acção Florestal Nacional, no Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca a longo prazo (horizonte 2015), no Plano de Acção de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, em Planos de Acção de desenvolvimento Agrícola de algumas ilhas já elaborados, nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e em tantos outros documentos das Conferências, Acordos e Tratados internacionais.

O actual quadro estratégico de Políticas de Desenvolvimento a Médio e Longo Prazos baseia-se no “Documento Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza” (DECRP). Este Documento insere-se no quadro do processo de planeamento estratégico que tem vindo a ser prosseguido por Cabo Verde, e que tem como instrumentos fundamentais as Grandes Opções do Plano (GOPs) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A Orientação Estratégica Global é a promoção do bem-estar das populações através de uma inserção competitiva da economia nacional no Sistema Económico Mundial.

A história dos últimos anos de aplicação de políticas públicas em Cabo Verde mostra que as preocupações com o combate à pobreza têm assumido um papel central na definição e na implementação das estratégias de desenvolvimento e de crescimento sócio-económico.

O que é novo, no presente contexto, é a clara assumpção de que a política de combate à pobreza faz agora parte integrante das políticas públicas a nível global, sendo por isso indissociável das opções estratégicas que são tomadas a esse nível.

2.2. Organização política e administrativa

A República de Cabo Verde é soberana, unitária e democrática, regendo-se por leis internas que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos, a paz e a justiça. Para além do seu ordenamento jurídico, o Estado de Cabo Verde vincula-se ainda às convenções e tratados internacionais sobre os direitos humanos e soberania dos povos.

Tomando a vontade popular como substrato, o Estado de Cabo Verde assenta-se nos princípios da liberdade ideológica, da democracia política, social, cultural, religiosa e económica, da igualdade, da justiça e da solidariedade. Assim, assume-se como um estado de direito, democrático e laico.

O funcionamento do Estado rege-se por um modelo republicano e democrático, que estabelece como princípios fundamentais a unidade do Estado, a separação e a interdependência dos órgãos de soberania, a neutralidade religiosa, a independência

dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização da administração pública.

O poder político é exercido pelo povo através do sufrágio, do referendo e por outras formas constitucionalmente estabelecidas. O Presidente da República é o representante supremo do Estado e é eleito pelo povo. A Assembleia Nacional é constituída com base no voto popular e é ela que designa o Chefe do Governo a ser nomeado pelo Presidente da República.

Administrativamente, o país está dividido em vinte e dois concelhos, distribuídos da seguinte forma: Maio (1), Boavista (1), Brava (1), Sal (1), São Vicente (1), São Nicolau (2), Fogo (3), Santo Antão (3) e Santiago (9). A administração de cada concelho é assegurada pela Câmara Municipal (órgão executivo) e pela Assembleia Municipal (órgão deliberativo). Esses dois órgãos municipais são eleitos pelas respectivas populações.

2.3. Contexto Político e Institucional

A institucionalização da problemática ambiental é uma questão relativamente nova, o que se reflecte nas lacunas existentes e na ausência de instrumentos consolidados. O leque de instrumentos para a gestão do ambiente é fracamente desenvolvido e pouco aplicado. Refere-se a, por exemplo, ao fraco desenvolvimento do Ordenamento do Território, as lacunas e a fraca consistência e coerência da legislação e o sistema de informação que ainda é rudimentar.

A partir da Conferência Mundial de Ambiente de Rio de Janeiro de Junho de 1992, o ambiente vem ganhando um novo impulso e um cunho institucional em Cabo Verde.

Cabo Verde aderiu aos princípios de desenvolvimento sustentável enunciados na Agenda 21, que foram acordados na Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e desenvolvimento em Junho de 1992 e elaborou um Primeiro Plano de Acção Nacional para o Ambiente em 1994.

A problemática ambiental ganhou uma nova dimensão a partir de 1995, com a criação do Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA) que foi extinto em 2002, dando lugar à criação da actual Direcção Geral do Ambiente (Decreto-Lei n.º 8/2002 de 25 Fevereiro), que aprova a orgânica do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas e define as atribuições no domínio do ambiente e dos recursos naturais), Serviço Central responsável pela coordenação da política ambiental.

O contexto político caracteriza-se por uma evolução positiva a nível de tomada de consciência sobre a sustentabilidade ambiental. O poder local, hoje visto pelas populações como o responsável pela resolução da maioria dos problemas, pode desempenhar um papel importante no desafio que o ambiente propõe. As ONG e as associações nacionais e regionais estão num processo de desenvolvimento e de afirmação. Desempenham um papel cada vez mais importante no domínio da protecção do ambiente.

Além das insuficiências identificadas, o Sector do Ambiente dispõe também de potencialidades que abrem perspectivas positivas para o futuro. Regista-se actualmente, na agenda internacional e na cooperação bi/multilateral, um maior interesse pelo o ambiente, um crescimento da sensibilidade do poder político e um desenvolvimento notável das ONG e das associações. Este contexto proporciona um quadro favorável para a multiplicação de iniciativas e parcerias na área do ambiente.

Existe também, a nível do Estado e das Instituições de Investigação, uma capacidade humana e técnica suficientes para a acumulação de conhecimentos, transferência de «saber fazer» gerir situações e criar alternativas no domínio do ambiente. Deste modo,

existem condições que proporcionam a criação de uma infra-estrutura institucional adequada para o desenvolvimento integrado tendo o ambiente como suporte.

A população deverá desempenhar um papel chave na realização dos objectivos das políticas. Deve suscitar-se o interesse das comunidades para o ambiente e promover a acção comunitária junto às instituições governamentais e gerando as mudanças necessárias no meio em que vivem e produzem.

Importa referir que a Lei de Base da Política do Ambiente associa explicitamente o ambiente ao ordenamento do território e ao planeamento económico. Estipula que deve existir um órgão nacional responsável pela política do ambiente capaz de garantir a integração da problemática do ambiente, do ordenamento do território e do planeamento económico, quer a nível global quer a nível sectorial.

A adequação da actual estrutura orgânica para dar resposta aos problemas e, sobretudo, assegurar a efectividade e execução da política e dos programas nacionais do ambiente constitui uma prioridade assumida pelo Governo para os próximos anos. Deverá ser criada uma estrutura institucional onde devam figurar princípios da socialização do conceito de ambiente, a clara articulação das funções entre os diferentes actores, a criação de uma capacidade ambiental estável e sustentável.

Essas condições políticas e institucionais reunidas constituem requisitos essenciais para implementação dum novo processo para desenvolver as capacidades nacionais de adaptação à problemática de Gestão Sustentável das Terras.

2.4. Aspectos legislativos

Cabo Verde dispõe de um quadro normativo, amplo e abrangente no Sector do Ambiente. Nota-se uma grande preocupação do legislador em proteger a natureza e manter o equilíbrio ecológico.

Apesar do manancial legislativo aprovado nas últimas duas décadas, as leis são ainda pouco divulgadas e conhecidas. O conhecimento que o cidadão comum ou mesmo o dirigente, funcionário e agentes da Administração Pública têm das leis ambientais é francamente limitado. O acesso às fontes do direito nas repartições públicas é condicionado e a maioria dos cidadãos não tem interesse ou o hábito de se informar a este respeito. Não é, pois, de estranhar a ausência de jurisprudência sobre a aplicação do Direito do Ambiente em Cabo Verde.

As leis e seus regulamentos são acentuadamente complexos, com um elevado grau de tecnicidade, o que os torna de difícil entendimento para grande parte da comunidade que chega a ter acesso a um ou outro instrumento legal de protecção do ambiente e da natureza.

Apesar da publicação de uma Lei de autorização legislativa, em 1995, que permitia ao Governo elaborar uma Lei com os tipos penais, a tipificação das normas penais que protegem o ambiente encontra-se espalhada pelos vários diplomas sectoriais, impedindo a sua sistematização, divulgação e conhecimento.

O reforço da capacidade técnica e financeira dos Municípios para, localmente, fazer face aos problemas ambientais deve ser uma estratégia a seguir. A formação e

divulgação das leis ambientais, o apoio na criação e seguimento do funcionamento das Comissões Especializadas na Área do Direito do Ambiente, a elaboração e aplicação dos Códigos de Posturas Municipais, mostram-se fundamentais para a defesa e preservação do ambiente, pois a escassez de recursos humanos e financeiros para incrementar a fiscalização e aplicação das respectivas sanções é uma realidade.

Não existe um estatuto legal detalhado que, partindo das premissas vazadas na LBA, defina e regule o quadro de actuação das Associações ou Organizações Não Governamentais com vocação ambiental

A falta de um regime jurídico geral e regulamentar do ruído ou poluição sonora, cujas formas e meios de manifestação são díspares, é motivo de conflitos sociais, tendo em conta, entre outros, a dinâmica da vida nocturna das nossas Vilas e Cidades.

2.5. Planos, Programas e Projectos Estratégicos

Destacam-se, entre os vários *planos sectoriais de desenvolvimento*, o Programa de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação; a Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, a Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre Mudanças Climáticas; o Programa de Acção Florestal Nacional, Pana I, PANA II, DECRP, ENSA, PADA, PEDA, PAGIRH, PNED e outros.

O PAN/LCD, o Programa de Acção Nacional resulta do balanço das acções levadas a cabo pelos diferentes actores e de uma consulta massiva realizada a nível do País, envolvendo as populações afectadas pela desertificação e pela seca.

A elaboração do PAN foi um processo relativamente longo, iniciado em Junho de 1995, com a realização do Primeiro Fórum Nacional que permitiu, entre outras coisas, informar aos diferentes actores sobre o conteúdo da UNCCD. De seguida, apoiado pelo Projecto PNUD/UNSO - "*Apoio para a implementação da UNCCD*", o SEPA levou a cabo acções de informação e concertação nos Municípios do País, a partir das quais ficou então assente que cada Município deveria elaborar o seu Programa Municipal de Luta Contra a Desertificação. Igualmente, o SEPA realizou sessões de formação sobre a abordagem participativa (*diagnóstico rural participativo*) nas quais participaram representantes, homens e mulheres, de todos os Municípios. Essas acções permitiram efectuar a descentralização no processo de elaboração do PAN/LCD. Para isso foram criadas Comissões Municipais para o Ambiente em todos os municípios para, de entre outras coisas, apoiar na implementação da UNCCD a nível local. Cada Município realizou um diagnóstico participativo e elaborou um relatório que descreve a situação sócio-económica e ambiental das zonas e apresentou propostas de soluções formuladas pelas comunidades para lutar contra a desertificação e atenuar os efeitos da seca. Com base nos diagnósticos e com o apoio do SEPA, cada Município elaborou o seu Programa Municipal de Luta contra a Desertificação (PMLCD) cuja validação foi efectuada através de ateliers, com a participação de todos os parceiros. Os PMLCD foram inseridos nos Planos Ambientais Municipais (PAM).

O PANA I, apesar de não ter sido formalmente aprovado e divulgado, funcionou como alerta para alguns sectores da sociedade para os problemas do ambiente. Apresentou uma estruturação que favoreceu a apreensão integrada dos objectivos, políticas, estratégias e acções. Destacou a necessidade da integração dos aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento. Contudo, não foi suficientemente assimilado, ao nível das estruturas de planificação e decisão e, consequentemente, não foi integrado nos exercícios de planificação municipal e sectorial.

A realização do PANA I traduziu-se essencialmente na implementação de três planos de acção relacionados com a implementação das convenções sobre diversidade biológica, luta contra desertificação e mudanças climáticas.

Das Grandes Opções do Plano, a Vª OPÇÃO (Desenvolver infra – estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado) é dedicada aos aspectos ambientais. O Programa 31 Protecção e Conservação do Ambiente incluído nesta Vª Opção, sublinha que *"todo o desenvolvimento social e económico do país, por imperatividade das circunstâncias, deve ser portador de sustentabilidade e respeitador do ambiente"*.

O Programa do Governo da VI Legislatura indica que *"A conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas de Cabo Verde e a valorização dos seus recursos naturais constituirão uma preocupação central do Governo, que deverá ser traduzida numa orientação política de carácter horizontal, em concertação com as outras políticas sectoriais"*. Assim, a política de desenvolvimento e gestão dos diversos sectores da economia do país, aponta para a valorização dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas, tendo como objectivo, um desenvolvimento sustentável.

O PANA II: O Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, constitui um documento estratégico compreensivo e multidisciplinar, preparado com a participação e envolvimento de todos os sectores, reflectindo a forte inter-relação das questões ambientais nos sectores económicos, sociais e políticos e sua implicação directa e indirecta no frágil ecossistema natural de Cabo Verde como Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (*SIDS*). O PANA II, com um horizonte de 10 anos (2004-2014), tem como objectivo geral dotar o país de uma estratégia que promova o uso racional dos recursos naturais e a gestão sustentável das actividades económicas.

1. O PANA II constitui um exemplo notável de um processo de planeamento descentralizado, quer na fase de preparação quer na fase de implementação. Com base nesta orientação foram elaborados os Planos Ambientais Municipais (PAM). As áreas de gestão de resíduos, gestão sustentável de água e de recursos naturais (solos e biodiversidade) aparecem como as primeiras prioridades. O ordenamento do território, a capacitação institucional técnica e os programas de educação, formação profissional, informação e sensibilização ambiental constituem uma base essencial para a realização dos programas de conteúdo técnico.

2. Uma outra característica do PANA II é o seu carácter multisectorial. Foram por isso preparados nove Planos Ambientais Intersectoriais (PAIS) cobrindo as áreas da gestão sustentável de recursos hídricos, saúde pública, biodiversidade, ordenamento do território, educação, formação, informação e sensibilização, turismo, agricultura, silvicultura e pecuária, pescas, indústria, energia e comércio. Considera-se que a harmonização dos planos sectoriais evitará duplicações e a omissão de opções estratégicas. O processo da GST deve ser implementada de uma forma transversal através do PANA II.

3. A natureza multisectorial da política ambiental foi tida em conta na elaboração do respectivo orçamento, tendo em vista responder às necessidades de financiamento das medidas de natureza ambiental levadas a cabo pelos diferentes ministérios. Igualmente se terá em conta a divisão de responsabilidades e competências entre a administração central e local na implementação da política ambiental.

O PAGIRH: O Plano de Acção de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, é um instrumento estratégico de planificação global dos recursos hídricos que procura levar em consideração as preocupações dos parceiros, sejam eles públicos, privados, corporativos, ONGs, operadores, reguladores, instituições de ensino superior, partidos políticos, tudo com o objectivo assegurar, na diversidade de opiniões e na pluralidade de visões um amplo leque de consensos nacionais em torno das mudanças paradigmáticas que se mostrarem necessárias, minimizar significativamente os riscos inerentes a sobreposição de acções que uma planificação isolada potencia.

Inscribe-se no âmbito dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado de Cabo Verde no decurso da Cimeira de 2004 em Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável, em que a Comunidade Internacional se engajou a ajudar os países do Sul na elaboração dos seus planos nacionais de gestão integrada dos recursos hídricos necessário como condição necessária para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O PNED: O Programa Regional de Promoção das Energias Domésticas e Alternativas no Sahel foi lançado em Cabo Verde em 2003 pelo Comité Interestadual de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS). O programa tem como objectivo principal ajudar os estados membros do CILSS, a organizarem-se de forma profissional e concertada, promovendo o aprovisionamento durável e a utilização racional das energias domésticas numa perspectiva da redução da pobreza e protecção do ambiente com vista a conceber, adoptar e implementar um plano estratégico para as energias domésticas (PNED).

Visa traduzir em projectos as orientações emanadas da Estratégia Nacional para as Energias Domésticas e da Carta de Política Sectorial, ratificada pelos ministros da Economia e do Ambiente. O PNED está orçado em 5,3 milhões de euros (cerca de 584 mil contos). A sua realização está prevista para o período de 2010 a 2014.

O PNED vai traduzir em projectos as orientações da estratégia nacional para as energias domésticas, satisfazendo as necessidades energéticas da população e da economia do país e disponibilizar energia em quantidade suficiente e a custos acessíveis. Esta política vai melhorar o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo do mundo rural, sem criar desequilíbrios macro-económico e ambiental.

O uso eficiente dos equipamentos modernos, o uso sustentável da produção florestal, e a utilização das fontes renováveis são as principais estratégias adoptadas para minimizar os efeitos negativos da utilização indevida dos combustíveis sólidos no sistema económica e ambiental.

A eficácia para atingir os objectivos propostos no PNED passa pela substituição da lenha pelo gás, pela racionalização das energias renováveis domésticas, pela descentralização da gestão florestal, pelo aproveitamento dos resíduos sólidos e pela valorização económica e social dos recursos lenhosos, entre outros.

A gestão dos recursos florestais é outro factor para o melhoramento do sector ambiental, desde que se implemente a metodologia de conservação de recursos florestais, formação de técnicos, dotação de meios para os guardas florestais e outra medidas.

PAFN: O Plano de Acção Florestal Nacional, elaborado em 1994, faz parte do Plano de Acção Florestal Tropical (PAFT). O PAFN foi concebido tendo em conta os eixos directores do III PND. Os seus objectivos e as suas estratégias estão em conformidade com os do PANA I.

O PAFN definiu três objectivos maiores numa perspectiva de 15 anos: Inverter o processo da desertificação e melhorar as condições de vida das populações; Restaurar o património ecológico pela constituição e manutenção de uma cobertura vegetal e

adoptar técnicas de conservação de solos; Explorar racionalmente e de maneira sustentável os recursos naturais e contribuir para a satisfação das necessidades das populações em combustível lenhoso, pasto e madeiras.

O programa articula-se à volta de fileiras verticais, tais como: o silvo-pastoralismo, energia lenhosa, agro-silvicultura, madeira, produtos não lenhosos e as reservas naturais dirigidas. Os princípios directores das acções do PAFN são: - um estreito e total envolvimento das populações que utilizam os recursos florestais como meios de subsistência; a realização do exercício de planificação e de implementação do PAFN por nacionais; e a abordagem multi-sectorial.

PEDA/PADAs: A formulação da estratégia de desenvolvimento agrícola e da pesca, apoia-se em políticas, iniciativas e dinâmicas em curso, de entre as quais: (i) a visão estratégica de desenvolvimento a médio prazo do Governo, apresentado nas Grandes Opções do Plano 2002-2005 (GOP), (ii) o documento provisório de estratégia de redução da pobreza (DECRP) do país, que definem a segurança alimentar e a garantia da coesão social no meio rural como eixos estratégicos importantes, (iii) o programa nacional de segurança alimentar de Cabo Verde, com ênfase na redução da pobreza (iv) o PANA II, (v) o documento UNDAF para Cabo-Verde elaborado em Setembro 2002, com quatro eixos de intervenção prioritários e cinco dimensões transversais, (vi) a dimensão género, para favorecer a participação efectiva de todas as camadas da sociedade (nomeadamente as mulheres) no processo de desenvolvimento sócio-económico do país, e (vii) a dinâmica de integração sub-regional, em curso no quadro da CEDEAO e do CILSS, e continental no quadro da NEPAD.

O PEDA constitui uma estratégia de desenvolvimento agrícola a longo prazo (horizonte 2015) e preparar um plano de acção prioritário a médio prazo (horizonte 2008). Nesta perspectiva, consiste em (i) análise da situação actual do sector, (ii) identificação dos constrangimentos e as oportunidades, (iii) desenvolvimento opções políticas, estratégias e instrumentos inovadores de apoio à decisão que favorecem e contribuem para a evolução dos sistemas de produção agrícolas, com vista ao desenvolvimento rural sustentável, e (iv) elaboração de um plano de acção para o período 2005-2008.

A continuidade (no quadro da mudança) do plano nacional de desenvolvimento 2002-2005 do governo, os laços e a coerência entre as acções nos diferentes subsectores e fileiras, o papel dos diferentes actores (produtores, estado, colectividades locais descentralizados, sector privado, operadores económicos e parceiros de desenvolvimento) os meios financeiros a mobilizar para o seu desenvolvimento, foram tidos em consideração.

Os PADAs são Planos de Acção que consistem Instrumentos de regionalização do PEDA.

Os próximos 10 anos da sua implementação vão permitir reorientar e consolidar uma nova agricultura, capaz de assegurar simultaneamente : (i) a gestão sustentável dos recursos naturais, (ii) intensificar, diversificar e valorizar a produção agrícola e da pesca e (iii) a promoção de actividades rurais geradoras de rendimento, incluindo o turismo rural.

DECRP II: Inscreve-se nos objectivos de política do Governo, de assumir o combate à pobreza segundo uma abordagem integrada e horizontal relativamente aos diferentes domínios da governação, em estreita articulação com as políticas que procuram promover o crescimento económico. Reflecte também a preocupação de assumir a dimensão social como uma dimensão incontornável do processo de desenvolvimento

económico, na base do entendimento de que aquelas duas esferas são inseparáveis, sobretudo ao nível das suas consequências sobre o desenvolvimento humano.

A Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (ECRP) insere-se no quadro do processo de planeamento estratégico que tem vindo a ser prosseguido por Cabo Verde, e que tem como instrumentos fundamentais as Grandes Opções do Plano (GOPs) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A história das últimas décadas de aplicação de políticas públicas em Cabo Verde mostra que as preocupações no combate à pobreza têm assumido um papel central na definição e na implementação das estratégias de desenvolvimento e de crescimento sócio-económico. O que é novo, no presente contexto, é a clara assumpção de que a política de combate à pobreza faz agora parte integrante das políticas públicas a nível global, sendo por isso indissociável das opções estratégicas que são tomadas a esse nível.

O conceito de política de redução da pobreza adoptado pelo governo cabo-verdiano é abrangente e cobre tanto as políticas de carácter macroeconómico (orçamental, monetária e cambial), e de gestão pública e boa governação, como as políticas de natureza sectorial e microeconómica, visando os grupos - alvo da população mais pobre. A arquitectura da ECRP está centrada num conjunto de políticas nucleares de onde decorrem cinco eixos estratégicos de natureza programática. Tais políticas são: i) política de crescimento e de estabilidade macroeconómica, ii) política de descentralização, iii) política de emprego, com integração progressiva das FAIMO, iv) política de desenvolvimento do sector agrícola, v) política de maximização dos efeitos induzidos pelos sectores produtivos com maior efeito multiplicador sobre o emprego, vi) política de redistribuição e de protecção social e vii) política ambiental.

Os eixos estratégicos configuram as várias modalidades de intervenção dos poderes públicos, a nível central e local, através de programas e medidas de política, assim organizados: Eixo 1: Promover a boa governação, reforçando a sua eficácia e garantindo a sua equidade; Eixo 2: Promover a competitividade para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos; Eixo 3: Desenvolver e valorizar o capital humano; Eixo 4: Melhorar e desenvolver as infra-estruturas básicas, promover o ordenamento do território e salvaguardar o ambiente; Eixo 5: Melhorar o sistema de protecção social, reforçar sua eficácia e garantir a sua sustentabilidade.

Os custos da implementação da estratégia totalizam US\$ 459 milhões, dos quais US\$ 359 milhões em investimentos e US\$ 99 milhões em despesas de funcionamento ocasionadas pelas medidas e actividades específicas induzidas pela implementação da ECRP, financiada pelo Governo e vários parceiros de desenvolvimento, entre os quais, Banco Mundial, BAD, FIDA, Nações Unidas.

PNLP: O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza assume um papel instrumental na implementação de um conjunto de medidas visando as populações mais pobres. A este respeito importa realçar a relação entre os programas de protecção social que vêm sendo desenvolvidos e o PNL. Este programa tem como sub-programas: i) a integração dos pobres na economia, ii) a melhoria do acesso social dos pobres, iii) a mobilização social, e iv) o reforço da capacidade institucional. O PNL define como metas a atingir, a redução da taxa da pobreza, a erradicação da pobreza absoluta, a elevação do rendimento médio das camadas que vivem abaixo do limiar da pobreza, a melhoria da capacidade produtiva dos pobres, a melhoria das infra-estruturas económicas e sociais das comunidades pobres e a reconversão das FAIMO, viradas para os seguintes grupos-alvo prioritários: mulheres, sobretudo mulheres chefes de família, trabalhadores das FAIMO, desempregados e, particularmente, jovens desempregados, grupos vulneráveis (idosos, portadores de deficiências, crianças abandonadas e inválidos). Actualmente, o **PLPR/PNL** foi reforçado com mais uma assistência financeira do FIDA para o IIIº Ciclo (2008-2011).

ENSA: A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar é um instrumento que pretende garantir a disponibilidade e a estabilidade alimentar no abastecimento dos mercados centrais e periféricos. Visa garantir até 2015, uma melhoria sustentável das condições de acesso a alimentação e aos serviços sociais de base nos meios urbanos e rurais com particular incidência nas camadas e zonas mais vulneráveis. Pretende ainda proporcionar uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo para a satisfação das outras necessidades básicas no país.

O plano prevê, ainda, promover a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água, com vista à protecção da saúde pública e do consumidor. Promover uma agricultura mais produtiva, diversificada e durável e melhorar os dispositivos de prevenção e gestão de crises alimentares no quadro do sistema de segurança alimentar, são outros propósitos da estratégia, tendo em vista o desenvolvimento humano, económico e social de Cabo Verde.

A insegurança alimentar é um problema crónico e recorrente em Cabo Verde e atinge sobretudo a população mais pobre. Na verdade, o país defronta-se com um défice alimentar estrutural, relacionado com a insuficiência de terras aráveis e com a irregularidade e insuficiência do regime de chuvas. Como consequência, a produção agrícola de cereais (sobretudo milho) não garante mais do que 10 a 15% das necessidades alimentares, embora nas pescas a cobertura seja substancialmente mais elevada. Deste modo, Cabo Verde depende da cooperação internacional para o abastecimento de bens alimentares, tendo em vista, por um lado, contornar as dificuldades de importação associadas à escassez de divisas, e por outro lado, assegurar um nível de rendimento mínimo às famílias mais pobres através do financiamento de pequenas actividades de interesse público. Estas são financiadas através dos fundos de contrapartida resultantes da venda no mercado interno da ajuda em espécie.

No contexto actual não existem Programas/Projectos específicos para a Gestão Sustentável das Terras, mas há Programas/Projectos Maiores que integram a Componente Luta contra a Desertificação como estratégia de implementação, conforme se depreende da descrição acima, sintetizadas no Quadro nº 5.

Quadro nº 5 : Programas/Projectos integrando a Componente UNCCD/GST		
TEMÁTICA	PROGRAMAS/PROJECTOS	PARCEIROS
<i>Ambiente</i>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ PAN-LCD (elaborado em 1998 e aprovado em 2000) ✚ PANA II ✚ Plano de Acção Florestal Nacional (PAFN) que integra o Plano de Acção Florestal Tropical (PAFT) ✚ EPAN-NCSA 	SE/CCD, CILSS, FAO UE, BM, FIDA, BAD, PNUD/GEF, França, Holanda, Luxemburgo, USA, Portugal. Holanda, Áustria, Cooperação Francesa Países do Grupo de Apoio Orçamental (GAO)
<i>Luta contra a Pobreza</i>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Programa Nacional de Luta contra a Pobreza ✚ DECRP 	
<i>Agricultura</i>	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola (PEDA) no horizonte 2015 e Planos de Acção 	GOV-CV, FAO e Parceiros Bi e/ou Multi-laterais

<i>Pecuária</i> <i>Segurança Alimentar</i>	para o Desenvolvimento Agrícola (PADAs) ✚ Plano de Desenvolvimento Hortícola ✚ Plano Director da Pecuária ✚ Plano Nacional para a Segurança Alimentar.	
<i>Água</i>	✚ Visão Nacional de Água, Vida e Ambiente no horizonte 2025 ✚ O Plano Director dos Recursos Hídricos em Cabo Verde ✚ PNGIRH /PAGIRH– Programa Nacional e Plano de Acção de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos	GOV-CV <i>Global Water Partnership, Regional Water Partnership/UE, BM, CEDEAO, Luxemburgo, Áustria, Holanda...</i>

3. A IMPLEMENTAÇÃO DA UNCCD EM CABO VERDE

3.1. A Luta contra a Desertificação em Cabo Verde

Tal como nos demais países inseridos no contexto do Sahel, em Cabo Verde a seca ou défice de chuvas, é a principal causa da desertificação. Às acções nefastas da seca, adicionam-se as do homem, especialmente:

- ✓ Desarborização devido ao corte de lenha para a energia doméstica;
- ✓ Pastagem excessiva por animais, em particular as cabras;
- ✓ Uso inadequado das terras para fins agrícolas;
- ✓ Cultivos extensivos sem tratamentos preliminares nas encostas de forte declive.

O fenómeno da desertificação está presente em todo o país, de forma diferente e de acordo com as características físicas das ilhas do arquipélago. No Sal, Boa Vista e Maio, ilhas planas e arenosas, a desertificação manifesta-se, sobretudo pelo desaparecimento quase total do coberto vegetal e por erosão eólica intensiva. Nas outras ilhas, os efeitos combinados das características geomorfológicas e climáticas provocam escoamento torrencial e erosão hídrica considerável.

A principal consequência social da seca no meio rural tem sido o aumento do desemprego e do êxodo rural, com reflexos na qualidade de vida das populações, segurança alimentar e migração.

Por esses motivos, em Cabo Verde, a problemática da degradação das terras vem sendo uma preocupação constante desde antes da independência, com maior incidência na última década, como se depreende pela linha cronológica de intervenções abaixo:

- A partir da independência (1975) os governos cabo-verdianos deram ao **ordenamento do espaço rural uma dimensão nacional**. O estabelecimento de uma estratégia de reconquista da natureza estava ligado a razões de ordem política, cultural e económica. O Governo pretendia reduzir a

pobreza no meio rural criando empregos e diminuindo o êxodo rural. Assim, a maioria dos empregos ligados à luta anti erosiva, à restauração biológica e à gestão da água foi proporcionado pelas FAIMO (Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra). As acções de luta contra a desertificação foram consideráveis nesse período e constituíram um sucesso inegável. No entanto, foram apontados vários pontos fracos na estratégia adoptada, tais como:

- ✓ Ausência de uma abordagem integrada e multi-sectorial;
 - ✓ Falta de coordenação entre os projectos e de enquadramento institucional;
 - ✓ Insuficiência no processo continuo de seguimento - avaliação dos projectos;
 - ✓ Insuficiência do trabalho de pesquisa - desenvolvimento nos projectos.
- A “nova abordagem” da LCD à partir de 1995: Cabo Verde foi o primeiro país africano e o segundo no mundo que assinou e ratificou a Convenção de Luta contra a Desertificação. Isto demonstra a importância estratégica dada à referida Convenção pelas autoridades cabo-verdianas, fazendo de Cabo Verde um país “*chefe de fila*” na região africana. Consciente do fracasso dos métodos de intervenção preconizados no passado e tendo uma real vontade de fazer participar as populações nas políticas de desenvolvimento rural, o Governo cabo-verdiano adoptou uma estratégia que favoreceu a descentralização dos serviços técnicos e a privatização das actividades de produção e gestão dos recursos naturais, com uma desvinculação gradual do Estado. A *abordagem participativa* que abriu perspectivas para uma participação activa e responsável das populações e colectividades locais, e a metodologia de concepção, integração e gestão dos projectos de LCD, foram escolhidos como instrumentos privilegiados da nova estratégia de intervenção do Governo no âmbito da UNCCD.
- O Conselho dos Ministros para o Ambiente (CMA) foi criado e encarregue de coordenar todas as actividades dos Ministérios envolvidos nas acções ligadas à GRN (Gestão dos Recursos Naturais). A criação do ONC (Órgão Nacional de Coordenação), foi efectiva em 1995, de acordo com a Resolução 9 relativa as actividades a serem implementadas em urgência em África (Obrigações da Convenção UNCCD). Este órgão enfrentou constrangimentos de funcionamento e problemas de coordenação.
- Grande parte das actividades de Luta contra a Desertificação foi desenvolvida de acordo com os princípios básicos da UNCCD, nomeadamente a participação das populações, parcerias locais, nacionais e internacionais. O Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA) foi designado como ponto focal da UNCCD.
- Entre 1995 e 2001-2002, a implementação da UNCCD em Cabo Verde, foi coordenada através de um Projecto de reforço institucional. Apesar do processo PAN-LCD ser descentralizado e participativo durante este período, a coordenação foi centralizada ao nível do SEPA, e a abordagem institucional escolhida foi de “projecto” e não “programa”. Depois do Projecto de apoio a implementação da UNCCD terminar na actual Direcção Geral do Ambiente (DGA), não existe informação de uma capitalização efectiva, no seio da DGA, de todas as actividades, resultados e perspectivas para dar continuidade ao processo UNCCD.
- O PANA II, em princípio, absorveu “o capital UNCCD em Cabo Verde”, apesar de não apresentar uma referência objectiva do mesmo.

- ❑ O **Programa de Formação Informação Educação para Ambiente (PFIE-CILSS/UE)** implementado no mesmo período foi tido em conta no Plano Ambiental Intersectorial de Educação, parte integrante do PANA II.
- ❑ Depois das diferentes COP/UNCCD, foram elaborados Relatórios de missão, mas não houve ateliers de restituições das recomendações e decisões, para informação às outras entidades nacionais, Municípios, Sociedade Civil, Comunidades de Base e Beneficiários.
- ❑ Muitos estudos já foram feitos pelo SEPA/DGA, no quadro das Convenções em Cabo Verde. Os estudos no âmbito da UNCCD foram inventariados pelo SEPA/DGA, para criação de um BD, mas não houve continuidade deste processo. Não existe uma compilação acessível aos beneficiários e utilizadores desta informação.
- ❑ Nos anos recentes observou-se uma queda na visibilidade das acções de Luta contra a Desertificação e da discussão sobre a GST no país. As actividades relacionadas com a temática diluíram-se entre outras actividades da gestão ambiental, a ponto de o II PANA não inserir um capítulo específico para a Luta contra a Desertificação (não obstante a relevância do problema para o país).
- ❑ Com a implementação do TCP CPLP/FAO, o Comité Nacional estabelecido para coordenar as análises e levantamentos de informação foi declarado como comité permanente para as discussões nesse âmbito, retomando assim a GST um lugar de destaque na pauta das estratégias nacionais.

3.2. Síntese dos problemas ambientais prioritários em Cabo Verde no enfoque das três Convenções do Rio

No contexto da análise de sinergias entre as três convenções do Rio, foi elaborado um estudo que aponta os problemas ambientais prioritários em Cabo Verde, destacando-os como forte, moderado ou fraco e relacionando-os a cada uma das convenções: Combate à Desertificação (UNCCD), Biodiversidade (UNCBD) e Alterações Climáticas (UNFCCC)

Conforme o estudo realizado, a ocupação desordenada, a degradação das zonas e a degradação da cobertura vegetal apresentam-se como problemas com grande relevância, provavelmente gerando os demais problemas numa relação de causa e efeito, especialmente a degradação dos solos e a redução da disponibilidade de água para consumo humano e para a produção.

Esses elementos são indicativos importantes para as futuras acções de Gestão Sustentável das Terras (ver Quadro N°1).

Quadro n°1: Problemas Ambientais Prioritários

Problemas Ambientais Prioritários	Transversalidades		
	UNCCD	UNCBD	UNFCCC
NACIONAL			
Falta de um plano nacional de ordenamento território	+++	+++	+++
Degradação dos solos nas zonas rurais	+++	+++	++
Poluição do solo urbano	+	+	++
Diminuição da qualidade e	+++	+++	++

Problemas Ambientais Prioritários	Transversalidades		
	UNCCD	UNCBD	UNFCCC
NACIONAL			
quantidade de água			
Perda da biodiversidade	+++	+++	+++
Degradação e poluição de zonas costeiras	+++	+++	++
Diminuição da qualidade do ar	++	+++	+++
Degradação da paisagem	+++	+++	++
LOCAL			
Dificuldade de abastecimento de água para consumo humano	+++	+++	++
Degradação da cobertura vegetal	+++	+++	+++
Exploração descontrolada dos inertes	+++	+++	+++
Falta de planos locais de ordenamento território	+++	+++	+++
Degradação da qualidade Estética e paisagística	+	+	+
Deficiente saneamento do meio	+	+	++
Escassez de água de rega	+++	+++	++
Perda de biodiversidade	+++	+++	+++

Fontes: RELATÓRIO DE TRANVERSALIDADE E SINERGIA ENTRE AS TRÊS CONVENÇÕES DE RIO (CCD, CBD, CCC) ; Projecto NCSA – GEM - CABO VERDE; Abril de 2007

+++ : forte ++ : moderado + : fraco

O Quadro acima destaca algumas áreas de políticas públicas que precisam ser reforçadas para que haja uma implementação eficaz das três convenções. Especificamente em relação à UNCCD, podem ser destacadas as seguintes áreas de políticas:

- Ordenamento do Território
- Conservação dos Solos
- Reflorestamento e Preservação da Biodiversidade
- Regulação e Abastecimento de Água
- Exploração de Recursos Naturais em Zonas costeiras

O Relatório Nacional de Cabo Verde sobre a situação da Desertificação de 2006 destaca uma sequência de riscos e situações de vulnerabilidades, seguidos de impactos socioeconómicos e estratégias de Adaptação, conforme indica o Quadro Nº 2. A análise desse Quadro aponta as possíveis estratégias de adaptação e busca de soluções em Cabo Verde.

As estratégias de adaptação abaixo referidas, foram submetidas à análise do Comité Nacional para apontar o seu nível de implementação e as limitações e/ou constrangimentos que identificam.

Quadro nº 2 – Desertificação/Degradação das Terras: Vulnerabilidade e Estratégias de Adaptação

Riscos / Vulnerabilidade	Impactos socioeconómicos	Estratégias de Adaptação
<ul style="list-style-type: none"> Degradação dos solos Aumento do escoamento superficial e erosão hídrica Redução das águas superficiais e do lençol freático Deficit hídrico Salinidade dos solos Diminuição dos recursos pastorícios Diminuição da capacidade regenerativa natural dos solos Deficit de recursos / produtos florestais Redução / perda da biodiversidade Erosão costeira Degradação dos ecossistemas hidrográficos Intrusão salina no interior dos ecossistemas hidrográficos 	<ul style="list-style-type: none"> Pobreza e insegurança alimentar Diminuição dos rendimentos das populações rurais Êxodo rural e aumento da pobreza peri - urbana Desequilíbrios territoriais e regionais 	<ul style="list-style-type: none"> Reforço e manutenção das obras de arborização e reflorestação e de conservação dos solos e água nas zonas mais vulneráveis Desenvolvimento e Reforço de equipamentos, infra-estruturas de perfuração, captação, retenção e armazenagem de água Acesso facilitado aos financiamentos para sistemas gota – gota Desenvolvimento de formas de gestão duráveis agro-silvo-pastoris Assegurar a protecção e conservação da diversidade biológica Introdução de espécies mais resistentes, melhoria genética Promoção das energias renováveis / alternativas e de combustíveis domésticos de substituição Regulamentação e Fiscalização da extracção de areia e inertes Ordenamento e protecção das zonas costeiras e eco sistemas hidrográficos Implementação de mecanismos de gestão duráveis de RN Responsabilização da sociedade civil e das comunidades rurais na gestão durável dos RN

Fontes: PERFIL TEMÁTICO NA ÁREA DA DESERTIFICAÇÃO / DEGRADAÇÃO DAS TERRAS EM CABO VERDE: Análise da Situação em relação às obrigações e compromissos no âmbito da UNCCD; Projecto NCSA – GEM - CABO VERDE; Novembro 2006.

3.3. Identificação das lacunas na implementação da UNCCD em Cabo Verde

3.3.1 – A Estratégia Decenal da UNCCD

Na COP 8 da CCD, em Madrid, foi aprovada uma estratégia de dez anos para melhorar a aplicação da Convenção no período de 2008-2018. Uma série de factores levaram à adopção dessa estratégia, dentre eles, a aprovação dos Objectivos do Milénio e a necessidade de um compromisso mais firme em prol da mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Nesse momento a CCD assumiu como meta “criar uma aliança mundial para reverter e prevenir a desertificação e a degradação das terras e mitigar os efeitos da seca nas zonas afectadas, a fim de apoiar a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental”. Como “objectivos estratégicos” orientadores das acções, foram indicados:

Objectivo estratégico 1 – Melhorar as condições de vida das populações afectadas

Esse objectivo dialoga directamente com as directrizes internacionais de combate à pobreza, de forma que as pessoas das áreas afectadas pela desertificação, degradação da terra e por secas tenham uma base de meios de subsistência cada vez melhor e mais diversificada, e se beneficiem da renda gerada pela gestão sustentável da terra.

Dessa forma, deve ser reduzida a vulnerabilidade sócio-económica e ambiental dessas populações às mudanças e à variabilidade climática, além da seca e seus efeitos. Espera-se também, com a implementação desse objectivo, uma redução do número de pessoas afectadas pelos processos de desertificação e degradação das terras e seca com o aumento da proporção de famílias que vivem acima do limiar de pobreza nas zonas afectadas.

Objectivo Estratégico 2 - Melhorar as condições dos ecossistemas afectados

Este objectivo enfrenta a problemática ambiental e da produtividade da terra, que, assim como outros bens e serviços dos ecossistemas das áreas afectadas, devem beneficiar-se de uma exploração sustentável, contribuindo para melhorar os meios de subsistência das populações afectadas.

Neste contexto, deve haver uma redução da vulnerabilidade dos ecossistemas às mudanças climáticas, com queda da área total afectada pela desertificação e degradação do solo. Pari passo a essa melhoria dos ecossistemas, deve-se verificar aumento da produtividade primária líquida, impacto que terá reflexos sobre a produção de alimentos, a segurança alimentar e a redução da pobreza.

Objectivo Estratégico 3 - Gerar benefícios globais, através da aplicação efectiva da UNCCD

Para além dos benefícios locais e nacionais, a gestão sustentável da terra e o combate à desertificação e à degradação do solo devem contribuir cada vez com maior intensidade para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e a mitigação das alterações climáticas.

Assim, a conservação e recuperação de solos deve promover o aumento dos estoques de carbono (biomassa do solo e das plantas) nas áreas afectadas, aliada a uma ordenação sustentável das zonas de ecossistemas florestais, áreas agrícolas e aquíferas.

Objectivo Estratégico 4 - Mobilizar recursos para apoiar a implementação da Convenção através da criação de parcerias efectivas entre os actores nacionais e internacionais

O compromisso dos Estados Nacionais com a Gestão Sustentável da Terras deve manifestar-se em vários níveis, principalmente no volume de investimentos que são destinados para a Luta contra a Desertificação. Esses investimentos devem ser distribuídos por várias políticas sectoriais que impactam positivamente a gestão de terras, tais como a gestão de bacias hidrográficas, recuperação de áreas alteradas por mineração, gestão de zonas costeiras entre outras.

As parcerias nacionais e internacionais devem ser fortalecidas com foco nos objectivos estratégicos estabelecidos, na promoção de sinergias e complementaridades e no aumento da eficácia e efectividade da Ajuda Internacional.

3.3.2. Adequação do PAN-LCD à Estratégia Decenal da UNCCD

O PAN-LCD de Cabo Verde foi elaborado com apoio do CILLS - Comité Interpaíses de Luta contra a Desertificação no Sahel que agrupa 9 países. A elaboração do PAN iniciou-se em 1995, com a realização do Primeiro Fórum Nacional, o qual permitiu formar as parcerias necessárias que permitiram a disseminação de informações e discussões no 17 municípios. Essa etapa permitiu o desenvolvimento dos planos municipais de luta contra a desertificação. Uma formação em diagnóstico participativo permitiu a realização de um diagnóstico no âmbito das comunidades. Assim, o PAN foi estruturado com base em 190 projetos municipais na forma de fichas de projectos, organizados em 5 projectos nacionais.

A matriz lógica desenvolvida para a implementação do PAN-LCD de Cabo Verde estabelece uma série de indicadores de resultado e um quadro de marco zero do projecto. No entanto, o processo de monitoramento e avaliação não permite uma identificação imediata e quantitativa do nível de alcance desses resultados e objectivos, 14 anos após a elaboração do PAN.

A UNCCD interpela as Partes para integrar e coordenar a colecta, análise e troca de dados e informações para permitir de assegurar a Observação Sistemática da Degradação das Terras e melhor avaliar os efeitos da seca e da desertificação. Isso poderá ser feito através da implementação, ao nível nacional, de um sistema de informação para o ambiente. O SEPA iniciou as actividades neste sentido com estudos ligados à criação e implementação de um "SIG piloto", nomeadamente em Santiago. Mas não se tratou de um verdadeiro SID nacional (Sistema de Informação sobre a Desertificação), temático e instrumento de seguimento e avaliação sistemática. No âmbito do PANA II, a DGA criou um SIA (Sistema de Informação para o Ambiente). Este sistema em fase de implementação e consolidação, não integrou ainda o SID.

Apresenta-se nestes relatório uma avaliação qualitativa que destaca, dentre outras coisas, que, nos últimos anos, houve um gap na disseminação de informações e na mobilização dos actores. Após as diferentes COP/UNCCD, foram elaborados Relatórios

de missão, mas não houve ateliers de restituições das recomendações e decisões, para informação às outras entidades nacionais, Municípios, Sociedade Civil, Comunidades de Base e Beneficiários.

Por outro lado, vários estudos foram elaborados pelo SEPA/DGA, no quadro das Convenções em Cabo Verde. No caso da UNCCD, esses estudos foram inventariados pelo SEPA/DGA, para criação de um Banco de Dados, mas não houve continuidade deste processo. Assim, não existe uma compilação acessível aos beneficiários e utilizadores desta informação.

No campo, percebe-se que o saber - fazer, as práticas e técnicas tradicionais não foram sistematicamente capitalizadas no âmbito do PAN-LCD . – Existem estudos específicos, mas não houve um “programa de apoio/reforço das capacidades para capitalização sistemática destes conhecimentos”.

Outra lacuna na implementação da UNCCD é a questão do acesso seguro aos recursos naturais (RN) e a problemática fundiária. Em Cabo Verde, a desertificação é uma realidade presente: a erosão dos solos existe, de uma forma geral os RN continuam se degradando e a serem objecto de “agressão” por parte das populações necessitadas e/ou de projectos sem fiscalização e seguimento - avaliação, apesar da amplitude dos investimentos injectados pelo Estado e os seus parceiros na Luta contra Desertificação.

Esta questão fundiária ainda é tratada de forma insuficiente na implementação do PAN-LCD e do PANA II. Ela deve ser retomada no processo actual de revisão estratégica na implementação das Convenções (ver na caixa seguinte argumentos para o efeito)

A falta de acesso a terra pode comprometer a durabilidade e sustentabilidade dos recursos naturais, na medida em que condiciona as estratégias utilizadas pelas famílias que, muitas vezes, são obrigadas a recorrer a actividades alternativas que ao longo prazo são danosas para o ambiente (apanha de areia, apanha de lenha, por exemplo), para garantir a sua sobrevivência, a curto prazo.

Segundo o ISVAF – 2005, cerca de 10% das famílias, declaram não praticar a agricultura por não terem terra. Aliado a isso, não há uma cultura de protecção ambiental e de visão ao longo prazo das questões de Gestão dos Recursos Naturais por parte das populações que se manifesta no Sobrepastoreio e tentativas de invasão de zonas protegidas (dos pastores que vivem perto do Monte Verde - Ilha do Fogo, ou então tentativas de desmatamento de acácias e pinheiro em zonas altas de S. Antão para a pratica de sequeiro).

A procura de parcelas da zona, sobretudo em terrenos baldios, é uma alternativa que, sobretudo nas ilhas de Santiago e Fogo, constitui uma estratégia de acesso a terra utilizada pelos camponeses.

O papel da terra é fundamental na Luta contra a Desertificação, Luta contra a Pobreza e a insegurança alimentar: um dos caminhos para a redução da pobreza é o aumento da capacidade produtiva dos pobres na agricultura, pecuária e pesca.

A terra pode servir como capital económico enquanto garantia para o acesso ao crédito.

Fontes: Ateliers Regionais: Apoio a revisão da legislação e a reforma das instituições da administração fundiária – Síntese das questões suscitadas em torno das terras – Propostas de solução - Projecto FAO/TCP/CVI/3002

Quadro Nº 3 : Matriz Analítica da Implementação da UNCCD em Cabo Verde (com base os Relatórios Nacionais)

Obrigações / Compromissos da Convenção	Estratégias, Planos, Programas, Iniciativas desenvolvidos para cumprir as Obrigações	Limitações na implementação das estratégias, planos, programas, iniciativas para o cumprimento das obrigações
1. Estratégias e Prioridades estabelecidas no quadro dos planos e/ou das políticas de desenvolvimento durável	<p>- Planos e Programas para atingir o objectivo de desenvolvimento durável: Os Planos Nacionais de Desenvolvimento e Programas do Governo - As Grandes Opções do Plano – GOP: uma “Agenda Estratégica” (<i>com referencia ao Estudo do NLTPS, Perspectivas de Cabo Verde até o horizonte 2020</i>) – O PAN-LCD (elaborado em 1998); O PANA II (2004-2014)</p> <p>- Propostas para conservação e protecção do ambiente: Proteger dos ecossistemas marinhos e costeiros; Proteger os ecossistemas terrestres; Reorganizar os sistemas agrícolas, silvícolas e de criação do gado ou mistas; criar as condições de adaptação dos sistemas agrícolas, florestais e marinhos às mudanças climáticas; Prevenir as catástrofes naturais.</p> <p>- Conjunto de planos e programas a serem elaborados e executados para atingir os objectivos definidos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Plano de Ordenamento do território. ❖ Plano de ordenamento da orla marítima. ❖ Programa de protecção da biodiversidade e dos recursos genéticos. ❖ Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, horizonte 2015 e o Plano de acção 2005 – 2008 ❖ Programa de protecção do ambiente contra as mudanças climáticas. ❖ Programa de mitigação das alterações do ambiente e previsão das catástrofes ❖ Programa de controlo da poluição marinha. ❖ Programa de educação ambiental ❖ Programa energia e ambiente ❖ Programa de criação duma Reserva da Bio esfera em Cabo Verde 	<p><i>- Recursos financeiros insuficientes.</i></p> <p><i>- Necessidade de um reforço mais importante das capacidades de mobilização de recursos.</i></p> <p><i>- Falta de Capacidades técnicas especializadas nas áreas referidas</i></p> <p><i>- Necessidades de reforçar as instituições técnicas nacionais e entidades locais nos domínios da gestão, seguimento e avaliação.</i></p> <p><i>- Necessidade de Integração dos diferentes planos e programas num Plano Nacional de Gestão Ambiental, parte integrante duma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Durável.</i></p>

<p>2. Medidas institucionais e organizações tomadas para implementar a Convenção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro Institucional e Organizacional <ul style="list-style-type: none"> - Criação do Ministério de Ambiente - Criação da Direcção Geral do Ambiente - Criação do Conselho Nacional para o Ambiente (CNA) - ONC (Órgão Nacional de Coordenação da CCD) criada em 1995 (mas não está operacional). - Criação duma Comissão Parlamentar para a Protecção do Ambiente (Resolução da AN 91/IV/2004). - Plataforma das ONG's com OSC ligadas a protecção do Ambiente e Desenvolvimento comunitário. - Cabo Verde continua permanecendo no CILSS e beneficiando de programas, de formação de quadros e trocas de experiências. • Quadro Legal <ul style="list-style-type: none"> - A Constituição da Republica de Cabo Verde no seu Artigo 72º consagra a todos os cidadãos o direito ao ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. - Lei de base do Ordenamento do Território (Lei nº 85/IV/93). - Lei de base da politica ambiental (lei nº 86/IV/93). - Lei de base do “código da água” nº 41/II/84. - Decreto - lei nº 75/99 define o regime jurídico da autorização ou concessão para utilização dos recursos naturais. - Decreto legislativo nº 14/97 que estabelece as normas regulamentares para gerir e proteger o ambiente contra todas as formas de degradação. - Lei nº 48/V/98 que regula a actividade florestal. - Resolução nº 3/2000 que aprova a Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade. - Resolução nº 4/2000 que aprova o Programa de Acção Nacional de Luta contra Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca. - Decreto-Lei nº 7/2002 que estabelece as medidas de protecção das espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção. - Decreto-lei nº 3/2003 estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e sítios. - Decreto-lei nº 6/2003: Regime jurídico de autorização e exploração das careiras. - Decreto-lei nº 31/2003 sobre eliminação dos resíduos sólidos urbanos, industriais, hospitalares e outros. - Decreto-lei nº 2/2002 que estabelece as normas disciplinares para extracção de areia nas dunas, praias e nas águas territoriais. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Necessidade de um Regulamento de funcionamento do CNA</i> - <i>Envolvimento menos importante de Cabo Verde enquanto um dos “Chefes de Fila” da CCD na sub-região saheliana.</i> - <i>Necessidade de uma redefinição do papel da ONC e reforço técnico-financeiro para o desempenho das suas funções no âmbito da CCD e no quadro do CNA.</i> - <i>Necessidade de Reforço das ONG's enquanto Actores da CCD e portadores do PANA II e não simplesmente como beneficiários do “processo”.</i> - <i>Falta de regulamentação, aplicação e fiscalização de determinadas leis tanto ao nível nacional como local (ver Quadro das necessidades).</i> - <i>Falta de harmonização de procedimentos e mecanismos de seguimento da legislação entre o nível nacional e local.</i> - <i>Necessidade de actualizar determinadas leis para a gestão ambiental (ver Quadro das necessidades).</i>
---	--	---

3. Processo participativo desencadeado em apoio à elaboração e execução dos Programas de acção	<ul style="list-style-type: none"> • Geralmente a apresentação dos grandes temas e tomadas de decisão são feitas através de Ateliers, Mesas – redondas, consultas e encontros colectivos, com a participação efectiva dos actores e parceiros nacionais, internacionais e locais. A elaboração e apresentação do PANA II foram objecto duma ampla mobilização ao nível comunitário, sectorial nacional e local. • Uma ampla campanha de educação ambiental através do sistema educativo nacional com o apoio do CILSS e União Europeia foi desenvolvido até 2001. Um novo Programa foi inscrito no PANA II com início em 2005 (PAIS-Educação que se encontra em execução). • Elaboração dos PM-LCD • Envolvimento das associações locais, nomeadamente de agricultores, nas actividades de LCD combinando as técnicas científicas e conhecimentos tradicionais. 	<p><i>- A abordagem foi mais “colaborativa” do que “participativa”</i></p> <p><i>- Existe um handicap ao nível das trocas permanentes e regulares de informações. Há necessidade de implementar um Fórum inter - activo e de facilitar o seu acesso e utilização a todos os actores e parceiros.</i></p> <p><i>- Apesar de uma participação forte e activa dos actores e parceiros nos encontros, muitos encontros não são objecto de seguimento por falta de acompanhamento e ausência de mecanismos de seguimento e avaliação da implementação das decisões saídas dos debates nacionais e/ou locais.</i></p> <p><i>- Ruptura “no processo” IEC Ambiental. Deve ser dada uma nova dinâmica e ênfase ao IEC, sobretudo na vertente gestão ambiental que deve ser mais abrangente, em termos institucional e de domínios.</i></p> <p><i>- Fraca interiorização dos conceitos e procedimentos da convenção CCD e dos seus instrumentos.</i></p> <p><i>- Falta de uma capitalização mais abrangente tanto ao nível territorial como nos domínios de interesse. Necessidade de estudos e meios técnicos complementares para implementação de uma BD ampla dos conhecimentos tradicionais no processo de LCD.</i></p>
4. Processos consultivos desencadeados em apoio à elaboração e execução do PAN e dos acordos de parceria com as partes e as outras entidades interessadas	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio efectivo dos parceiros internacionais tanto na implementação de projectos LCD como na elaboração do PANA II (UE, BM, FIDA, PNUD/GEF, FAO, França, Holanda, Luxemburgo, USA, Portugal..) • Implementação de um mecanismo <i>informal</i> de consulta e harmonização das actividades entre países parceiros. • O Secretariado da CCD e o MM apoiaram nas realizações de encontros nacionais e locais. 	<p><i>- No quadro da implementação do PAN-LCD, os apoios recebidos se revelaram insuficientes para executar inúmeros projectos.</i></p> <p><i>- Não consta uma avaliação global dos impactos PMLCD e não há informações a cerca da continuidade deste processo.</i></p> <p><i>- Necessidade de revisar os processos de selecção e priorização dos projectos nacionais e locais. As avaliações continuas, a meio - percurso e/ou finais são necessárias para o efeito, através um sistema de S&A permanente e fiável.</i></p>

<p>5. Medidas tomadas ou previstas no quadro dos PAN, principalmente as destinadas a melhorar o clima económico, conservar os recursos naturais, melhorar a organização institucional, o conhecimento do fenómeno da desertificação e supervisionar e avaliar os efeitos da seca</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnostico das experiências do passado para medir os impactos da acções contempladas no PAN: análise de projectos para identificar as eventuais lacunas e ganhos. Levantamento de projectos a serem integrados no PANA II e nos PAIS. • Implementação de Medidas de Protecção dos Recursos Naturais, melhoria da estrutura administrativa, aprofundamento do conhecimento sobre o fenómeno da desertificação e acompanhamento / avaliação dos seus efeitos. Medidas para melhorar o clima económico. • Medidas para o reforço das capacidades locais. 	<p><i>- Faltam estudos complementares do Impacto do PNLP sobre o ambiente.</i> <i>-Necessidade duma avaliação quantitativa de determinados parâmetros e uma análise mais aprofundada do impacto das actividades de LCD e efeitos da seca, tanto no meio rural, como no peri - urbano e urbano.</i></p> <p><i>- Necessidade de uma aplicação em larga escala da Observação Sistemática da degradação das terras.</i> <i>- A componente CCD não consta no PANA II: não existe um PAIS-CCD.</i> <i>- Necessidade de uma forte capitalização da CCD em Cabo Verde para reforçar o PANA II.</i> <i>- Na execução dos Projectos CCD, a componente “Hard” ou física foi privilegiada e a vertente “soft” ficou para ser reforçada e implementada de uma forma mais abrangente</i></p> <p><i>- Necessidade de reforço das capacidades técnicas das populações através do IEC. É preciso habilitar as populações através dos conhecimentos ambientais através do PANA II e das Convenções.</i> <i>- Falta de continuidade no processo de capacitação ambiental.</i> <i>- Falta de uma adequação entre saber e saber-fazer e relação com as prioridades e necessidades práticas.</i></p>
---	--	--

<p>6. Recursos financeiros atribuídos a título do orçamento nacional em apoio à implementação da Convenção e as ajudas financeiras assim como a cooperação técnica recebidas e exigidas com indicação das necessidades e da sua ordem de prioridade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Foram adoptados mecanismos de financiamento, tais como os FCP Alimentar, o micro – crédito através de ONG's nacionais ou internacionais, financiamento bancário, apoio do sector privado nas AGR's. - Financiamento do PAN, através da cooperação internacional no âmbito de projectos de CSA, LCP e desenvolvimento rural. - Apoio do MM na mobilização de determinados recursos. - O Fundo Nacional para o Ambiente deve, depois da sua regulamentação, constituir a principal fonte as actividades ambientais. - Mobilização da cooperação técnica, no âmbito do PANA II, com apoio da Holanda, FIDA, PNUD, ... 	<p><i>- A política sectorial “ambiente”, dentro do PANA II, não é explícita na cobertura financeira de todas as componentes da LCD. É preciso verificar a eficácia do mecanismo de mobilização dos recursos reservados ao PANA II e atribuição efectiva de uma porção consequente destes recursos para a LCD através do PAN.</i></p> <p><i>- Procurar alternativas ou outros meios de existência, para as populações, para evitar as agressões ambientais e poupar os RN.</i></p> <p><i>- Reactualizar e reforçar o SID nacional, o SIG Nacional, dentro do SIA, enquanto bases de dados de referência espacial / instrumentos de gestão dos projectos do PANA II.</i></p> <p><i>- Necessidade de reforçar o Seguimento/Avaliação /Monitorização em termos operacionais.</i></p> <p><i>- Necessidade de proceder a capacitação especializada dos quadros, técnicos e actores nacionais e locais.</i></p> <p><i>- Elaboração de Estratégia Financeira Integrada para melhorar o acesso a recursos para a GST e transversalizar a abordagem da GST nas políticas públicas.</i></p>
--	--	--

4. PROBLEMÁTICA DA GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS EM CABO VERDE

O avanço da desertificação na zona do Sahel, a escassez de recursos hídricos e a natureza insular oceânica são problemas ambientais muito próprios que predeterminam a natureza, a cultura e a economia da sociedade cabo-verdiana.

Em Cabo Verde, existe em todas as ilhas do país uma nítida tendência para diminuição das áreas ocupadas pela agricultura.

A superfície arável está estimada em 10% da área total, concentrada essencialmente nas principais ilhas agrícolas. Dessa área, 9% é irrigável e a restante está restrita às zonas de agricultura pluvial - 19% nas zonas húmidas, 42% nas zonas sub-húmidas e 39% nas zonas semi-áridas.

No contexto da Desertificação e Degradação das Terras, a aptidão dos solos (Quadro) tem uma importância determinante na Gestão Sustentável das Terras. A Identificação do tipo de uso actual das terras deverá ser feita de acordo com as prioridades de intervenção quanto a aptidão dos solos (Agricultura, Biodiversidade, etc...).

A delimitação das terras facilita a implementação de políticas e programas de desenvolvimento sustentável. Esse processo tem vindo a tomar corpo em Cabo Verde através do Programa das Áreas Protegidas Terrestres e Marinhas, o que significa um primeiro passo para a implementação de um Programa Nacional de Gestão Sustentável das Terras.

Segundo o PANA II, em Cabo Verde a problemática de ocupação dos solos, integra várias componentes, como mostra o Quadro nº 4. O Quadro também demonstra a indisponibilidade de informações muito importantes para um planeamento cientificamente embasado do uso do solo. Essa indisponibilidade de informação assinala a necessidade de um maior investimento em pesquisa e levantamento de informações que permitam completar o quadro do uso e ocupação dos solos em Cabo Verde.

Do ponto de vista dos investidores, há um potencial de atracção para actividades económicas em uma grande extensão das terras das comunidades. A delimitação do território das comunidades e o estreitamento das relações com a população, a priori, abre espaço para futuras negociações que, no entanto, necessita de um acompanhamento para que os direitos das comunidades sejam preservados, assim como o respeito às normas de gestão ambiental.

Esta abordagem representa uma oportunidade excepcional para abordar a ligação entre a Lei de Terras, a delimitação do território das comunidades e o desenvolvimento rural, de uma maneira concreta.

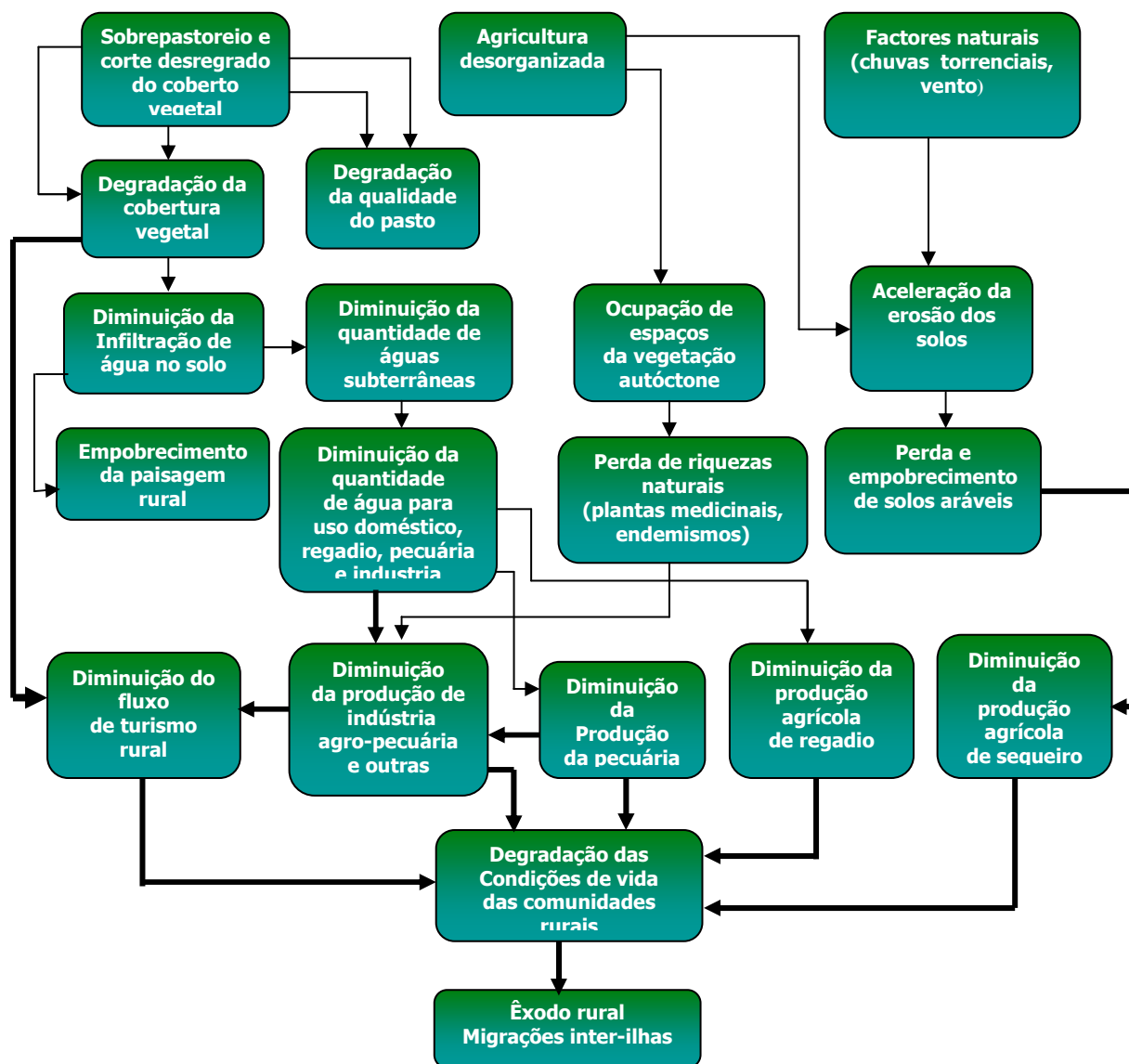
As Figuras abaixo indicadas, representam a dinâmica de vida nos meios rural e litoral, que traduzem os principais problemas relacionados com a temática da Gestão Sustentável das Terras, provocando assim um desequilíbrio nos ecossistemas.

Meio Rural

No meio rural, foram identificados dois problemas fundamentais: 1) as más práticas agrícolas, aliadas à desorganização do espaço rural e 2) o sobrepastoreio, associado ao

corte desregrado do coberto vegetal. Uma consequência imediata desses dois factores é a degradação dos solos, da cobertura vegetal e da qualidade do pasto.

Interligações entre problemas ambientais no meio rural

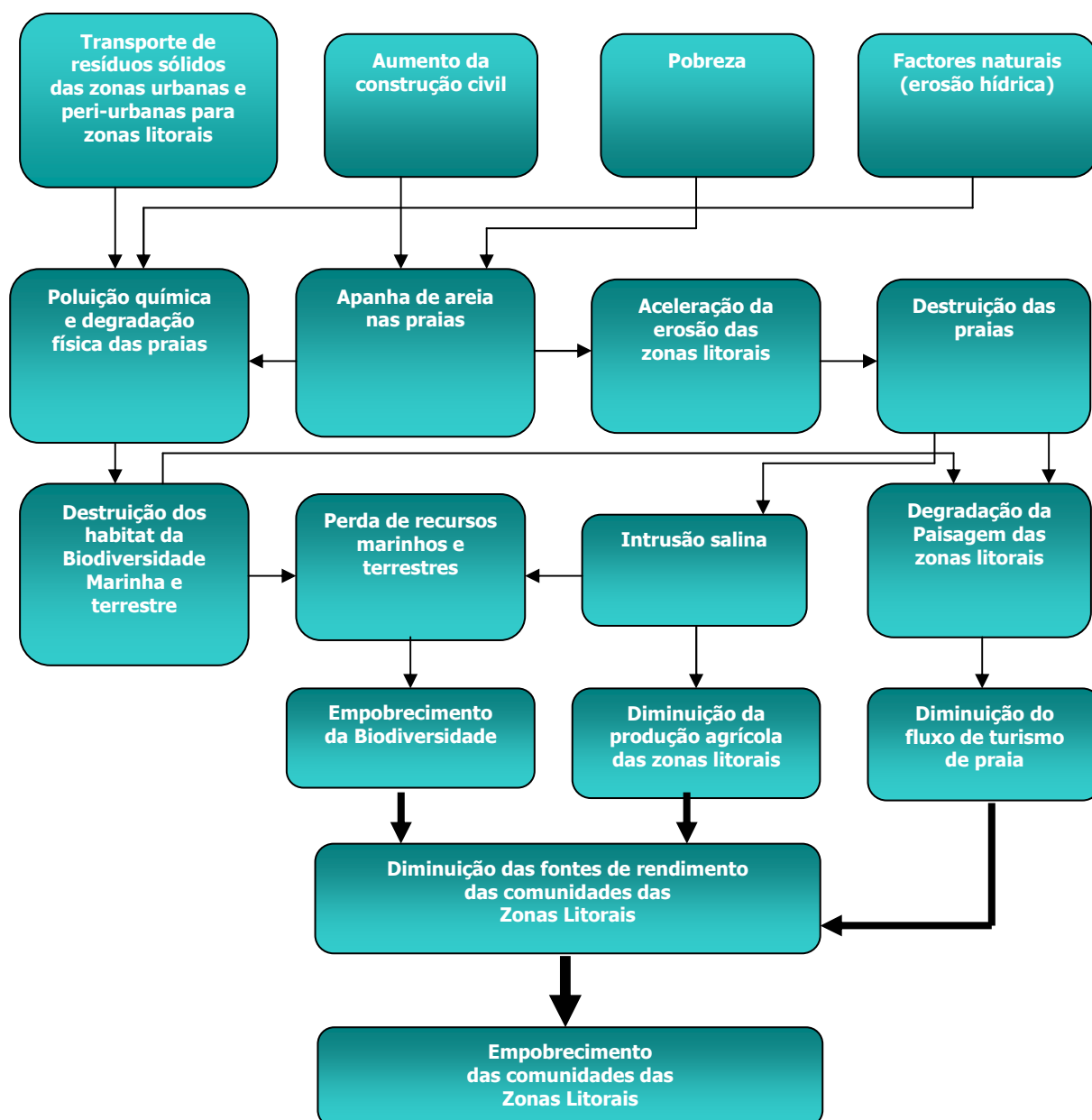


Fontes: PANA II (2004-2014), Volume I, Capítulo 2

Zonas Litorais

O êxodo rural, a pressão demográfica/populacional, a utilização inadequada de espaços, nos principais centros urbanos e nas zonas costeiras do País (Praia, Sal, Mindelo, Maio e Boavista) têm tido repercussões na ocupação do espaço e ordenamento litoral.

Interligações entre problemas ambientais na Zona Litoral



Fontes: PANA II (2004-2014), Volume I, Capítulo 2

O conflito entre o desenvolvimento económico e a preservação ambiental, o confronto de interesses contraditórios em vários sectores de actividade, a pressão das necessidades e das populações, a inexistência de alternativas económicas e tecnológicos na maior parte das situações que envolvem problemas ambientais,

dominam sempre as relações entre os poderes políticos a nível central e local e os agentes económicos e sociais e as comunidades e as respectivas populações.

O carácter relativamente novo do sector do ambiente como um todo nas preocupações das políticas do governo explica lacunas e deficiências importantes na gestão do ambiente em Cabo Verde.

Quadro Nº 4: Quadro Ocupação do solo em Cabo Verde (PANA II)

Parâmetros	Cabo Verde	Brava	Fogo	Santiago	Boavista	Maio	Sal	S. Antão	S. Nicolau	S. Vicente
Superfície terrestre (km ²)	4033	67	476	991	620	269	216	779	388	230
Topografia		Montanhosa	Montanhosa	Montanhosa	Plana	Plana	Plana	Montanhosa	Montanhosa	Semi-plana
Área arável (km ²)	418,4	Sem dados precisos	58,58	217,57	Sem dados precisos	Sem dados precisos	Sem dados precisos	92,05	Sem dados precisos	Sem dados precisos
Área florestada (%)	20	33	23	51	6	14	0,0009	9	8	8
Área urbana (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Área industrial (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Áreas terrestres protegidas (km ²)	Sem dados	Sem dados	6.600 ha (14%)	?	23014,32ha (35%)	5.606,36 ha (21%)	3.671,81 ha (18%)	?	?	?
Área ZDTI	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas
Área ZRPT (km ²)	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas	Decreto-Lei nº 2/93 (B.O. nº 2 de 1 de Fev) Sem cálculo das áreas
Áreas marinhas protegidas (km ²)	n/d	n/d	n/d	n/d	75 km ²	39 km ²	21 km ²	n/d	n/d	n/d
Precipitação anual (mm)	225	n/d	n/d	n/d	75-120	n/d	n/d	255	n/d	93
Pastagens (ha)	60.850 (21,6%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Agricultura de sequeiro	68%	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Agro-silvo-pastoria	26%	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d

n/d – ainda não determinado; ZDTI – Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado; ZRPT – Zonas de Reserva e Protecção Turística

5. QUADRO ANALÍTICO DA LEGISLAÇÃO RELEVANTE PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS

Da análise das políticas seguidas durante os últimos anos constata-se que a problemática ambiental ganhou uma nova dimensão, a partir de 1995. Assim, ganhos positivos foram conseguidos, essencialmente no que concerne ao enquadramento institucional e legal que vem desde a ***Constituição da República que consagra "O direito do cidadão a um ambiente de vida sadio, ecologicamente equilibrado, devendo defendê-lo e conservá-lo"***. Ainda de acordo com a Constituição: *"Ao Estado e aos Municípios, com a colaboração das Associações de defesa do ambiente compete adoptar políticas de defesa e de preservação do ambiente e velar pela utilização racional de todos os recursos naturais"*, até a elaboração e aprovação de diplomas que configuram o quadro legislativo, a saber:

- ✚ **Lei de Bases da Política do Ambiente (lei nº86/IV/93)**, que fixa as grandes orientações e define o quadro legal que deve reger as relações entre o homem e o meio natural;
- ✚ **Decreto legislativo nº14/97** sobre a Protecção do Ambiente que, regulamenta algumas das situações previstas na Lei de Bases da Política do Ambiente;
- ✚ **Lei nº48/V/98** que regulamenta a actividade florestal e visa a protecção das florestas e a regulamentação do espaço submetido ao regime florestal excluindo as áreas com vocação agrícola;
- ✚ **Lei nº85/IV/93** sobre o Ordenamento do Território que cria os planos de ordenamento (esquema nacional, esquemas regionais e planos especiais de ordenamento) comporta essencialmente a regulamentação das construções urbanas e peri-urbanas;
- ✚ **Decreto-lei** sobre exploração de inertes, nas praias, dunas e águas interiores;
- ✚ **Decreto-lei nº03/2003** que define o regime de áreas protegidas.

5.1. Contextualização do estatuto das terras em Cabo Verde

No contexto do TCP CPLP/FAO - TCP/INT/3103 foram desenvolvidas análises, formações e debates sobre a questão fundiária nos países da CPLP que gerou um relatório que trata da problemática específica em cada países da CPLP.

A problemática fundiária reveste-se de grande complexidade em Cabo Verde decorrente não apenas da forma como se dá o acesso à terra como também das relações sociais e de produção do campo, num contexto de um ecossistema frágil e de uma sociedade com graves problemas de pobreza e vulnerabilidade, acentuando os mecanismos de dependência à terra e à actividade agrícola bem como de sujeição no quadro de determinadas relações sociais.

Pouco depois da independência de Cabo Verde em 1975 foram tomadas várias medidas legislativas que, no seu conjunto, serviram de suporte à reforma agrária. Estes diplomas referem-se à nacionalização de vários prédios rústicos, à proibição de subarrendamento rural, celebração de contratos de parceria e fraccionamento de prédios rústicos em áreas inferiores a 1ha, à extinção das comissões arbitrais de

arrendamento rural, à nacionalização das águas subterrâneas, à criação das Comissões de Reordenamento Agrário, etc. A reforma agrária foi concebida com o objectivo de aumentar a justiça no campo, proporcionar melhores condições para o desenvolvimento da agricultura e para a segurança alimentar.

Entretanto, as medidas realizadas no quadro da reforma agrária não tiveram o impacto esperado, já que não foram pacificamente aceites pela população. A Lei das Bases da Reforma Agrária acabou por ser revogada em 1993, após a abertura política do país. Disso resultou um certo vazio legislativo em algumas matérias, nomeadamente o arrendamento rural.

Dos anos 90 a esta parte foram adoptados vários diplomas directos ou indirectamente relacionados com o regime fundiário. Referem-se ao reforço do poder local, à política ambiental, ao ordenamento de território e à promoção da actividade turística e imobiliária, entre outros.

No entanto, o quadro legal e institucional actual dos assuntos fundiários em Cabo Verde continua um tanto ou quanto desajustado, tendo em conta a existência de um elevado índice de litigiosidade à volta das terras, indefinições e conflitos de competências entre as autoridades, fraquezas institucionais e inexistência/insuficiência de instrumentos de gestão.

Os aspectos mais importantes a destacar são:

- Legislação fundiária – falta de actualização e harmonização de vários diplomas existentes;
- Cadastro – ausente, sobretudo no que tange à componente rústica. Isto constitui um dos principais problemas fundiários. Existe um ante-projecto de lei do cadastro que urge ser aprovado. Entretanto, está em curso uma experiência piloto na ilha de Santiago;
- Registos – sistema dual: Registo Predial, que é facultativo, assegurado pela administração central nas conservatórias e prova a titularidade da propriedade e Registo Matricial, que é obrigatório e assegurado pela administração autárquica para efeitos fiscais. Situações de confusão justificam uma reflexão profunda com vista ao aumento da estabilidade e segurança jurídicas;
- Trabalho rural – desactualizado nos seus aspectos essenciais (o vigente é de 1962);
- Arrendamento rural – deve-se adequá-lo no sentido de um maior respeito pela autonomia privada e menor componente pública.
- Instituições: necessidade de revisão das competências no sentido de se eliminar sobreposições e melhorar o enquadramento de alguns serviços.
- Formação – os quadros e agentes da administração precisam de mais formação e a problemática fundiária deverá ser melhor socializada.

Não obstante estas constatações, tendo em conta a dimensão que os problemas relativos à Terra têm assumido, sobretudo quando referimos às potencialidades do país em matéria de desenvolvimento turístico e das perspectivas que se apresentam, assista-se a tomada de algumas medidas com vista a pôr cobro a essas situações nomeadamente:

- A revisão recente da Lei dos Solos;
- A aprovação da Lei de Expropriação por utilidade pública;
- A Lei das Bases de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico;
- A elaboração da Lei-quadro do Cadastro e respectivo regulamento;

- Em curso de elaboração, o Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico.

No âmbito do programa do Governo para VII^o Legislatura 2006-2011 várias medidas estão a ser implementadas para realização dos desafios assumidos pelo governo, no que tange ao Estatuto das terras de Cabo Verde.

5.1.1. No domínio da Gestão das Terras

No programa do governo e outros instrumentos atribui-se ao ordenamento do território e a gestão integrada dos recursos naturais um lugar estratégico no processo de desenvolvimento de Cabo Verde. O Ordenamento do Território é erigido, pelo programa do governo, ao estatuto de **parceiro estratégico do desenvolvimento sustentável**, nas suas vertentes de sustentabilidade ambiental, económica e social, devendo por isso *"contribuir para uma gestão eficiente e parcimoniosa do território e dos recursos naturais, a bem do desenvolvimento económico e social sustentável, da defesa e salvaguarda do ambiente e da melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdiano"*. Neste Processo para o alcance dos objectivos, as seguintes acções foram preconizadas: (i) - Aprovação do pacote legislativo sobre o Ordenamento do Território; (ii) - Elaboração da Directiva Nacional de Ordenamento do Território e de Desenvolvimento, DNOTD, enquanto figura de Plano de ordenamento e de desenvolvimento de hierarquia superior, prevista na nova Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico; (iii) - Elaboração dos Esquemas Regionais de Ordenamento do Território, EROTs, de Santiago, Santo Antão, Fogo e S. Nicolau; (iv) - Apoio as Câmaras Municipais na elaboração dos Planos Urbanísticos Municipais, a exemplo dos Planos Directores Municipais, PDM, dos Planos de Desenvolvimento Urbano, PDU e dos Planos Detalhados, PD; (v) - Dotação de um Serviço Central de Cadastro e instalação de células municipais de cadastro, para a montagem de um autêntico Sistema Nacional de Cadastro; (vi) - Produção da cartografia à escala nacional (1:10.000 de todo o país e 1:2.000 de todos os centros urbanos); (vii) - Montagem de um Sistema de Informação Geográfica de Base Territorial – SIT.

5.2.2. No Domínio da "Nova Agricultura"

O Governo objectiva estimular o surgimento de fileiras competitivas, incluindo a prestação de serviços, em especial o turismo rural, em particular através da articulação com o processo de desenvolvimento de parques naturais e de valorização dos recursos ambientais e conservação da natureza.

Para a concretização desses objectivos prevê-se intervenções articuladas de forma complementar em torno dos seguintes eixos¹:

- **Gestão durável dos recursos naturais – hídricos, fundiários e biológicos** - visando a intensificação e a diversificação da produção agrícola, através, nomeadamente do reforço das infra-estruturas e das capacidades de gestão das comunidades rurais, no quadro do ordenamento das cinco zonas agro – ecológicas definidas e do fomento de sistemas agro – florestais .
- **Valorização dos produtos agrícolas**, pelo reforço das actividades de conservação, transformação, comercialização e promoção de forma integrada, das actividades rurais geradoras de rendimento;
- **Reforço dos serviços de extensão e de investigação/desenvolvimento**, com base na abordagem produção e protecção integrada na articulação intersectorial e orientada para: o reforço da ligação entre a

¹ Programa do Governo – legislatura VII (2006-2011)

investigação/desenvolvimento e a extensão/vulgarização; o desenvolvimento de uma capacidade de prestação de serviços especializados; a análise das componentes socioeconómicas dos sistemas de produção, assente numa forte articulação entre os serviços públicos, privados e comunitários.

- **Estabelecimento de um ambiente socioeconómico e político favorável**, através: do reforço das infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento, vias de acesso, electrificação rural, saúde, etc; do desenvolvimento dos serviços de promoção e apoio adaptados (factores de produção, micro - crédito, formação, comercialização); reforço da capacidade empreendedora dos produtores agrícolas; da criação de empresas e de associações de produtores; da formação/capacitação dos produtores e o estímulo à profissionalização dos trabalhadores da agricultura moderna; do reforço da capacidade de seguimento e avaliação, incluindo as estatísticas sectoriais; a qualidade e a segurança da cadeia alimentar.
- **Luta sustentada contra a insegurança alimentar e a má nutrição, incluindo: o desenvolvimento de sistemas de alerta e de intervenção rápidos**, com base num sistema de informação para a segurança alimentar; a complementaridade entre os projectos de investimento e as acções de protecção, em particular para as camadas mais vulneráveis da população. Nesta perspectiva, os programas de emprego público, designadamente através das frentes de alta intensidade de mão de obra, utilizados na luta contra a pobreza serão desenvolvidos de forma a garantir a articulação entre as necessidades de garantir um rendimento estável, a curto prazo, e a problemática de desenvolvimento rural global, a longo prazo, com vista a se estabelecer uma base para o desenvolvimento económico sustentável, em particular para as populações rurais mais pobres.

5.2. Enquadramento legal dos domínios relacionados com GST

5.2.1 – Solos

O Decreto - legislativo nº 2/2007 de 19 de Julho estabelece os princípios e normas de utilização dos solos, tanto pelas entidades públicas como pelas entidades privadas. Este diploma vem revogar uma herança do regime colonial Regulamento de Ocupação e Concessão de Terrenos, aprovado pelo Decreto nº 43 894, de 6 de Setembro de 1961, e a denominada «*lei de solos*» aprovada pelo Decreto-Lei n.º 576/70, de 24 de Novembro, mandado vigorar em Cabo Verde pela Portaria nº 421/72, de 1 de Agosto.

Nos termos do Artigo 2º do diploma, os solos são definidos como factor constitutivo da identidade cabo-verdiana, caracterizada pela sua função socioeconómica e ecológica, sendo assim um recurso e espaço vital para pessoas, animais, plantas e microrganismos e para o desenvolvimento socioeconómico e cultural. A utilização dos solos, nos termos artigo 2º e 3º, rege-se por princípios de desenvolvimento sustentável, e determina que em caso de risco de dano grave e persistente à capacidade e vocação dos solos, as medidas de protecção prevalecem sobre as de utilização.

Os solos classificam-se, para efeitos de utilização, em dois grupos, Solo urbano e Solo rústico. Aos solos classificados urbanos, as condições de ocupação são as fixadas nos planos de Ordenamento do Território e o Plano Urbanístico em harmonia com a Lei das Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico e seus regulamentos e aos solos rústicos as condições de ocupação devem ser destinados a utilização adequada às suas capacidades de uso e aptidão. Determina, ainda neste contexto que a utilização dos solos para fim agrícola, silvícola, pecuário, ou de turismo rural é objecto de legislação especial.

O regime Jurídico dos solos regula em especial bens dominiais e patrimoniais. O diploma regula ainda a disposição e aquisição dos solos pelo estado e autarquias locais através das seguintes modalidades a) Atribuição do direito de superfície; b) Aforamento; c) Venda; d) Arrendamento; e) Autorização de uso ou ocupação a título precária;

Por fim estabelece um regime sancionatório punindo em especial os casos de utilização indevida dos solos do domínio público do Estado e das autarquias locais, alienação de solos de particulares e os falsos proprietários.

5.2.2 – Ordenamento do Território e Ambiente

5.2.2.1- Ordenamento do Território

No contexto após a abolição da reforma agrária, havia uma convicção que todos os problemas ligados a gestão das terras seriam resolvidos a luz da Lei nº 85/IV/93 de 16 de Julho que definia as bases do ordenamento do território nacional e o planeamento urbanístico.

As bases do ordenamento do território, a organização espacial das actividades com impacto na ocupação, uso e transformação do solo, a lei previa adopção de medidas que visavam, nomeadamente:

1. O desenvolvimento harmonioso das regiões e dos núcleos de povoamento;
2. A protecção dos recursos naturais por a garantir o equilíbrio dos ecossistemas e salvaguardar as bacias hidrográficas, as faixas costeiras e os solos com aptidão agrícola;
3. A protecção do património arqueológico, arquitectónico, urbanístico e paisagístico;
4. O ordenamento da ocupação, uso e transformação do solo.

No que concerne as directrizes do ordenamento do território, a lei de Bases ditava que (a) as áreas com aptidão agrícola e florestal não devem ser utilizados para fins urbanísticos (b) as faixas costeiras e as margens dos cursos de águas devem permanecer livres de construções (c) as edificações não devem localizar-se nas áreas sujeitas a riscos naturais (d) entre núcleos de povoamento existentes deve ser acautelada a existência de áreas naturais, agrícolas ou florestais.

Em 2006 no quadro das reformas do sector do ordenamento do Território, o país adopta um novo Decreto - Legislativo nº 1/2006 de 13 de Fevereiro - aprova as bases de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico

O presente diploma, apesar de não determinar expressamente a revogação da Lei nº 85/IV/93 de 16 de Julho que define as bases do Ordenamento do Território Nacional e o Planeamento Urbanístico, entretanto a esvazia político – juridicamente e tacitamente a revoga.

O presente diploma ainda cria um **Sistema Nacional de Gestão Territorial** que deve funcionar em constante coordenação com o Sistema Nacional de Defesa do Ambiente, como estipula na Base VII. O Sistema Nacional de Gestão Territorial funciona a nível nacional, regional, municipal e especial. A nível nacional define o quadro estratégico para ordenamento do território nacional, estabelece directrizes a considerar no ordenamento regional e local, instrumentalizando através da Directiva Nacional de Ordenamento do Território.

No âmbito regional define-se o quadro estratégico para ordenamento do território regional em estreita articulação com as políticas nacionais de desenvolvimento económico e social, através da elaboração dos Esquemas Regional de Ordenamento do Território, Instrumentos de Gestão territorial.

E a nível municipal, define, de acordo com as directrizes de âmbito nacional e regional e com opções próprias de desenvolvimento estratégico, uso dos solo e a respectiva programação, nomeadamente através do Plano Director Municipal, Plano de desenvolvimento urbano e Plano Detalhado.

Existe ainda o âmbito especial na gestão territorial através de Planos Especiais concretizam no território as políticas particulares ou específicas adoptadas para o ambiente, agricultura, conservação da natureza, a conservação da natureza, o desenvolvimento do turismo e a orla costeira. Aqui insere-se as Zonas de desenvolvimento Turísticas e Zonas especiais de protecção turística.

Por fim, as bases de ordenamento do território determinam a avaliação do estado do ordenamento do território, o governo apresenta de dois em dois anos um relatório sobre o Estado do Ordenamento, no qual é feito o balanço da execução da Directiva Nacional de Ordenamento do Território.

5.2.2.2 - Ambiente

A política nacional do ambiente, instituída pela Lei 86/IV/93 que define as bases da política do ambiente, tem por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado. Os princípios orientadores da política ambiental se edificam através da prevenção, promoção da formação e sensibilização; da participação pública, da unicidade de gestão e acção, da cooperação internacional, da recuperação e responsabilização. No domínio dos solos como recurso natural a lei determina a adopção de medidas conducentes à sua racional utilização, a evitar a sua degradação e promover melhoria da sua fertilidade e regeneração, incluindo o estabelecimento de uma política de gestão de recursos naturais que salvaguarde a estabilidade ecológica e os ecossistemas de produção, protecção ou de uso múltiplo e regule o ciclo da água.

Determina o condicionamento da utilização de solos com vocação agrícola para fins não agrícolas, bem como plantações, obras e actividades agrícolas que provoquem a degradação do solo, desprendimento das terras, encharcamento, inundações, salinização e outros efeitos perniciosos. Determinou ainda que aos proprietários de terrenos ou seus utilizadores podem ser impostas medidas de defesa e valorização dos mesmos, nomeadamente a obrigatoriedade de execução de trabalhos fundiários ou outros visando a sua melhoria.

A utilização e a ocupação do solo para fins urbanos e industriais ou a implantação de equipamentos e infra-estruturas serão condicionadas pela sua natureza, topografia e fertilidade.

5.3. Zonas e/ou áreas especiais

5.3.1 Zonas Turísticas Especiais

O Decreto legislativo nº 2/93 de 1 de Fevereiro, define que *"com vista à valorização e protecção dos recursos naturais que constituirão a base do desenvolvimento turístico do país, as áreas identificadas como possuidoras de especial aptidão para o turismo serão declaradas como zonas turísticas especiais (ZTE)".*

Para efeitos de qualificação como zona turística especial, o referido diploma considera:

- **Zonas de desenvolvimento turístico integral (ZDTI):** *"constituem ZDTI as áreas que, por possuírem excelentes condições geográficas e valores paisagísticos, têm especial aptidão para o turismo e sejam declaradas como tais pelo Governo";*
- **Zonas de reserva e protecção turística (ZRPT):** a) *"as áreas contíguas às ZDTI dotadas de alto valor natural e paisagístico e cuja preservação seja necessária para assegurar a competitividade do produto turístico de Cabo Verde a curto e médio prazo"* e b) *"as outras áreas que, possuindo também alto valor natural e paisagístico, deverão manter-se em reserva para serem posteriormente declaradas ZDTI".*

Também merecem destaque, pela sua relevância para a conservação do ambiente e o desenvolvimento sustentado do país: o Código da Água (Lei nº 41/II/84 de 18 de Junho); Decreto-Lei nº 2/2002, de 21 de Janeiro que proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial; a Lei nº 48/V/98 de 6 de Abril que regula a actividade florestal.

Apesar do esforço de consolidação legislativa que tem vindo a verificar-se, a legislação em vigor ainda contribui de forma agravada para uma fragmentação de competências entre instituições.

A institucionalização jurídica do Domínio Público Marítimo (Lei nº 44/VI/2004, de 12 de Julho) está muito longe de ter esgotado as suas virtualidades, sobretudo numa lógica de ordenamento dos espaços territoriais.

5.3.2 Áreas Protegidas

O decreto-lei nº3/2003 de 24 de Fevereiro que estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que pela, sua relevância para a Biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse sócio-económico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma protecção especial e integra-se na rede nacional das áreas protegidas, estabelece seis categorias de áreas protegidas, reservas naturais, parques naturais, monumento natural, paisagem protegida e sitio de interesse científico.

Classificam-se, ainda nos termos do artigo 17º, em função do maior ou menor nível de protecção requerida pela fragilidade dos seus elementos ou processo ecológicos, pela sua capacidade de suportar usos, pela necessidade de dar cabimento aos usos tradicionais e instalações existentes em zonas de protecção integral; zona de uso moderado; zona de uso tradicional e zona de uso especial.

As áreas protegidas, relativa aos processos de declaração das áreas protegidas, devem-se abrir um processo de participação cívica, no qual são informadas e implicadas as populações da área envolvente, as associações, os Municípios e as ONG's que dedicam à protecção do ambiente.

O Decreto-lei 3/2003 de 24 de Fevereiro determina, no seu artigo 15º, as directrizes de Gestão que são orientadores toda a administração de uma área protegida nomeadamente a salvaguarda dos valores que motivaram a sua declaração; promoção qualidade ambiental e restauração; Eliminação dos factores de ameaça; promoção do aproveitamento sustentável dos recursos naturais; apoio e fomento as actividades compatíveis com a conservação das áreas protegidas e promoção da população local.

5.3.3 – Zonas Florestais

O regime florestal, regulado pela lei nº 48/V/98 de 6 de Abril, se define em regime dupla modalidade a protecção e a produção. A lei de Florestal, nos termos do artigo 1º, tem por objecto a protecção da árvore e da Floresta, a regulação da actividade florestal, definindo as atribuições do Estado e de outras entidades públicas e privadas, estabelecendo os instrumentos de gestão das florestas, o regime florestal e as condições de submissão, a plantação e a florestação, a expropriação, os incentivos e os apoios, as infracções e as sanções. **Os instrumentos de intervenção florestal preconizados pela lei são o plano de acção florestal, programa florestal e o plano de gestão.** A Lei admite a submissão ao regime florestal os terrenos que forem abrangidos pelo Programa florestal incluindo terrenos pertencentes ao Estado ou autarquias locais, privados. Curiosamente a presente lei de 1998 fala de terrenos em regime posse útil (figura jurídica de acesso à terra criada no contexto da Reforma Agrária e abolida em 1993). No caso da gestão florestal dos terrenos privados, nos termos artigo 43º, o Estado pode expropriar os terrenos privados submetidos ao regime florestal ou ao programa de florestação sempre que o proprietário recuse a sujeitar-se às obrigações impostas ao regime florestal.

O acto submissão ao regime florestal, abrigo do artigo 20º, está sujeito a inscrição no cadastro e registo na Conservatória do registo do lugar da situação do terreno.

5.4 Instrumentos de Segurança e Gestão Fundiária

5.4. 1 – Cadastro

O Cadastro predial foi criado pelo Decreto legislativo **nº3/2008** de 13 de Outubro que estabelece o regime jurídico do Cadastro predial. O Cadastro predial, ao abrigo do artigo 3º contém a descrição dos prédios que compreendem características físicas, económicas e jurídicas, designadamente a sua localização e identificação cadastral, a superfície, o uso ou destino, a qualidade das construções, a representação gráfica e o titular cadastral.

Relativamente a organização institucional do cadastro, constitui atribuição do Estado, a exercer através do serviço central do cadastro, a execução, renovação e conservação do cadastro predial em toda e qualquer área do território nacional apesar de permitir a celebração de acordos de execução, renovação e conservação do cadastro predial com os Municípios ou entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, legalmente habilitadas a efectuar trabalhos cadastrais.

Foi criado ainda, através do Decreto-lei 32/2008, **o Conselho coordenador de cartografia e cadastro** integrando representantes os Directores Gerais do Ordenamento do Território e Urbanismo, dos Registos e Notariado, da Contribuição e Impostos; da Agricultura, do Ambiente, do Património do Estado, e Infra-estruturas e Transportes. O Conselho Coordenador, abrigo do art.2º, constitui um órgão de articulação e coordenação das actividades dos organismos e serviços públicos legalmente competentes em matéria de cartografia e cadastro.

5.4.2 – Produção Cartográfica

A produção cartográfica é regulada pelo Decreto-lei 31/2008, aplicando-se a toda a cartografia, topográfica e temática, com excepção da cartografia classificada das Forças Armadas. Segundo este dispositivo legal a cartografia oficial é toda a cartografia produzida por entidades públicas ou por entidades privadas devidamente homologada. Obriga as entidades públicas apenas utilizar cartografia oficial. A cartografia oficial classifica-se em básica, derivada e temática.

O serviço central de cartografia organizará e conservará um registo de todas as produções de cartografia básica, derivada e temática. A cartografia oficial registada é de uso obrigatório para todos os serviços públicos.

6. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES LOCAIS, REGIONAIS E NACIONAIS NO ÂMBITO DA GST

No Quadro 6, apresenta-se detalhadamente, em termos individual, institucional e sistémico, pontos fortes, pontos fracos **e necessidades de desenvolvimento das capacidades** tanto no quadro da UNCCD como no âmbito das outras convenções de Rio. As necessidades identificadas podem ser aplicadas no Domínio da Gestão Sustentável das Terras.

O Desenvolvimento das Capacidades necessita de arranjos institucionais que respondem directamente aos objectivos definidos no âmbito do Programa GST em Cabo Verde. Ele deve ser levado conjuntamente e em relação com as capacidades e experiências nacionais que se enquadram nas perspectivas de desenvolvimento sustentável. Neste quadro, os projectos devem servir não só para reforçar as estruturas de decisão e de investigação, mas também para tecer redes de ligações entre as instituições e permitir assim a aquisição de competências comuns.

Assim a implementação de uma estratégia para o Desenvolvimento das Capacidades na GST deverá passar pela identificação de sequências, nomeadamente:

- *As capacidades necessárias;*
- *Os tipos de actividades por realizar;*
- *Os actores a serem envolvidos;*
- *As modalidades de desenvolvimento das capacidades.*

O Desenvolvimento das Capacidades é um processo de longo prazo que privilegia o fortalecimento endógeno das estruturas nacionais, por conseguinte a visão linear e descontinua dos projectos que tiram recursos/proveitos das estruturas deve ceder o lugar à uma visão mais integrada onde é o projecto que deve se adaptar a estrutura para reforça-la.

Quadro Nº 6: Matriz Analítico dos pontos fortes, pontos fracos e necessidades de capacitação ao nível Individual, Institucional e Sistémico / UNCCD

ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL & GESTÃO OPERACIONAL				
NÍVEIS	PONTOS FORTES,	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	<p>Pontos focais nacionais para as convenções; Equipas técnicas para o ambiente</p> <p>Capacidades humanas técnicas amplamente desenvolvidas</p>	<p>O perfil técnico dos PFs não corresponde/responde as necessidades ou exigências das convenções, há necessidade de reforçar as suas <i>expertise/capacidades de resposta</i></p> <p>Não existem sinergias entre os PF e as equipas técnicas para a implementação das convenções</p>	<p>As convenções internacionais, o GEF, cooperação internacional</p> <p>MDG GEF</p> <p>PRCM, PCMC, Cooperação internacional</p> <p>Todas as convenções internacionais; programas e projectos internacionais e regionais</p>	<p>- Reforço das capacidades técnicas, de enquadramento dos PFs e as equipas técnicas; - Estabelecimento de sinergias, integração, troca e partilha de informações etc...; - Reforço dos recursos humanos em quantidade e em matéria de capacidade para o desempenho eficaz da função; Necessidade de reforço das capacidades no domínio das convenções; Reforço de capacidades para a planificação ambiental estratégica e em equipa, participativa, integrada etc...</p>
INSTITUCIONAL	<p>Estratégias e Planos de acção nacionais de implementação das convenções</p>	<p>Implementações isoladas, falta de envolvimento das instituições parceiras; limitação na capacidade de resposta das instituições envolvidas, desde a coordenação (CNA, DGA, INMG, SNPC...) ate o nível local de implementação (CMs, ETMAs, ONGs, associações locais...</p> <p>Falta de um plano de identificação das necessidades de quadros profissionais de acordo com as necessidades de cada instituição</p>	<p>As convenções internacionais, o GEF, cooperação internacional</p> <p>MDG GEF</p> <p>PRCM, PCMC, Cooperação internacional</p> <p>Todas as convenções internacionais; programas e projectos internacionais e regionais</p>	<p>Reforço das capacidades das instituições nacionais para a gestão ambiental global; Reforço da sustentabilidade institucional;</p> <p>Reforço das capacidades de negociação ao nível internacional e de tomada de decisões;</p>
SISTÉMICO	<p>Planos estratégicos agricultura, recursos hídricos, luta contra pobreza, educação, energia, segurança alimentar, pesca, PND, ...</p>	<p>Embora tenhamos um PND que toma em conta a componente ambiental tem fortes limitações em termos de integração dos três elementos de sustentabilidade ambiental (ecológica, económica e social) na política nacional; Falta de concertação institucional e sistémica na elaboração dos planos estratégicos;</p> <p>Não existe um plano nacional de desenvolvimento sustentável, que integre de forma sinérgica as três convenções do Rio</p>	<p>As convenções internacionais, o GEF, cooperação internacional</p> <p>MDG GEF</p> <p>PRCM, PCMC, Cooperação internacional</p> <p>Todas as convenções internacionais; programas e projectos internacionais e regionais</p>	<p>Integração da componente ambiental nos planos sectoriais;</p> <p>Coerência entre documentos estratégicos e as linhas prioritárias de implementação das convenções;</p> <p>Elaborar e implementar uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável</p>

	<p>Programas de cooperação nacionais, regionais e internacionais que envolvem as três convenções</p> <p>NCSA PRCM NAPA PASR-PAR CCLME TENATSO ROSEL</p> <p>Cabo Verde faz parte dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PIED)</p> <p>Existência de um sistema de gestão de apoio orçamental (Grupo de apoio orçamental, Banco Mundial, União Europeia, Holanda, Áustria, Espanha)</p> <p>Cumprimento por Cabo Verde de parte dos objectivos prioritários do MDG. O objectivo 7 está parcialmente desenvolvido na política ambiental nacional</p>	<p>Não existe sinergias entre os programas; partilha de informação, integração de actividades, de apoio técnico, transferência de conhecimento técnico científico etc.</p> <p>Não tem aproveitado as oportunidades relativamente aos recursos financeiros, desenvolvimento científico e transferência de tecnologia.</p> <p>A componente ambiental não foi reforçada</p> <p>Não foi avaliado os custos ambientais do desenvolvimento, tendo em conta a vulnerabilidade do país</p>	<p>Cabo Verde enquanto SIDS (<i>Small Island Development State</i>), tendo acesso ao <i>Multilateral Environmental Agreements (MEA)</i>, e como membro da <i>AOSIS (Aliança dos Pequenos Estados Insulares)</i>,</p>	<p>Que seja contemplando no orçamento do estado (OE) a implementação das três convenções de Rio;</p> <p>A estratégia adoptada por Cabo Verde deve estar em sintonia com os ODM, nomeadamente, no seu <u>Objectivo 7</u> – Assegurar / Garantir a sustentabilidade ambiental; e <u>Meta 9</u> : Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a tendência de perda de recursos ambientais.</p>
--	--	--	---	--

QUADRO LEGISLATIVO

NÍVEIS	PONTOS FORTES,	PONTOS FRACOS	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	Existem alguns especialistas e um grande potencial de jovens juristas que actualmente reforçam suas capacidades em matéria de legislação ambiental, de acordo com as exigências das convenções e acordos internacionais, no contexto dos vários programas, projectos e iniciativas nacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Não existe uma linha definida ou estratégia de implementação da legislação pelo que os esforços são individuais, isolados e muito limitados; - Não existe juristas especializados em legislação ambiental internacional ao nível nacional 	Reforço das capacidades individuais em matéria de legislação ambiental para melhorar o quadro legislativo e facilitar a futura implementação das convenções, e ao mesmo tempo aproveitar melhor as oportunidades de capacitação, em forma sistemática e contínua (Convenções de Rio, Protocolos de Cartagena, Quioto, por exemplo)
INSTITUCIONAL	Existem juristas dentro das instituições responsáveis do ambiente Existência de uma variedade de instituições com intervenção na fiscalização e controlo para o cumprimento das obrigações da CCD e outras convenções de Rio	<ul style="list-style-type: none"> - Os seus enquadramentos e perfis em matéria de CCD e gestão ambiental global não são os mais apropriados; - Existência de um amplo quadro legislativo com limitações na aplicação, controlo e fiscalização: limitações fortes para dar resposta a fiscalização e controlo do cumprimento da lei; as instituições têm problemas materiais, técnicos e financeiros para cumprir às suas atribuições nesta área 	<ul style="list-style-type: none"> -Reforçar as capacidades institucionais em matéria de legislação ambiental; - Promover a implementação de um <u>núcleo nacional de juristas, legisladores e negociadores especializados</u> nas convenções / acordo internacionais e a gestão ambiental global;
SISTÉMICO	Um quadro legal favorável à implementação da CCD e das Convenções de Rio	<ul style="list-style-type: none"> - O perfil e capacidades insuficientes dos responsáveis da elaboração dos quadros legislativos para o ambiente ao nível estratégico: Cabo Verde está a desenvolver uma estratégia de desenvolvimento económico e social que não integra fortemente e prioritariamente a componente ambiental - Em termo de legislação existem leis ambientais incompletas e/ou pouco implementadas (legislação fundiária, utilização dos solos, legislação marítima, legislação sobre a poluição, a genética, ect...), outras com lacunas de concepção teórica - ambiental (<u>ordenamento estratégica do território : ordenamento do espaço rural e urbano, ordenamento das zonas vulneráveis</u>) - Uma parte considerável da legislação nacional precisa de mecanismos de regulamentação e fiscalização funcionais e operacionais: <u>existem ainda muitas práticas irresponsáveis de utilização e gestão dos RN</u> (pesca, agricultura, turismo, industria, urbanização, etc); 	<ul style="list-style-type: none"> - O quadro legal necessita ser revisado, ampliado, reforçado, de acordo com o desenvolvimento das Convenções as COPs para sua actualização e fácil implementação em Cabo Verde - Reforço das capacidades e dos conhecimentos dos decisores, negociadores e planeadores do desenvolvimento em função da revisão e controlo da implementação da CCD e outras Convenções de RIO.

INFORMAÇÃO/FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO			
NÍVEIS	PONTOS FORTES,	PONTOS FRACOS	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	<ul style="list-style-type: none"> - Muitos quadros jovens integram a esfera económica do país, ao nível da função pública, empresa privada e dos municípios - Alguns destes quadros encontram-se fora do país reforçando suas capacidades e conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de uma política nacional de formação de quadros especializados, assim sendo os esforços são individuais, de alto custo e de difícil aceso; - <u>Falta de uma capitalização das formações e capacitações realizadas ao nível nacional e local (falta de um Base de Dados Nacional)</u> - Limitações para o trabalho em equipa - Limitações de conhecimentos teóricos e práticos dos conceitos e da metodologia participativa como ferramenta fundamental para a participação das comunidades locais na implementação das Convenções de Rio 	<p>Estratégia nacional de capacitação e seguimento aos vários (médio e capacita</p>
INSTITUCIONAL	Desenvolvimento de varias iniciativas de reforço das capacidades institucionais para a implementação das Convenções	<ul style="list-style-type: none"> - Fraco enquadramento da CCD no interior dos programas e projectos institucionais sectoriais - Limitações para o trabalho em equipa - <u>Falta de uma capitalização das formações e capacitações realizadas ao nível nacional e local (falta de um Base de Dados Nacional)</u> - Limitações de conhecimentos teóricos e práticos dos conceitos e da metodologia participativa como ferramenta fundamental para a participação das comunidades locais na implementação das Convenções de Rio 	desenvolvimento estratégicos ligadas com as Convenções ambientais de Rio
SISTÉMICO	<p>Ao nível nacional os profissionais que intervêm na implementação das Convenções possuem fortes capacidades profissionais no seu ramo de formação: sociólogos, planeadores, economistas, biólogos, gestores, biólogos terrestres, marinhos, biotecnológicos, juristas, etc...</p> <p>- Cabo Verde integrou a rede internacional de Investigação em Educação Ambiental</p> <p>- O nível de educação do cidadão comum é bom em Cabo Verde;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existem muitas capacidades limitadas em matéria de gestão ambiental. O perfil dos decisores e estrategos é limitado em matéria ambiental e no contexto da Convenções - A Educação Ambiental ao nível nacional é limitada; os conhecimentos, a consciência e sensibilidade civil ou colectiva para a conservação e protecção ambiental são bastante reduzidas (impactos dos efeitos e necessidades de adaptação a Desertificação, Perda da Biodiversidade, Mudanças Climáticas) - Os Cabo-verdianos conhecem muito mal a implementação da CCD, a Biodiversidade nacional, a problemática das Mudanças Climáticas em Cabo Verde; não existem programas para a actualização dos conhecimentos em Cabo verde 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar as capacidades dos decisores e planeadores estratégicos em matéria da implementação da Convenções - Capitalização e divulgação ao nível nacional e local dos conhecimentos e resultados da implementação das Convenções - O reforço da IEC em gestão ambiental ao nível nacional e local é imperativo

INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO			
NÍVEIS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	NECESSIDADES
INDIVIDUAL	Nos últimos anos formaram-se mais quadros nas áreas especializadas: biólogos terrestres e marinhos, botânicos, taxionomistas, biotecnólogos, economistas, sociólogos, geógrafos, geólogos, planeadores, gestores com uma visão da problemática ambiental e desenvolvimento	Os especialistas integram instituições que não utilizam a concertação estratégica e abordagem integrada nem interdisciplinar ou intersectorial	Criar iniciativas de integração de cientistas numa rede interdisciplinar, de investigação nacional e internacional para a abordagem da problemática da gestão ambiental
INSTITUCIONAL	<p>- Existência de instituições de coordenação da investigação para a CCD, DBD, CCC: DGA, DGASP, DGOT, ect...</p> <p>- Existência de instituições especializadas de ensino superior e investigação: ISECMAR, INMG, INGRH, ISE, INIDA, INDP, IESIG, IMP, Uni. Piaget etc.</p> <p>Programas e Projectos de investigação para a CCD, CBD, CCC, concluídos ou em desenvolvimento</p>	<p>Não existe uma estratégia e plano de acção para a investigação nacional:</p> <p>a) Programa nacional de formação e investigação para o desenvolvimento sustentável, nos eixos previamente definidos como prioritários pelas Convenções: ordenamento do território, EIA, inventariação, observação sistemática, adaptação, poluição terrestre e marinha e atmosférica, GIZC, capacidade de negociação para a cooperação, bio economistas, gestores ambientais, etc;</p> <p>b) Políticas de captação de fundos para a investigação e transferência tecnológica (know-how)</p>	<p>- Elaboração e implementação de Programas de investigação com reforço das componentes inventários, funções dos ecossistemas, gestão dos RN, Conservação Sustentável, Eco – desenvolvimento, em função das orientações e exigências as Convenções CCD, CBD, CCC</p> <p>- Identificação das áreas de convergência para a investigação integrada</p> <p>- Capitalização de experiências existentes</p>
SISTÉMICO	- Existência de programas, projectos e iniciativas nacionais e regionais: ROSELT, TENATSO, PGIPAP, PCMC- CV; SIA, SSQA; programa regional de adaptação às MC nas zonas costeiras em África do Oeste - GEF; PRCM, CCLME;	<p>- Limitações no aproveitamento das oportunidades de investigação ao nível regional e global</p> <p>- Limitações nas sinergias dos programas nacionais e regionais</p>	<p>- Elaboração e implementação de Programas de investigação com reforço das componentes inventários, funções dos ecossistemas, gestão dos RN, Conservação Sustentável, Eco – desenvolvimento, em função das orientações e exigências as Convenções CCD, CBD, CCC</p> <p>- Identificação das áreas de convergência para a investigação integrada</p> <p>- Capitalização de experiências existentes</p> <p>- Dinamizar a participação de Cabo Verde nas iniciativas regionais e mundiais de LCD, conservação da BD, adaptação as MC e Gestão Ambiental Global</p>

7. PRINCIPAIS ACTORES – CHAVES A SEREM ENVOLVIDOS NA GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS

Reconhecendo que a gestão ambiental sustentável exige um esforço conjunto e a devida articulação e concertação entre os actores/parceiros e uma intervenção eficiente por parte dos diferentes intervenientes, evidencia-se que o alcance dos objectivos traçados só é possível através de uma actuação eficaz de cada actor/parceiro - chave envolvido e da sinergia requerida entre as instituições.

Após largos anos de experiência no domínio ambiental, é visível que o envolvimento dos actores/parceiros neste âmbito tem de ser ainda aprofundado e que a lacuna existente em termos de desenvolvimento de capacidades pode travar, por vezes, o avanço dos planos nacionais para a gestão ambiental. Além disso, a constituição de redes e a formação de verdadeiras parcerias exigem meios financeiros substanciais e um período de preparação relativamente longo.

A identificação das Instituições-Chave e definição das competências da Coordenação Nacional do Projecto resultará de uma estreita concertação e negociação de todas as partes envolvidas, tendo em consideração o carácter pluridisciplinar e multi-sectorial e transversal da UNCCD. As instituições e/ou equipas nacionais serão envolvidas na implementação das actividades no âmbito da Gestão Sustentável das Terras, e integram um processo de aprendizagem de "Job-training" favorecendo a aquisição de conhecimentos e saber - fazer, através de trabalhos sobre os diferentes engajamentos da UNCCD.

Quadro 7 : Actores - chaves na implementação do Projecto de Cooperação Técnica - TCP CPLP/FAO em Cabo Verde

Entidade Nacional / Localidade	Instituição – Chave (Nome de responsável, cargo e contacto)	Missão e Competências	Razões da implicação da Instituição	Sua contribuição no processo de Implementação do Projecto	Capacidades (RH, logísticas, orçamentais) (*)
Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos (MADRRM)	Direcção Geral do Ambiente Moisés Borges Director Geral Tel: 238 - 2618984	A Direcção Geral do Ambiente é um serviço central do MADRRM com funções de concepção, execução e coordenação em matéria de ambiente e recursos naturais.	Ponto Focal Nacional Convenções do Rio; Participação na avaliação de estudos de impacte ambiental; Elaboração das políticas e estratégias ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização de Financiamento - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios Nacionais - Fornecimento de dados 	RH: Moderado Log: Moderado Orç: Fraco

	INIDA Isildo Gomes Presidente Tel: 238 - 2711127	Seguimento dos aspectos biológicos e ecológicos dos ecossistemas naturais terrestres.	Observação e Seguimento da evolução dos ecossistemas naturais (SID, SIG, ROSELT); Avaliação e estudos de impactos ambientais.	- Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Investigação - Fornecimento de dados - Mobilização de Financiamento	RH: Forte Log: Forte Orç: Fraco
	INERF João Lima Presidente Tel: 238 - 2647539	- Instituição especializada na Engenharia Rural e Floresta - Executora dos programas e projectos de CSA em concertação com a DGASP - Executora dos projectos de perfuração de furos e outras infra estruturas específicas para captação e armazenagem de água	- Apesar de ser objecto de uma reestruturação funcional e operacional e/ou redimensionamento institucional, o INERF capitaliza uma <i>expertise nacional</i> forte nas suas áreas de actuação. - Participação nas actividades/iniciativas/projectos no âmbito da implementação da CCD e na gestão ambiental	- Assessoria e execução técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Fornecimento de dados	RH: Fraco Log: Moderado Orç: Fraco

	<p>Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica –INMG</p> <p>Ester Araújo Brito Presidente</p> <p>Tel: 238 - 2411658</p>	<p>O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica é responsável pelo estudo, promoção, coordenação e execução das medidas e acções da política governamental no domínio da meteorologia e geofísica;</p> <p>São atribuições do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica:</p> <p>A instalação e desenvolvimento de sistemas nacionais de informação e vigilância meteorológica, geofísica e qualidade do ar;</p> <p>Recolha, tratamento, análise e o fornecimento de dados nos domínios da meteorologia da qualidade do ar e da geofísica aos diferentes agentes económicos nacionais e estrangeiros.</p>	<p>Ponto Focal da CCC</p> <p>Completa, organiza e assegura o funcionamento da rede de observações e de telecomunicações da vigilância meteorológica, geofísica e qualidade do ar;</p> <p>Promove e desenvolve estudos e pesquisas e difunde informações que permitam auxiliar as diversas actividades que necessitam dessas informações;</p> <p>Divulga conhecimentos técnicos disponíveis no âmbito das suas atribuições;</p> <p>Colabora com todos os serviços públicos ou privados e organismos de investigação nas áreas ou actividades relacionadas com as suas atribuições.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, fiscalização - Elaboração de Relatórios Nacionais - Fornecimento de dados - Estabelecimento da cooperação com estruturas locais e nacionais com responsabilidade na matéria - Incitação de parcerias internacionais com vista ao reforço da capacidade nacional no domínio da meteorologia e seguimento climático - Mobilização de Financiamento 	<p>RH: Moderado</p> <p>Log: Moderado</p> <p>Orç: Moderado</p>
--	---	--	---	--	---

	INDP Óscar Melício Presidente Tel: 238 - 2311373	- Sob a tutela do MADRRM. O INDP elabora estudos e pesquisas que interessam a evolução haliêutica ao longo da ZEE cabo-verdiana e da pesca do potencial existente. Faz a análise do contexto físico e fisiológico do litoral (oceanografia física e biológica). - Seguimento dos aspectos biológicos e ecológicos dos ecossistemas naturais marinhas.	Participação na avaliação dos impactos possíveis da erosão, degradação e das MC sobre as zonas costeiras cabo-verdianas e sobre os recursos haliêuticos e as opções de adaptação a esses impactos.	- Mobilização de Financiamento - Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios Nacionais - Fornecimento de dados	RH: Moderado Log: Moderado Orç: Moderado
	INGRH António Pedro Borges Presidente Tel: 238 - 2613974	Elaboração e implementação da política governamental em matéria de planificação, de mobilização, de gestão e preservação das águas, ordenamento das grandes obras hidráulicas, sua manutenção e gestão.	- Integração na política e estratégia de gestão e de planificação dos recursos hídricos. - Participação nos estudos de vulnerabilidade dos recursos hídricos e opções de adaptação ambientais.	- Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Investigação - Fornecimento de dados - Mobilização de Financiamento	RH: Forte Log: Moderado Orç: Moderado
	Instituto Marítimo e Portuário Zeferino Fortes Presidente Tel: 238 - 2324342	O IMP é responsável pela definição e implementação da política do Governo para o sector dos transportes e navegação marítima. Ainda responsável pela administração, gestão e	Ponto Focal da Convenção de Abidjan - Costa de Marfim, da OMI, OIT e das outras Convenções Internacionais ligadas a luta contra poluição, busca e salvamento, gestão da zona costeira e fiscalização marítima.	- Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, fiscalização - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados - Estabelecimento da cooperação com estruturas locais e nacionais com	RH: Fraco Log: Fraco Orç: Fraco

		<p>utilização dos bens do domínio público marítimo.</p> <p>O IMP coordena a hidrografia e cartografia náutica, a segurança marítima e navegação, inspecção, certificação e registo de navios bem como a farolagem e balizagem marítima.</p> <p>O IMP faz a gestão da zona costeira e da ZEE em termos de comércio, pesca e recreio.</p>	<p>Divulga conhecimentos técnicos disponíveis no âmbito das suas atribuições;</p> <p>Colabora com todos os serviços públicos ou privados e organismos de investigação nas áreas ou actividades relacionadas com as suas atribuições.</p>	<p>responsabilidade na matéria</p> <p>-Incitação de parcerias internacionais com vista ao reforço da capacidade nacional no domínio da marinha e portos.</p>	
Ministério das Finanças	<p>Direcção Geral do Planeamento</p> <p>Manuel Pinheiro Director Geral</p> <p>Tel: 238 - 2607400</p>	<p>A DGP é um Serviço Central no MFAP, com funções de planeamento, seguimento e avaliação</p>	<p><i>Ponto Focal de Programas Nacionais de Desenvolvimento</i></p> <p>Participação nas negociações bi- e multi - laterais</p> <p>Participação nos processos ligados ao PND, DECRP, OMD, GAO, Graduação de CV, e outras iniciativas</p> <p>Participação na elaboração e implementação das políticas e estratégias nacionais</p>	<p>- Mobilização de Financiamento</p> <p>- Assessoria técnica</p> <p>- Seguimento, avaliação, Fiscalização</p> <p>- Elaboração de Relatórios</p> <p>- Fornecimento de dados</p>	<p>RH: Moderado</p> <p>Log: Fraco</p> <p>Orç: Fraco</p>
Ministério dos Negócios	Direcção Geral da Cooperação	<p>A DGCI é um Serviço Central do MNEC, com</p>	<p><i>Ponto Focal para seguimento e avaliação dos acordos e</i></p>	<p>- Mobilização de Financiamento</p>	<p>RH: Moderado</p>

Estrangeiros, Cooperação e Comunidades	Internacional António Pedro Lopes Director Geral Tel: 238 - 2607800	funções de mobilização de parcerias e financiamentos	<i>protocolos internacionais assinados por CV</i> Participação nas negociações bi- e multi-laterais Participação na elaboração e implementação das políticas e estratégias nacionais	- Assessoria técnica - Seguimento, avaliação - Elaboração de Relatórios Nacionais - Fornecimento de dados	Log: Moderado Orç: Moderado
Ministério das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações	Direcção Geral das Infra-estruturas Carlos Lima Dias Director Geral Tel: 238 - 2608300	A DGI é um Serviço Central do MITT, com funções de elaborar e dar pareceres nos projectos nacionais e locais; implementar, executar, fiscalizar as medias, grandes obras de infra - estruturação do país.	Participação na elaboração e implementação das políticas e estratégias nacionais Participação directa na construções das infra-estruturas ligadas a agua e saneamento; Participação nos estudos e avaliações dos impactos ambientais; Participação nas negociações bi- e multi - laterais	- Mobilização de Financiamento - Assessoria técnica - Fiscalização, Seguimento, Avaliação - Elaboração de Relatórios - Fornecimento de dados	RH: Moderado Log: Moderado Orç: Moderado
	LNEC António Gonçalves Presidente 238 - 2627271	Laboratório de Engenharia especializado no domínio das infra-estruturas (estradas, barragens, portos)	A sua base de dados é utilizada para a concepção de infra-estruturas de base do país. Será útil na compreensão do fenómeno da desertificação e das mudanças climáticas reais constatadas nos últimos anos e	- Assessoria técnica - Seguimento, avaliação, Fiscalização - Elaboração de Relatórios - Investigação - Fornecimento de dados	RH: Fraco Log: Moderado Orç: Moderado

			os seus impactos nos sistemas hídricos, solos e zonas costeiras.		
Ministério da Saúde	Direcção Geral de Saúde Jacqueline Pereira Directora geral Tel: 238 - 2610900	Implementação da política do Governo em matéria da Saúde em Cabo Verde ao nível público e privado	<ul style="list-style-type: none"> - Ponto Focal de todas as Convenções Internacionais relacionadas com a saúde pública - Envolvimento directo nas questões saúde/ambiente (qualidade de ar e qualidade de água) - Coordenação das políticas nacionais no domínio 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Elaboração de Relatórios Nacionais - Fornecimento de dados - Estabelecimento de parcerias internacionais com vista ao reforço da capacidade nacional no domínio - Mobilização de Financiamento 	RH: Moderado Log: Moderado Orç: Moderado
Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território	Direcção Geral do Ordenamento do Território Pedro Delgado Tel: 238 - 2607400	A Direcção Geral do Ordenamento do Território é um Serviço Central do Ministério, tem funções de concepção, execução e coordenação em matéria de ordenamento do território nacional.	Integração dos aspectos de adaptação aos riscos ambientais na política e estratégia nacional em matéria de (re) ordenamento do território; Participação nos estudos e avaliações dos impactos ambientais; Participação activa nas redes de observação sistemática ecológica e ambiental (SIG, ROSELT, SIA); Propostas de estratégias e medidas para (re) ordenamentos dos espaços com riscos em parceria com SNPC e as CM	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização de Financiamento - Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios - Seguimento, avaliação, Fiscalização 	RH: Fraco Log: Moderado Orç: Fraco

Ministério da Administração Interna	Serviço Nacional da Protecção Civil Alberto Fernandes Presidente Tel: 238 – 2614831 (Guarda Costeira)	Implementação da política do Governo em matéria da protecção civil a nível nacional e municipal, estudo e prevenção de riscos naturais e tecnológicos, integração das acções da protecção civil em planos, programas e projectos de âmbito nacional, regional e internacional com vista à redução dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, informação e sensibilização pública nos domínios da prevenção e preparação em caso de acidentes graves, catástrofes e calamidades.	É a estrutura nacional que se ocupa da integração das problemáticas dos riscos e vulnerabilidade ambientais na política da protecção civil em Cabo Verde à qual o governo dotou de todos os instrumentos necessários para a prevenção e redução dos riscos naturais e tecnológicos, devendo trabalhar em permanente concertação e coordenação com outras entidades públicas e privadas com responsabilidades na matéria. Além disso, o SNPC constitui o elemento central de todo o sistema nacional da protecção civil, devido à sua missão de dinamizar e catalisar todo o esforço nacional com o fito de redução dos riscos e dos desastres.	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização de Financiamento - Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Estabelecimento da cooperação com estruturas locais e nacionais com responsabilidade na matéria de redução de riscos e desastres - Incitação de parcerias internacionais com vista ao reforço da capacidade nacional em matéria de protecção civil e redução dos riscos 	RH: Fraco Log: Forte Orç: Moderado
Ministério da Economia, Crescimento Competitividade	Direcção Geral da Indústria e Energia Abrão Andrade Lopes Director Geral Tel: 238 - 2604800	Elaboração e implementação de políticas governamentais no domínio da indústria, energia, minas e geologia. Sedeadas no Ministério da Economia e Competitividade. O seu papel é a difusão e promoção das energias. Assegura a produção, o transporte e a distribuição da energia eléctrica no território nacional	Papel na política nacional ambiental, em matéria de energias renováveis e projectos de investigação - desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização de Financiamento - Assessoria técnica - Fornecimento de dados 	RH: Fraco Log: Moderado Orç: Moderado

<p>- ELECTRA</p> <p>- SAAS (Câmaras Municipais)</p>	<p>Antão Fortes Presidente Comissão Executiva</p> <p>Director Região Norte Hipólito Gomes</p> <p>Tel: 238 - 2324447</p> <p>Director Região Sul António Pina</p> <p>Tel: 238 - 2603450</p>	<p>Planificação e aprovisionamento em água potável, bem como a distribuição, passando pelas fases de estudo, concepção, realização, gestão e exploração das unidades de produção e distribuição e do controlo da qualidade das águas e a protecção dos recursos.</p>	<p>- Participação nos estudos de vulnerabilidade dos recursos hídricos e opções de adaptação ambientais.</p> <p>- Participação política nacional ambiental, em matéria de energias renováveis e projectos de investigação - desenvolvimento</p>	<p>- Assessoria técnica</p> <p>- Fornecimento de dados</p> <p>- Elaboração de relatórios</p> <p>- Mobilização de Financiamento para Programas / Projectos (Electra)</p>	<p>RH: Forte</p> <p>Log: Forte</p> <p>Orç: Forte</p>
<p>ANMCV</p> <p>Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde</p>	<p>Francisco Tavares</p> <p>Presidente</p> <p>Tel: 238 - 2623634</p>	<p>Entidades de poder local com atribuições e responsabilidades, em parceria com serviços desconcentrados do estado, nos sectores ligados ao ambiente, saúde, agricultura, florestas, mar, meteorologia, protecção civil, energia, água, ordenamento do território e habitat.</p>	<p>- Implementação e acompanhamento ao nível local, das estratégias nacionais de luta contra a desertificação</p> <p>- Participação nos estudos de avaliação da vulnerabilidade dos espaços com riscos e sectores vulneráveis e na elaboração de medidas de adaptação.</p> <p>- Participação nos estudos de ordenamento do território (espaço rural e urbano)</p>	<p>- Fornecimento de dados</p> <p>- Elaboração de relatórios</p> <p>- Seguimento, avaliação, Fiscalização</p> <p>- Mobilização de Financiamento</p>	<p>RH: Fraco</p> <p>Log: Fraco</p> <p>Orç: Fraco</p>

- Câmaras Municipais (CM)		Entidades de poder local com atribuições e responsabilidades, em parceria com serviços desconcentrados do estado, nos sectores ligados ao ambiente, saúde, agricultura, florestas, mar, meteorologia, protecção civil, energia, água, ordenamento do território e habitat.	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação e acompanhamento ao nível local, das estratégias nacionais de luta contra a desertificação - Participação nos estudos de avaliação da vulnerabilidade dos espaços com riscos e sectores vulneráveis e na elaboração de medidas de adaptação. - Participação nos estudos de ordenamento do território (espaço rural e urbano) 	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento de dados - Elaboração de relatórios - Seguimento, avaliação, Fiscalização 	RH: Fraco Log: Fraco Orç: Fraco
CÂMARAS DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA AGRICULTURA E SERVIÇOS DE SOTAVENTO E BARLAVENTO [Associações Comerciais e Industriais, Empresas Comerciais, Empresa/ Grupos Industriais, Empresas de Construção Civil, Sociedades Petrolíferas/Gás, Sociedades/Empresas de Produção e Distribuição Energéticas (Convencionais e Renováveis)]	Presidentes: Sotavento: Paulo Lima ST Tel: 238 - 2603790 Barlavento: Manuel Monteiro Tel: 238 - 2325305	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento económico - Desenvolver e reforçar os sectores comerciais, industriais - Participar e contribuir no crescimento económico e aumento da competitividade nacional - Fomentar / participar na transferência de Tecnologias e "know-how" 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação e contribuição no reforço do sector comercial, do tecido industrial nacional - Desenvolvimento socio-económico - Contribuição na transferência de tecnologias modernas adaptadas ao desenvolvimento da agricultura e pecuária, exploração das terras e conservação dos solos e águas - Desenvolvimento do sector das Energias Renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento de dados - Consulta e elaboração de relatórios - Assessoria técnica - Investigação - Financiamento de "processos" ligados à transferência de tecnologias modernas e de protecção / conservação ambiental 	RH: Moderado Log: Moderado Orç: Moderado

	<p>Presidente do CD Departamento de Ciências & Tecnologia Tel : 238 – 262 91 45</p> <p>Univ. JEAN PIAGET Jorge Brito Reitor Tel: 238 - 2609000</p> <p>Instituto Pedagógico - IP Teresa Borges Presidente Tel: 238 - 2621747</p>				<p>RH: Forte Log: Forte Orç: Forte</p> <p>RH: Moderado Log: Moderado Orç: Moderado</p>
Plataforma das Organizações da Sociedade Civil/ONG's	<p>Avelino Bonifácio Presidente Tel: 238 - 2648419</p>	Estudos, Inquéritos e Pesquisas no domínio ambiental, da gestão dos RN e das energias renováveis assim como participação em projectos ligadas as Convenções de Rio	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência da sociedade civil e a sua participação na implementação CCD e outras Convenções Ambientais - Participação na problemática da Gestão dos RN - Divulgação da informação sobre as Convenções de Rio e a problemática da Gestão Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em projectos - Elaboração de relatórios 	<p>RH: Fraco</p> <p>Log: Moderado</p> <p>Orç: Moderado</p>
ONGs e Associações Ambientais Nacionais	<p>ADAD Presidente Januário Nascimento Tel: 238 - 2612650</p>	Estudos, Inquéritos e Pesquisas no domínio ambiental, da gestão dos	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência da sociedade civil e a sua participação na implementação CCD e outras Convenções Ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica - Fornecimento de dados - Participação activa em 	<p>RH: Fraco</p>

ONGs Internacionais	<p>Amigos da Natureza Director Aguinaldo David Tel: 238 – 2323693</p> <p>Associação Garça Vermelha Director Aguinaldo David Tel: 238 – 2319010</p> <p>ACACEA Presidente José Maria Semedo</p> <p>NEREA (Antena Cabo Verde) Aidil Borges Responsável Tel: 238 - 2622972</p>	RN e das energias renováveis assim como participação em projectos ligadas as Convenções de Rio	<ul style="list-style-type: none"> - Participação na problemática da Gestão dos RN - Divulgação da informação sobre as Convenções de Rio e a problemática da Gestão Ambiental. 	projectos - Elaboração de relatórios	<p>Log: Fraco Orç: Fraco</p> <p>RH: Forte Log: Forte Orç: Forte</p>
---------------------	--	--	--	---	---

(*) obs: Relativamente as capacidades dos actores no respeitante a recursos humanos, logística e orçamento, a opção escolhida foram em termos qualitativos (forte, moderado, fraco) tendo em conta a subjectividade da informação.

RH – Recursos humanos Log – logística Orç - Orçamento

8. TRANSVERSALIDADE DA GST NA ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, BIODIVERSIDADE E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A degradação dos solos e práticas de gestão insustentável das terras estão entre os maiores desafios ambientais do mundo de hoje, o que constitui também um importante obstáculo para a satisfação das necessidades básicas da humanidade, especialmente em zonas áridas.

1. Avaliação dos Ecossistemas para o Milénio revela que entre 10 e 20% das terras secas já estão em avançado estado de degradação e perda da biodiversidade, o que afecta negativamente as condições de vida de 6% dos 2 bilhões de pessoas que vivem nestas regiões.

Algumas técnicas recentes de Teledeteção confirmam que a degradação dos solos é um problema generalizado, eles também revelam que a degradação nas regiões húmidas é mais pronunciada do que se pensava anteriormente. De acordo com a Avaliação Mundial da Degradação das Terras (GLADA), quase um quarto das terras do mundo têm se deteriorado entre 1981 e 2003, mais de três quartos destas terras estão fora das terras secas.

Os efeitos da degradação das terras e a perda da biodiversidade, na produção agrícola e os preços dos alimentos são temas de debate mundial. Por um lado estima-se que quase um terço das terras aráveis no mundo tem sido sujeito a erosão durante os últimos 40 anos e por outro lado alguns argumentam que a média das perdas produção agrícola, devido a todas as formas de degradação das terras, no espaço de 45 anos representam apenas 5%.

Uma análise detalhada dos efeitos da produtividade agrícola sobre a erosão dos solos concluiu que esses efeitos variam de 0,01% para 0,9% ao ano, respectivamente, em quase todas as regiões e para todas as culturas, ou seja uma perda média mundial de 0,3% por ano.

O aumento dos custos dos alimentos de base afecta o modo como os utilizadores dos recursos adoptam práticas de gestão de terras, na medida em que afecta a sua rentabilidade. Os preços também contribuem para a degradação das terras, causando a expansão da agricultura nas florestas e pastagens.

2. A ligação entre a Degradação das Terras e Gestão Sustentável das Terras e as Mudanças Climáticas são complexas e multi-direccionais. Ou seja, pode ser descrita em quatro processos distintos:

- Efeitos das Mudanças Climáticas na Gestão das Terras e Degradação das Terras:

- As Mudanças Climáticas podem contribuir para a Degradação das Terras, tornando as práticas de Gestão das Terras insustentáveis;
- A adaptação às Mudanças Climáticas oferece novas oportunidades para a Gestão Sustentável das Terras;

- Efeitos da Degradação das Terras/Gestão Sustentável das Terras nos impactos das Mudanças Climáticas:

- A Degradação das Terras aumenta a vulnerabilidade das populações perante as alterações e mudanças climáticas, reduzindo as actividades rurais, diminuindo a

produtividade agrícola, favorecendo a vulnerabilidade nas produções, reduzindo os recursos naturais locais;

- A Gestão Sustentável das Terras pode reduzir a vulnerabilidade às Mudanças Climáticas, aumentar as capacidades das populações na adaptação às Mudanças Climáticas, e em muitos casos, pode contribuir para a mitigação das Mudanças Climáticas através do aumento da sequestração do carbono e redução da emissão de gases.

9. DEFINIÇÃO DOS DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO RELEVANTES PARA GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS TERRAS EM CABO VERDE

A implementação do conjunto de actividades necessárias incumba a Coordenação Nacional com o apoio de assistência técnica nacional ou internacional. Assim a estratégia para o desenvolvimento das capacidades deveria permitir identificar cada sequência da implementação. O reforço das Capacidades é um processo de longo prazo que privilegia o desenvolvimento endógeno das estruturas nacionais.

A visão linear e descontínua dos projectos que tiram recursos/proveitos das estruturas deve ceder o lugar para uma visão mais integrada onde é o projecto que deve se adaptar a estrutura para reforça-la.

Considerando um vasto leque de Programas/Projectos em "*Pipeline*", em várias áreas relacionadas com UNCCD/GST no país, optou-se por fazer uma Priorização dos Domínios de intervenção de acordo com os Recursos Financeiros e Capacidades Nacionais.

Quadro nº 8 : Matriz dos Programas/Projectos (Domínios Prioritários) – GST

Domínio/ Projectos	Actores Chaves	Entidade "Leader"	Cronograma/Orçamento (em USD)					Orçamen to Total (USD)	Indicadores de Implementaçã o e Seguiemen.	Requisitos (Legislativo Políticos, técnicos, financeiros)
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5			
EIXO 1 – GESTAO SUSTENTAVEL DOS RECURSOS NATURAIS										
Domínio 1 – Apoio Gestão Sustentável das Terras										0.000
D1-P1. Desenvolvimento do Quadro integrado de inventarização/adaptação/mitigação as vulnerabilidades e GST	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Programas de mitigação das vulnerabilidades e GST implementados	-Elevada vontade politica para reforçar a gestão dos recursos naturais;
D1-.P2.Implementação sinérgica dos Planos de Acção elaborados para o sector (agua, energia, saneamento do meio,...)			Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Nº de Planos implementados e resultados objectivamente verificáveis	- Integração no Sistema Nacional de Planeamento, Seguimento e Avaliação;
D1-.P3. Capacitação nas áreas de inventariação, mapeamento, classificação e monitorização na GST									Capacidades individuais e institucionais reforçadas	- Reforço da sensibilização, conscientização, responsabilizaçã o dos sectores GOV, NGOV e Sector Privado
Domínio 2- Desenvolvimento agro-silvo-pastoril										0.000

D2-P1. Mobilização e Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos (Aproveitamento, Manutenção, Ordenamento das Bacias Hidrográficas)	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Nº de Projectos implementados Nº de mecanismos e incentivos desenvolvidos	-Elevada vontade política para reforçar a gestão dos recursos naturais; - Integração no Sistema Nacional de Planeamento, Seguimento e Avaliação; - Reforço da sensibilização, conscientização, responsabilização dos sectores GOV, NGOV e Sector Privado
D2-P2. Valorização do Potencial agro-pecuário	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Estratégia implementada e resultados objectivamente verificáveis	
D2-P3. Elaboração de Planos de Ordenamento e Gestão Participativa das Zonas Florestadas	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Nº de Planos elaborados Nº de mecanismos e incentivos desenvolvidos	
D2-P4. Projecto Integrado de Desenvolvimento da agricultura irrigada e Reconversão da agricultura de sequeiro	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Aumento de Área irrigada e reconvertida em diferentes zonas. Maior nº de agricultores envolvidos	
D2-P5. Projecto de			Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm		

introdução e desenvolvimento de novas biotecnologias	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave							Nº de actores capacitados e pacotes biotecnológicos implementados	
EIXO 2: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL										
Domínio 3 - Ordenamento do Território										0.000
D3-P1. Implementação duma Estratégia e Plano de Acção para uma Gestão e Planeamento Territorial apropriada (Sinergia entre PDM/PANA-PAM/PADA-PEDA..)	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	- Um quadro institucional para a gestão do território apropriado implementado - Estratégia e Plano de Acção para uma gestão e planeamento territorial implementada	-Elevada vontade politica para reforçar a

D3-P2. Montagem de um Sistema Nacional de Cadastro e Informação Territorial (Ligação com o Sistema de Informação Municipal)	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema Nacional de Cadastro e Informação Territorial implementado - Sistema de Informação para a utilização e gestão sustentável do território ampliado - Capacidades Sistemáticas e Institucionais reforçadas 	gestão dos recursos naturais; - Integração no Sistema Nacional de Planeamento, Seguimento e Avaliação; - Reforço da sensibilização, conscientização, responsabilização dos sectores GOV, NGOV e Sector Privado
D3-P3 - Actualização da Cartografia de Qualidade e Fragilidade dos Solos; - Inventariação das Zonas de Intervenção a proteger ou reabilitar : Bacias Hidrográficas, Zonas Costeiras, Planaltos, Zonas de Riscos de Erosão ...)	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	<ul style="list-style-type: none"> - Mecanismo implementado - SIG actualizado e reforçado - Capacidades Institucionais e individuais reforçadas 	
D3-P4. Cartografia dos solos utilizando o Sistema de Informação Geográfica (ligação SIG nacional – SIG	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	<ul style="list-style-type: none"> - Mecanismo implementado - SIG actualizado e 	

Domínio 6 - Desenvolvimento das Capacidades para Mobilização de Fundos										0.000
D6-P1. Desenvolvimento de Programas e Parcerias de Cooperação Técnica e Financeira no âmbito de Cooperação Descentralizada	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Um documento estratégico produzido e implementado	-Elevada vontade política para reforçar a gestão dos recursos naturais; - Integração no Sistema Nacional de Planeamento, Seguimento e Avaliação;
D6-P2. Implementação de uma estratégia e mecanismos de mobilização de financiamentos para fundos e programas ambientais	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Uma estratégia de mobilização de fundos elaborada e implementada Atracção dos fundos nacionais, Regionais e Internacionais para as Temáticas CCD (Prioridade a GST)	- Reforço da sensibilização, conscientização, responsabilização dos sectores GOV, NGOV e Sector Privado
EIXO 5: DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO										
Domínio 7- Investigação inter disciplinar e integrada										0.000
D7-P1. Reforço da Rede de Investigação para o Desenvolvimento das Áreas ligadas a GST (Nacional, Regional, Local)	Ver Quadro dos Actores - Chave	Ver Quadro dos Actores - Chave	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Pm	Nº de especialistas nas áreas temáticas Nº de mecanismos e incentivos desenvolvidos	-Elevada vontade política para reforçar a gestão dos recursos naturais; - Integração no

10. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA UM PROGRAMA DE GST EM CABO VERDE

A elaboração e implementação de um Programa de Gestão Sustentável das Terras exigem um esforço conjunto de articulação e concertação entre os actores/parceiros chaves, e uma intervenção eficiente e eficaz por parte dos mesmos. Perspectiva-se que o alcance dos objectivos traçados no âmbito do Programa só será possível através de uma actuação eficaz de cada actor envolvido e da sinergia resultante da interacção entre as instituições.

a) A parceria é fundamental tendo em conta a transversalidade da Gestão Sustentável das Terras (GST). Em consequência, as diferentes instituições (actores/parceiros) devem ser implicadas de modo a participarem nas **actividades habilitantes** de planificação e criação de capacidades endógenas, nos diferentes domínios prioritários da GST que facilitarão a aplicação de medidas de reacção eficazes, conforme o estabelecido nas Convenções do Rio, nomeadamente a UNCCD.

b) Seja qual for a opção institucional adoptada para a implementação deste Programa da GST em Cabo Verde, os seguintes requisitos apresentam como chaves para o sucesso:

- O processo deverá ser conduzido pelo país de forma participativa e socializada de modo a se atingir uma apropriação contínua pelos diferentes actores/parceiros chaves;
- O engajamento e suporte político de alto nível para o desenvolvimento das capacidades deverão ser demonstrados através da mobilização sustentável dos recursos;
- Assumindo que o desenvolvimento das capacidades para a GST é uma parte integrante dos programas ambientais, a maior parte dos projectos deverão ser implementados em sinergia;
- As Agências Governamentais, ONGs, Sector Privado, Comunidades devem ser fortemente habilitadas para participar na implementação, gestão e monitorização do Programa da GST em Cabo Verde.

c) Com base nas entrevistas realizadas aos actores chaves e membros do Comité Nacional, aspectos fundamentais deverão ser tomados em conta, nomeadamente:

- Necessidade da componente descentralização do Programa de GST ser fortemente reforçada;
- Importância da determinação da Agência Leader e do Dispositivo Nacional, ou seja a redinamização do Órgão Executivo da UNCDD

integrando a GST, e transformação do Comité Nacional em Comité restrito de Seguimento e Avaliação;

- Necessidade de uma maior responsabilização por parte dos Actores chaves e um maior envolvimento da Sociedade Civil em todo o processo;

- Pertinência na criação de uma Estratégia Integrada de Financiamento do Programa GST em Cabo Verde;

- Adopção de uma estratégia inovadora para a investigação sinérgica nas temáticas transversais, sustentada através da implementação de "*sítios-laboratorios pilotos*".

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **United Nations** - *Is a special treatment of Small Island developing States possible?* (United Nations Conference on Trade and Development), 2004
- **UNDP** – Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2006 – A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água, 2006.
- **UNDP** – Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2007/20086 – Combater as Alterações Climáticas - Solidariedade humana num mundo dividido.
- **UNCTD** -“Developing Productive Capacities. The least Development Countries – Report 2006.
- **MFDR – (Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional), Cabo Verde** - Crescimento, Emprego, Rendimentos e Pobreza em Cabo Verde (elementos de análise), 2004; Crescimento, Emprego, e Políticas de Redução da Pobreza em Cabo Verde, 2004; Actividades Económicas das Populações Rurais e o seu Acesso à Terra, 2004
- **MNEC/MFAP – Cabo Verde** - Rapport sur la réunion de Présentation de la Stratégie de sortie en douceur du Cap Vert de la catégorie de PMA. Praia, 30 – 31 Mai 2006.
- **Oliveira Santos J.F.** - Gestão Ambiental, INUAF – Instituto Superior Dom Afonso III, 2005.
- **UNDP**- The Sustainable Difference – Energy and Environment to achieve the MDGs, 2005.
- **MFP (Ministério das Finanças e Planeamento), Cabo Verde** – Documento de estratégia de crescimento e redução da pobreza (DECRP), 2004.
- **FAO, Projecto FAO/TCP/CVI3002** - Ateliers Regionais: Apoio à revisão da legislação e à reforma das Instituições da administração fundiária – Síntese das questões suscitadas em torno das terras, propostas de solução, 2006.
- **GOCV- NU, 2004** - Rapport OMD – CV : une évaluation des efforts accomplis
- **DGASP/MCA-CV** - Programa Integrado para o Desenvolvimento Agrícola e Redução da Pobreza,, 2005
- **FEM, PNUD, PNUE** - Kit des Ressources pour l’Auto-Evaluation des Capacités à Renforcer – ANCR-GEM - Programme Mondial d’Appui au Renforcement des Capacités, Septembre 2005.
- **INDP** - Programa Nacional de Investigação e Conservação da Biodiversidade Marinha – PNIBDM, 2000.
- **INDP/SEPA** - Estudo: A diversidade biológica marinha de Cabo Verde: Análise e hierarquização das pressões humanas sobre a diversidade biológica marinha e identificação das prioridades para sua conservação e utilização sustentável, 1999.
- **SEPA** - Estratégia e Plano de Acção Sobre a Biodiversidade - ENPA-DB, 1999.
- **Margarida Santos, Francisco Marta** – Análise de Vulnerabilidade no Domínio desertificação – SEPA, 1998

- **Anibal Delgado Medina, Maria Helena Santa Rita Vieira e Patrício Querido Varela** - II Relatório sobre o estado da Biodiversidade em Cabo Verde, DGA, 2002.
- **Leão Carvalho e Sonia Araújo** - III Relatório sobre o estado da Biodiversidade em Cabo Verde, DGA, 2006.
- **SEPA** - Estudo da Biodiversidade Terrestre, 1999.
- **INDP/SEPA** - Estudo da Biodiversidade Marinha, 1999.
- **NCSA – GEM SEYCHELLES** - Strategic Overview of obligations under the Convention on Biological Diversity, June 2004.
- **MAAP-CV, PNUD-GEF, GTZ** - Plantas endémicas e árvores indígenas de Cabo Verde, 2003.
- **GOCV, PNUD/UNSO** - Documents du Projet d'Appui à la Mise en oeuvre de la CCD et du PAN-LCD, Phases II et II, Octobre 1995 et Septembre 1999.
- **SEPA** - Plano de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação (PAN -LCD), 2000.
- **Presidência do Conselho dos Ministros – SEPA** - Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação nos países gravemente afectados pela seca e/ou pela desertificação particularmente em Africa. (Tradução em língua Portuguesa do MPAAR/SEPA) Praia, Março 1995.
- **SP-CCD, IFAD, PNUA** - Centro para o Nosso Futuro Comum - Prioridade à Terra : Guia simplificado para a Convenção de Luta contra a Desertificação, Junho 1995.
- **MAAA-CV/SEPA** - Guia Metodológico de implementação dos projectos de luta contra a desertificação em Cabo Verde, 2000.
- **SEPA/MAAA** - Mise en oeuvre de la Convention Internationale de Lutte contre la Désertification au Cap Vert (Deuxième Conférence des Parties – Dakar, 30 novembre – 11 décembre 1998)
- **SEPA/MAAA** - Relatório Nacional sobre a implementação da Convenção Internacional de Luta Contra a Desertificação (CoP- Recife, 15-26 de Novembro de 1999) ; Rapport National sur la mise en oeuvre de la Convention Internationale de Lutte contre la Désertification (Juin 1999)
- **DGA/MAP** - Relatório Nacional da Implementação da Convenção Internacional da Luta contra a Desertificação - Praia, Abril 2002
- **DGA/MAAP** - III Rapport National – Mise en oeuvre de la Convention des Nations Unies de Lutte contre la Désertification, Praia, Décembre 2004.
- **UNCCD** - Les Connaissances traditionnelles, Rapport du Groupe spécial, Conférence des Parties, CST, Recife, 16-18 Novembre 1999.
- **Patrício Varela, Yaya Konaté** - Avaliação do Impacto das Micro-Realizações MAP/DGA – Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – LCD, Julho 2002.

- **Eddy De Laethauwer** - Rapport de Mission sur l'Inventaire de l'information existante sur la problématique de la lutte contre la désertification au Cap Vert y inclus les techniques traditionnelles. PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAP/SEPA, Junho de 2001
- **Eddy De Laethauwer** - Rapport de Mission sur le Système de suivi et évaluation des projets-pilotes (Première Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA/SEPA, Julho de 2000
- **Eddy De Laethauwer** - Rapport de Mission sur le Système de suivi et évaluation des projets-pilotes (Deuxième Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA/SEPA, Novembro de 2000.
- **Eddy De Laethauwer** - Manual de utilização (1º Versão), Sistema de seguimento e avaliação dos projectos-pilotos (Deuxième Phase). PAN-LCD, Projecto PNUD/UNSO/CVI/99/X01 – Phase II; MAAA/SEPA, Novembro de 2000.
- **Maria Luísa Lobo e Jacques de Pina Tavares** - Actividades de Luta contra a Desertificação diagnosticadas no PAN-LCD por Bacias Hidrográficas e/ou Grupo de Bacias, MAAA/SEPA, Maio de 1999.
- **Câmara Municipal de S. Miguel, SEPA/MAAA** - Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD - PNUD/UNSO/CVI/99/X01; Novembro de 1997.
- **Câmara Municipal de S. Catarina, SEPA/MAAA** - Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD - PNUD/UNSO/CVI/99/X01. Novembro de 1997.
- **Câmara Municipal de S. Cruz, SEPA/MAAA** - Programa Municipal de Luta contra a Desertificação; Projecto de apoio a implementação da CCD - PNUD/UNSO/CVI/99/X01. Novembro de 1997.
- **Maria Luísa Lobo Lima** - Relatório de Missão: Conferencia Preparatória da Primeira Reunião do CRIC, Windhoek, Namibia, 15-19 de Julho de 2002. MAP/DGA
- **Maria Luísa Lobo Lima** - Relatório de Missão: Conferencia Regional Africana Preparatória da COP4/CCD, Argel, Argélia, 22-24 de Outubro de 2000. MAAA/SEPA.
- **MAP/SEPA** - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/99/XOI – Appui à la mise en oeuvre de la CCD, Phase II, Réunion Tripartite, Juillet 2001
- **MAAA/SEPA** - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/99/002 – Appui préliminaire du PNUD à la Protection de l'Environnement – DAP, CVI/99/002, Janvier 2000 – Décembre 2000.
- **MAAA/SEPA** - Document de Synthèse de certaines activités réalisées en 1999 par le Projet PNUD/UNSO-SEPA-CVI/99/XOI, Mise en oeuvre de la CCD, PAN-LCD, Mai 2000.
- **MAAA/SEPA** - Rapport Final du Projet PNUD-UNSO-CVI/95/XOI-CCD, Junho 1999
- **MAAA/SEPA** - Bilan des activités du Projet PNUD-UNSO-CVI/95/XOI – Appui à la mise en oeuvre de la CCD; Octobre 1995 – Octobre 1998.
- **Cissé Mamadou** - Intégration des questions nationales relatives à l'environnement dans les conventions internationales. ANCR-GEM/PNUD-FEM, Mars 2005.

- **Kouassi Kouadio Clément** - Besoins et priorités de la Cote d'Ivoire en matière de renforcement des capacités dans le domaine de la désertification/dégradation des terres, Mars 2005
- **NCSA—GEM SEYCHELLES** - Strategic Overview of obligations under the Convention to Combat Desertification, June 2004.
- **Sonia Elsy Merino** - PERFIL TEMATICO NA AREA DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE : Analise da Situação em relação às obrigações e compromissos no âmbito da Convenção sobre Biodiversidade Biológica; NCSA – GEM - CABO VERDE; Novembro 2006.
- **Charles Yvon Rocha** – PERFIL TEMÁTICO NA ÁREA DA DESERTIFICAÇÃO / DEGRADAÇÃO DAS TERRAS EM CABO VERDE: Analise da Situação em relação às obrigações e compromissos no âmbito da UNCCD; Projecto NCSA – GEM - CABO VERDE; Novembro 2006.
- **Arlinda Duarte Neves** - PERFIL TEMÁTICO NA ÁREA DAS MUDANÇAS CLIMATICAS : Analise da Situação em relação às obrigações e compromissos no âmbito da UNFCC; NCSA – GEM - CABO VERDE; Novembro 2006.
- **Charles Yvon Rocha; Sónia Elsy Merino; Arlinda Duarte Neves** - *RELATÓRIO DE TRANVERSALIDADE E SINERGIA ENTRE AS TRÊS CONVENÇÕES DE RIO (CCD, CBD, CCC)* ; Projecto NCSA – GEM - CABO VERDE; Abril de 2007.
- **NCSA – GEM SEYCHELLES** - Strategic Overview of obligations under the Convention to Combat Desertification, June 2004.
- **NCSA – GEM SEYCHELLES** - Strategic Overview of obligations under the Convention on Biological Diversity, June 2004.
- **BELIZE – NCSA** : Action Plan for Environmental Capacity Development – November 2005.
- **JAMAICA - National Action Plan – NCSA**, September 2005.
- **THE NCSA Document of the PHILIPPINES:** Volumes I - V; GOP, UNDP, GEF – 2005.
- **ANTIGUA & BARBUDA – Environmental Management Strategy and Action Plan 2004 – 2009;** August 2004.
- **SEYCHELLES – NCSA – Action Plan for Environmental Capacity Development** – May 2005.
- **GHANA's – NCSA REPORT, Capacity Needs for Global Environmental Management,** October 2005.
- **SEPA** - Estratégia Nacional e Plano de Acção para o Combate as Mudanças Climáticas (CCC),
- **MAP/DGA** – Projecto CVI/97/G33-FMA/PNUD - Material de sensibilização e informações sobre Mudanças Climáticas, Agosto 2002
- **MAAA/SEPA** - Inventario das emissões dos gases com efeito de estufa em Cabo Verde, 1995.

- **UNDP, MAA/INMG** - Enabling activities for the preparation of Cape Verde second national communication to the UNFCCC, 2006.
- **MAAP/DGA** - Documento de Síntese do PANA II , 2004 - 2014
- **MAAP/DGA** - Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, 2004.
- **MAAP/DGA** - PANA Estratégico, 2002
- **GE/MAP** - Plano de Acção Nacional para o Ambiente –PANA II (estruturante) , 2004-2014
- **GEP/MAP** - Planos Ambientais Intersectoriais –PAIS (9), 2004.
- **GEP/MAP** - Planos Ambientais Municipais –PAM (17), 2004.
- **Terreiro Almeida, Teresa Paula, Mecilde Tavares, Oksana Tariche e Auxilia Correia** - Estudo Plano Nacional de Gestão Pesqueira, DGA/DGP/INDP, 2004.
- **José Maria Semedo e Samuel Gomes.** - Estudo de Impacto Ambiental da Apanha de Areia em Cabo Verde, DGA, 2004
- **Miguel António Ramos** - Estudo temático “Legislação, regulamentação e instrumentos de fiscalização no sector ambiental”, PANA II, MAAP – GEP, 2003
- **Aníbal Medina e Dário Évora** - Estudo de Base Sobre o Sistema Nacional de Seguimento da Qualidade Ambiental –SSQA em Cabo Verde, DGA, 2003.
- **MAP/GEP, Leão Carvalho, Margarida Santos Varela, Jan Van Dijk, Maria da Cruz Gomes Soares, Luísa Oliveira** - Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, 2004.
- **MAAP/GEP, Paulo E. P. Ferreira e David M. F. Carvalho** - Métodos alternativos de controlo e limitação da utilização de areia na construção civil e obras públicas, 2004.
- **MAP/GEP, Edna Duarte Lopes e Júlia Alves** - Estudo de base impacto do PANA II sobre género e pobreza, 2004.
- **MAP/GEP, Edgar Pinto, Ben Van Baren** - Análise e desenvolvimento institucional do sector de ambiente em Cabo Verde, 2004.
- **Arlinda Duarte Neves e Luísa Lomba Morais** - Estudo sobre tipos de actividades rurais e a degradação ambiental, MAAA/SEPA, Cooperação Francesa, MORABI, Julho de 1997.
- **CESE e ASSOCIADOS, estudos e consultoria Lda.** - Estudo de impacte ambiental da Aldeia Turística Aldeias de Salamansa (São Vicente), 2004.
- **Programa Integrado de Desenvolvimento Agrícola e Redução da Pobreza na Bacia Hidrográfica do Paul** - Estudo de impactes ambientais, 2006.
- **OSS - Observatoire du Sahara et du Sahel** - Le Foncier et la gestion des ressources naturelles dans les zones arides et semi-arides d’Afrique du Nord (Compte rendu des débats et des recommandations de l’atelier sous-régional, Tunis, 20-22 Mai 1996), Octobre 1996.

- **MAA/DGA** - II relatório, Implementação do Sistema de informação geográfica para a gestão da Áreas Protegidas de Serra Malagueta (ilha de Santiago) e Monte Gordo (ilha de São Nicolau), 2005.
- **DGA, PNUD e Maria do Rosário Partidário** - Relatório do curso de formação sobre avaliação estratégica de impactes realizado na cidade da Praia, 7-11 Outubro de 2002
- **João Francisco Caíres e Associados** - Plano estratégico para o desenvolvimento turístico da ilha do Maio, 2004.
- **MAP, SEPA, PNUD Projecto CVI/00/G41, Biodiversidade** - Relatório atelier nacional para a criação e gestão participativa das áreas protegidas, 2001.
- **MAAP** - Relatório do Plano de Área de Irrigação da Barragem de Poilão, Santiago, Cabo Verde.
- **Publicações PNUE** - Les Femmes et l'Environnement, 2004.
- **Maria Cristina Reis Lima Duarte** - Tese Doutoramento, Vegetação de Santiago, apontamento histórico, composição florística e interpretação ecológica das comunidades, 1998.
- **José Maria Semedo e Arlinda Neves** - Relatório Nacional para a Cimeira do Desenvolvimento Durável em Joanesburgo, 2002.
- **Luísa Borges e Raquel Medina** - Protocolo de Cartagena: *INVENTÁRIO E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL EXISTENTE RELACIONADA COM A BIOTECNOLOGIA E BIOSSEGURANÇA NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE CARTAGENA*.
- **Projecto FAO/TCP/CVI/3002** - Ateliers Regionais : Apoio à revisão da legislação e da reforma das instituições da administração fundiária – Síntese das questões suscitadas em torno das terras – Propostas de solução, Junho 2006.
- **Nations Unies** - Rapport de la Réunion internationale chargée d'examiner la mise en oeuvre du Programme d'action pour le Développement Durable des petits Etats Insulaires en développement, Port-Louis (Maurice), 10-14 Janvier 2005.
- **UICN, PNUE, WWF** - Stratégie Mondiale de la Conservation, 1980.
- **UICN-BRAO, GWP-WAWP, CILSS** – Eau, Changement Climatique et Désertification en Afrique de l'Ouest : Stratégie Régionale de Préparation et d'Adaptation, Ouagadougou, Octobre 2003.
- **MAAP/DGA** - Perfil ambiental de Cabo Verde, 2004.
- **Governo de Cabo Verde e ONU** - Relatório do Governo de Cabo Verde sobre a implementação dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, 2004.
- **Governo de Cabo Verde** - O Plano Nacional de Desenvolvimento e as Grandes Opções do Plano 2000-2006.
- **Ministério das Finanças e Planeamento (MFP)** - Documento de estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP), 2004.
- **PNUD, GEF, PNUE** - Projecto Autoavaliação Nacional de Capacidades para a Gestão Ambiental Global (NCSA), 2004.

- **Governo de Cabo Verde e WWF** - Projecto Conservação Marinha e Costeira de Cabo Verde, 2005.
- **Ministério e Recursos Naturais de Portugal** - Plano Nacional da política de ambiente de Portugal, 1995.
- **Secretaria de Estado dos RN, Energia e Industria, DGA** - Plano Nacional de Gestão Ambiental de Guiné-Bissau, 2004.
- **Cap Vert – Communauté Européenne** - Document de Stratégie de coopération pour la période 2001 – 2007.
- **Nações Unidas – Cabo Verde** - Plano Quadro das Nações Unidas para a Ajuda ao Desenvolvimento – Setembro de 2002.
- **PNUD - CAP VERT** – Rapport Annuel 2002
- **MAAP – Cabo Verde** - Estratégias para o desenvolvimento rural – horizonte 2015 e Plano de acção 2005-2008.
- **DGASP/MCA, Cabo Verde** - Programa Integrado para o desenvolvimento agrícola e redução da pobreza; Março de 2005.
- **Luísa Borges, Março 2009** - Relatório de Progresso "Diagnostico da Legislação nacional relativa a abordagem género na Gestão dos Recursos Hídricos e Fundiários" - GCP/INT/ 052 /SPA "Desenvolvimento das capacidades sobre a integração da abordagem de Género na gestão dos Recursos Hídricos e Fundiários".
- **Luisa Borges, Solange Furtado** - Relatório da Componente relativa a "**Políticas, Assuntos Jurídicos e Institucionais**" - "**Consolidação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Cabo Verde**" – Direcção Geral do Ambiente/MADRRM – Escritório dos Fundos e Programas das Nações Unidas em Cabo Verde. 2009
- **Crise Alimentaire et Gestion des Terres : crise alimentaire mondiale, la dégradation des terres et la gestion durable des terres : Liens, perspectives et contraintes.** Une publication du Partenariat TerrAfrica/GTZ – Projet CCD - Gestion Régionale Durable des Terres.
- **Land & Climate: The Role of Sustainable Land Management for Climate Change Adaptation and Mitigation in Sub-Saharan Africa** - TerrAfrica Partnership Publication. April 2009.

- **Sites Web consultados**

-  www.unccd.org
-  www.sia.cv
-  www.millenniumassessment.org
-  www.ine.cv
-  <http://www.conservation.org/>
-  <http://www.ecotour.org/>
-  <http://www.world-tourism.org/>
-  <http://www.uneptie.org/>
-  <http://www.newtourism.com/>
-  <http://www.biodiv.org>

- CD consultados

-  Suivi – Evaluation (Monitoring – Evaluation) : Indicateurs d’impact et de mise en œuvre des PAN-LCD – Concepts et expériences en Afrique, Asie et Amérique Latine – OSS, CILSS, SE/CCD, GTZ - 5^{ème} COP/CCD – Genève, Octobre 2001.
-  Lutte contre la désertification dans les projets de développement – CSFD – Groupe AFD. Mai 2002.
-  Combating Desertification – BMZ, German Development Cooperation Projects to Combat Desertification, 2003.
-  Sommet Mondial pour le Développement Durable – Johannesburg – Afrique du Sud, 2002.
-  Documentation Technique de la JGRC : Générer l’Abondance dans le Sahel par la lutte contre la désertification, mars 2001.
-  Zones Arides et Désertification, UNESCO-MAB, BMZ, Institut du Sahel, OSS
-  Lutte contre la Désertification: conservation et développement des ressources des terres arides, FAO, 1998

ANEXOS

Anexo 1 : Quadro de Registo e Sistematização das Entrevistas aos Acotres-Chaves

Anexo 2 : Despacho da S.E MADRRM para criação do Comité Nacional de Coordenação

Anexo 3 : Legislação Nacional sobre Solos, Ordenamento do Território e Ambiente

Anexo 1

Quadro de registo, sistematização das entrevistas aos Actores-chaves

Actores/Instituição	Pessoas Entrevistadas	Projectos em curso	Projectos em Pipeline	Necessidade Capacitação/formação	Questionário	
					Recebeu	Entregou
MUNICIPIOS						
Câmara Municipal do Porto Novo	Presidente: Dr Amadeu Cruz Vereador do Ambiente: Engº Manuel Baptista Vereadora do Urb.: Arqª Anilda Delgado		- Protecção da orla marítima, cidade e Tarrafal Monte Trigo - Diques de correcção para protecção de loteamentos existentes - Criação de espaços verdes	- Gestão ambiental - Energias renováveis - Gestão de projectos	Sim	Sim
Câmara Municipal Rª Grande	Presidente: Engº Orlando Rocha Delgado Vereador do Ambiente: Engº Orlando Delgado		- Abastecimento de água às populações	- Gestão Fundiária - Sistema de I. Geográfica - Gestão de Água	Sim	Sim
Câmara Municipal do Paúl	Presidente: Drª Vera Almeida Vereador Ambiente: Engº José Branco Coord: Equipa do Ambiente: Drª Neusa Silva		- Abastec. de água às zonas altas - Protecção de encostas - Captação de água de nevoeiros - Requalificação da Praia de Gi	- Gestão de zonas protegidas - Identificação de espécies - Gestão de projectos	Sim	Sim
Câmara Municipal S. Vicente	Vereador Ambiente: Engº António Monteiro Vereador Urbanismo: Engº Benvindo Cruz Directora de Gabinete	- Elaboração de regul. extracção de inertes em SV - Manutenção da ETAR e do lab. - Construção de muros de cont. de terra	- Construção de diques nas encostas - Desassoreamento de diques - Protecção e conservação de dunas (Salamansa, Norte Baia)		Sim	Sim

	de Projectos: Dr ^a Vanda Tienne Director de San.: Eng ^o Rafael Silva	- Requalificação Urbana: Arranjos paisagísticos	- Construção do Aterro Sanitário - Selagem da Lixeira Municipal - Alargamento dos espaços verdes			
Câmara Municipal Praia	Vereador do Ambiente: Dr Gilberto Silva	- P Director Municp - Melhoria de sist. de dren. águas pluviais - Requal. e const. de espaços verdes	- Planos urbanísticos, planos detalhados, estudos e projectos - Requalificação e valorização da zona litoral e das praias - Requalificação das ribeiras - Elaboração de Cartografia de Risco Municipal	- Engenharia Ambiental - Engenharia Hidráulica - Arquitectura Paisagística - Engenharia Ambiental	Sim	Sim
Câmara Municipal de S. Domingos	Vereador do Ambiente e Saneamento: Dr Moisés Semedo		- Adução de água - Abertura e equip. de furos - Dessalinização de água	- Gestão de projectos - Planeamento Estratégico	Sim	Sim
Câmara M R ^a Grande Santiago	Vereador do Ambiente: Dr Alcides de Pina - Director de Saneamento e Coord Equipa Amb.: Eng ^o João Vieira	- Informação, Sensibilização e Formação Ambie.	- Proj. de recup. do Pulmão Verde das encostas da Cidade Velha; - Projecto para a substituição das acácias das proximidades dos povoados por outras espécies adaptáveis a nossa região; - Projecto de Ordenamentação e requalificação urbana - Elaboração do plano	- Avaliação de Imp. Ambientais - Gestão Ambiental - Ordenam. de Bacias Hidrográ. - Comb. a Incêndios Florestais - Elaboração e implementação de estratégias ambientais - Protecção, Conservação e Preservação do Ambiente nas zonas semi áridas	Sim	Sim

			verde - Projecto de plantação de <i>Jatropha curcas</i> na zona alta do município			
Câmara Municipal de Stª Cruz	Vereador do Ambiente: Dr Emílio Sanches	- Melhoria do saneamento do meio - Conservação do solo através de construção de banquetas e plantação de aloevera	- Criação de espaços verdes - Construção de 2 Diques anti-sal - Formação, Sensibilização e Informação da População para a Gestão do Lixo doméstico	- Gestão de projectos - Hidroponia - Gestão Administrativa - Relações públicas e atendimento - Gestão Ambiental	Sim	Sim
Câmara Municipal S. Lourenço dos Órgãos	Vereador do Ambiente: Engº Carlos Reis	- Instalação de rega gota- gota - Construção de estradas	- Abastecimento de água - Instalação de rega gota- gota - Requalificação Urbana	- Agro economia - Gestão Autárquica - Arquitectura Paisagística	Sim	Sim
Câmara Municipal S. Salvador do Mundo	Coordenadora da Equipa do Ambiente: Drª Evanilsa Monteiro	- Ordenamento Bacias Hidrográficas - Construção de Espaços Verdes	- Melhoria em saneamento - Construção de barragem subter. - Abertura de furos - Elabora. de Cadastros/Cartografia	- Gestão de Recursos hídricos - Gestão Ambiental - Saneamento	Sim	Sim
Câmara Municipal de Calheta de S. Miguel	Vereador do Ambiente: Engº Anildo Tavares Coordenador Equipa ambiente: Engº Ênio Fontes	- Construção de 40 cisternas municipais - Aquisição de um camião autotanque de 10 m3	- Construção de 40 cisternas municipais - Extensão da rede de água	- Gestão ambiental - Engenharia ambiental - Gestão de projectos	Sim	Sim
Câmara Municipal do Tarrafal - Santiago	Vereador do Ambiente: José Pedro Soares Coordenador da equipa do		- Protecção das Encostas e Ribeiras - Arborização de zonas altas com espécies frutícolas e Forrageiras	- Engenharia Rural -Técnicas de CSA - Animador Rural - Gestão de Infra-estruturas Rurais	Sim	Sim

	Ambiente - Engº João Soares		<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da agricultura e pecuária sustentável - Criação de Parque Natural e Áreas Verdes - Criação e gestão sustentável da área protegida de Monte Graciosa 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de Viveiro de produção de plantas florestais e fruteira - Técnicas de Comunicação 		
Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago	Coordenador da Equipa do Ambiente – Engº Vital		<ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao Saneamento - Acesso a Água Potável - Construção de Cisternas Familiares e comunitárias - Criação e Manut. de Espaços Verdes 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão e conservação do Ambiente - Técnicas de conservação do solo e da água - Micro-Irrigação - Jardinagem - Saneamento Ambiental 	Sim	Sim
Câmara Municipal de S. Catarina - Fogo	Carlos Pina – Director Gabinete P/CM Silvestre Pina Ribeiro – Vereador Ambiente Jorge Andrade dos Santos – Eng. Ambiental		<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização da água - Adopção da água para rega e para uso Doméstico - Protecção das encostas e da orla marinha - Protecção da Biodiversidade das zonas altas - Definição das zonas de riscos através da Cartografia 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão e Conservação dos Recursos Naturais - Gestão Ambiental - Hidrogeologia - Gestão Integral das Bacias Hidrográficas - Protecção e educação Ambiental - Formações de curta duração sobre como saber fazer 	Sim	Sim
Câmara Municipal dos Mosteiros	José de Pina Fernandes		<ul style="list-style-type: none"> - Reflorestação - Construção / Melhoramento de acesso as zonas florestais e zonas altas 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão Ambiental - Veterinário 	Sim	Sim
Câmara Municipal de S.			(*) <u>Áreas problemáticas</u>		Sim	Não

Filipe	Monica Ester Vicente		<ul style="list-style-type: none"> - Delimitações de Zonas - Gestão das Zonas Costeiras, Ribeiras; - Gestão dos lixos nas zonas de riscos (linhas de agua...) - Fiscalização ambiental 			
Câmara Municipal de R. Brava	Americo Nascimento Presidente				Sim	Não
Câmara Municipal do Tarrafal – S. Nicolau	Antonio Lopes Soares Presidente		Urbanismo & Gestão Território (PD's, PDM, EROT	- SIG / Cartografia Ambiental	Sim	Não
DELEGAÇÕES / MADRRM						
Delegação MADRRM Santo Antão	Delegado: Engº Orlando Freitas	<ul style="list-style-type: none"> - MCA (Inf. Agrícola, prospecção, distribuição de água..) - Proj. Bolona 	<ul style="list-style-type: none"> - Ordenamento florestal - Melhoria da produção agropecuária - Ordenamento de Bacias Hidrográf. - Proj. Bombagem de água para as zonas altas da ilha 	<ul style="list-style-type: none"> - Transformação Agroalimentar - Agro-negócio - Investigação aplicada - Seguimento e avaliação de projectos - Protecção vegetal - Inseminação artificial - Estatísticas agrícolas 	Sim	Sim
Delegação MADRRM Praia/S. Domingos/Rª Grande de Santiago	Delegado: Engº Augusto Andrade	<ul style="list-style-type: none"> - PIDAS (Proj. Int.de Desenv.Agrosilvopast.) - Massificação de rega gota à gota - Projecto integrado para o desenvolvim. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ordenamento florestal - Projecto de Estudo sobre o desenv. Integrado das bacias hidrog. de Santiago - Melhoramento de raça e diversificação de sementes 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão de projectos - Gestão Sustentável das florestas - Sistema de Inform. Geográfica - GPS – Autocado - Ordenamento de Bacias hidrográficas 	Sim	Sim

		R ^a Grande de Santiago - Extensão rural na bacia hidrográfica modelo de S. Domingos		- Recuperação de solos degradados nas zonas costeiras - Valorização de solos nas zonas áridas do litoral		
Delegação MADRRM Tarrafal e S. Miguel	Delegada: Dr ^a Eveline Ramos		- Criação de Novas Áreas - Ordenamento e manutenção dos Perímetros Florestal	- Ordenamento dos espaços Rurais - Gestão dos espaços florestais - Gestão Sustentável das Terras - Monitorização de projectos	Sim	Sim
Delegação MADRRM de SV	Delegada: Eng ^a Francisca Fortes				Sim	Não
Delegação MADRRM Santa Catarina	Delegada: Eng ^a Idana Furtado				Sim	Não
Delegação MADRRM Sta Cruz	Delegado: Eng ^o Daniel Xavier				Sim	Não
Delegação MADRRM- Fogo	Delegado : Eng. João Gonçalves Eng. Jaime Barros de Pina – Técnico da Delegação.		(*) Áreas prioritarias - Programa Local de Extensionistas Rurais / MADRRM - Ordenamento Florestal - Delimitação de zonas de desenvolvimento/expansão - Uso de terras / Desenvolvimento territorial - Programa Local para Sinergia entre PEDAPADA / PANA II / PDM	- SIG - Ordenamento Territorio - Extensionista Rural - Gestão de Ciclo de Projectos	Sim	Não
Delegação MADRRM-	Delegado :		- Projecto de CSA e	(*) Áreas Prioritarios	Sim	Não

<p>S.NICOLAU (Director de serviço Eng. Rural/DGASP)</p> <p>D/MADRRM – Faja</p>	<p>Eng. Adilson Melicio (Eugenio Barros)</p> <p>Américo Silva Técnico Extensionista</p>		<p>correção torrencial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforço de capacidade institucionais das Associações Comunitárias – Reforço da capacidade de intervenção dos técnicos da Delegação do MADRRM – Reforço da capacidade de intervenção dos técnicos das estruturas municipais e desconcentradas – Projecto de melhoramento de produção pecuária – Instalação da rede de adução e distribuição de água e reforço da produção agro-pecuária - Monitorização e controlo hidrogeológico dos pontos de água explorados (furos, galerias, poços e nascentes) 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço Institucional da D/MADRRM, para ser um PF-GST no Concelho - Reforço das Capacidades nas areas ligadas a GST 		
--	---	--	---	--	--	--

INIDA	Directora De Investigação: Eng ^a Isaurinda Baptista	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorização dos Recursos Naturais - Mitigação dos efeitos da Desertificação e remediação das terras (DESIRE) - Valorização de zonas semi - áridas e das terras marginais 	O INIDA vai integrar a UNI-CV	<ul style="list-style-type: none"> - Teledeteção e Sistema de informação Geográfica - Análise e Planeamento Ambiental estratégico - Engenharia Rural - Gestão de Recursos Naturais - Introdução ao SIG e GPS 	Sim	Sim
INMG	Presidente Eng. Ester Araujo Brito Administrador Delegado Eng. Francisco Correia				Sim	Não
INGRH	Directora de Serviço: Eng. Lurdes Lima				Sim	Não
ONG'S / Associações						
OAF – Organização das Associações de Fogo	Carlos Alberto Gomes da Silva - Presidente		PROGRAMA ADICIONAL DE EMPREGO PUBLICO Conservação Solo e Agua e Actividades Agro-pecuária PIDAS Conservação Solo e Agua e Actividades Agropecuária PROGRAMA DE	Desenvolvimento Local e Ordenamento de território Engenharia rural e florestal Gestão de projectos (Ciclos) Seguimento e Avaliação de projectos	Sim	Sim

			COOPERACAO ENTRE O MINISTERIO DE TRABALHO PORTUGEUS E CABOVERDIANO Reforço institucional – Programa	Contabilidade Tesouraria Informática		
Presidente da Antena da Plataforma ONG's no Concelho da R. Brava	Manuel Conceição dos Santos		<ul style="list-style-type: none"> - Projecto de protecção das Praias com riscos e das tartarugas - Projecto de delimitações de zonas de extração de jora para substituir apanha de areia nas Praias - Projecto de reintrodução de Fruticultura para fixação de terras e aumento produção, nas zonas altas. 		Sim	Não
Associação Agro-pecuaria para o Desenvolvimento Comunitario de Queimadas/Terra Branca	Joao Ramos Fortes	Projectos executados em parceria com : <ul style="list-style-type: none"> - D/MADRM - ACDI/VOCA - PNLP - GOCV-Operação esperança - MIT 			Sim	Não
Agricultores da localidade de Belem – Concelho de Ra Brava – S.Nicolau	Joao Antonio Lopes Salazar Miguel Lopes	Beneficiarios do Projecto de Perimetro Irrigado de Belem (Zona Leste) : Projecto GSP/CVI/039/SPA – MADRRM / FAO –	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço da protecção do Sitio (Zona de riscos Chuvas e Cheias) - Acesso ao micro-crédito comunitário 	- Reforço de Capacidades Técnicas (gestão de água, agro-pecuaria, ambiente...)		

		Fev. 2008				
Associação dos Amigos da Natureza	Director: Engº Aguinaldo David				Sim	Não
Associação Garça Vermelha	Responsável: Engº Aguinaldo David				Sim	Não

Anexo 2 : Despacho do MADRRM (ver Cópia electrónica –Scann)

Anexo 3

- Solos, Ordenamento do Território e Ambiente –

- Lei nº 85/IV/93 de 16 de Julho – Lei de Ordenamento do Território *revogado pelo Decreto-legislativo nº 1/2006 de 13 de Fevereiro - aprova as bases do ordenamento do território e Planeamento Urbanístico*
- Lei nº 86/IV/93 de 26 de Julho – define as Bases da Política do Ambiente
- Lei 31/V/97 de 2 de Junho – autoriza o governo a legislar sobre o regime geral de intervenção e expropriação dos meios de produção e solos
- Decreto-lei 2/97 – estabelece o Regime Jurídico dos bens patrimoniais do Estado
- Decreto-Legislativo nº 1/2006 de 13 de Fevereiro - aprova as bases do ordenamento do território e Planeamento Urbanístico
- Decreto-legislativo nº 2/2007 de 19 de Julho estabelece os princípios e normas de utilização dos solos, tanto pelas entidades públicas como pelas entidades privadas.
- Decreto-legislativo nº 3/2007 de 19 de Julho - regula a expropriação de imóveis e de direitos por utilidade pública e mediante justa indemnização
- Decreto- legislativo nº 3/2008 – estabelece o regime jurídico do Cadastro Predial
- Decreto-lei 31/2008 – estabelece o Regime Jurídico de Produção Cartográfica.
- Decreto-lei 32/2008 – cria um conselho coordenador de Cartografia e cadastro
- Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de Julho que desenvolve as Bases da Política do Ambiente
- Lei n.º 102/III/90, de 29 de Dezembro que Estabelece as Bases do património cultural e natural
- Decreto-Lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro que estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas
- Decreto-Lei n.º 40/2003, de 27 de Setembro que Estabelece o regime jurídico da reserva natural de Santa Luzia
- Decreto-Lei n.º 5/2003, de 31 de Março que define o Sistema nacional de protecção do ar.
- Decreto n.º 31/ 2003 de 1 de Setembro que Estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde humana
- Decreto-Lei n.º 6/2003, de 31 de Março que Estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras
- Decreto-Lei n.º 2/2002, de 21 de Janeiro que Proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas Praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial.
- Decreto-lei nº 81/2005 de 5 de Dezembro que estabelece o Sistema de Informação Ambiental e o seu Regime Jurídico
- Decreto- lei nº29/2006 de 6 de Março que estabelece o Regime Jurídico da Avaliação do Impacto Ambiental dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzirem efeitos no ambiente